

**Entre Duas Margens.
Os Portugueses no Golfo Pérsico
(1623-1653)**

João Luís Fernandes Ferreira

**Dissertação de Mestrado em História Moderna e dos
Descobrimentos**

Setembro, 2011

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em História Moderna e dos Descobrimientos,
realizada sob a orientação científica de Alexandra Pinheiro Pelúcia

Aos meus pais

Agradecimentos

A elaboração de uma tese é sempre um processo problemático com variadas dificuldades, não sendo esta uma excepção. Foram vários obstáculos, tanto ao nível da investigação, como a nível psicológico enfrentadas por mim durante a sua realização. No entanto graças à amizade, dedicação e apoio de várias pessoas, consegui chegar a bom porto.

Em primeiro lugar, devo destacar a instituição Centro de História de Além-Mar, ali encontrei um local a ferver de ideias e visões sobre a História, que em muito engrandeceram os meus conhecimentos. Para ali fui levado pela mão da professora Alexandra Pelúcia, a qual agradeço por essa oportunidade, por ter orientado esta tese e, ainda, por ter despertado em mim o “bichinho” da expansão. Devo também um agradecimento ao director desta instituição, o professor João Paulo Oliveira e Costa, por todas as oportunidades que me deu para crescer como aprendiz de historiador.

Agradeço, também, ao Edval de Souza Barros por me ter chamado a atenção a várias questões, que acabaram por se revelar de grande importância no desenvolvimento do meu tema de tese. Tal como ao André Murteira, o qual com grande paciência não só me facultou a sua opinião, como ainda me emprestou bibliografia pessoal, à qual caso contrário, eu teria muita dificuldade de acesso. Certa vez alguém me disse que aos amigos não se agradece através das palavras, assim sendo, pagando da mesma forma, espero estar a altura de dar em troca todo o apoio, dedicação e amizade que o Zé, a Ana Laura, o Pedro, o João, o Ivo e a Maria Bastião sempre me deram. Aos meus pais e irmão, tento agradecer todos os dias o apoio sem limites e todos os sacrifícios feitos para eu chegar até aqui e sem os quais grande parte deste trabalho não faria sentido. Por fim, pois as melhores coisas surgem sempre no final, refiro a Maria, se é verdade que não acompanhou a elaboração desta tese desde do início, viveu comigo os momentos de maiores dificuldades e dúvidas, dando-me sempre o alento necessário para prosseguir o meu trabalho.

Se não referi alguém, o esquecimento é só na palavra escrita, nunca no sentimento de gratidão.

**ENTRE DUAS MARGENS. OS PORTUGUESES NO GOLFO PÉRSICO
(1623-1653)**

JOÃO LUÍS FERNANDES FERREIRA

RESUMO

PALAVRAS-CHAVE: Golfo Pérsico; Estado da Índia; Mascate; Oman

A queda de Ormuz em 1622, causou ondas de choque por toda a Monarquia Hispânica, devido à grande importância simbólica e financeira daquela praça. A reacção portuguesa surgiu logo nos anos seguintes. Através da acção de Rui Freire de Andrade, nomeado capitão-geral do Estreito de Ormuz, os portugueses conseguiram reequilibrar a sua posição naquelas águas, transferindo o seu centro de actividade para a fortaleza de Mascate e para a margem arábica do estreito. No entanto, a morte de Rui Freire em 1633, veio alterar a situação lusa, iniciando-se uma acesa disputa entre aqueles que defendiam uma presença baseada sobretudo no comércio e os defensores da continuidade da via militar. Entretanto as autoridades do Estado da Índia conseguiram estabelecer acordos de paz com os persas e os ingleses, mas a ascensão omanita aumentou a pressão sobre as praças lusas. Os omanitas aproveitaram a continuidade das rivalidades entre portugueses, apesar das tentativas de reforma levada a cabo pelo conde de Aveiras, para se lançar sobre as posições destes, conseguindo expulsar por completo os portugueses da costa de Oman, em 1650. O Estado da Índia reagiu enviando algumas armadas ao Estreito nos anos seguintes, mas estas foram incapazes de restabelecer qualquer posição militar permanente naquelas costas.

ABSTRACT

KEY-WORDS: Persian Gulf; *Estado da Índia*; Muscat; Oman

The fall of Ormuz in 1622, due to its great symbolical and economic significance sounded in all Hispanic Monarchy. It was through the action of Rui Freire de Andrade *capitão geral* of Hormuz Strait that the portuguese were able to balance their position on those waters, transferring their center of activity to the fortress of Mascate and the arabic shore of the strait. However the death of Rui Freire de Andrade in 1633 chaged this situation. A strong debate was started between those who defended

a portuguese presence founded on comercial trades, while others relied on the military force. Meanwhile, although the *Estado da India*'s authorities established peace treaties with the English and Persian, the omani pressure grew over the portuguese forts. The omani took advantage of the continued rivalries within the portuguese, though the conde de Aveiras attempts of modification, to take their positions. In 1650 the portuguese were out of the Oman coast. The *Estado da India* reacted sending some fleets to the strait in the following years but without any efective military result on those coasts.

Índice

Introdução	1
1. A Queda da Pérola do Estreito.....	8
2. O Choque	23
2.1. - A Perda Financeira	23
2.2. – A Perda de capacidade compensatória da Coroa.....	26
3. A continuidade de Ormuz	31
3.1. - As Devassas e o Apurar de Responsabilidades	31
3.2. - Tentativas de Reconquista.....	35
4. A Era de Rui Freire de Andrade	42
4.1. O regresso de Rui Freire de Andrade ao Estreito de Ormuz.....	42
4.2. Persas na Arábia.....	46
4.3. A ofensiva portuguesa	48
4.4. O Governador das terras de Ormuz	51
4.5. A ligação a Baçorá.....	52
4.6. Confronto de Armadas.....	55
4.7. O retomar da guerra contra a Pérsia.....	59
4.8. A Trégua de 1630	61
5. O Governo do Conde de Linhares	63
5.1. O energético novo vice-rei.....	63
5.2. O alargamento do estreito	65
5.3. A morte de Rui Freire de Andrade.....	71
5.4. Conflito entre os portugueses.....	75
5.5. Antigas e novas ameaças	81
6. Conflito, Restauração e Reforma.....	85
6.1. O estreito secundarizado	85
6.2. A Restauração no Estreito de Ormuz.....	91
6.3. Cristãos de São João	93
6.4. As reformas do conde de Aveiras	96
6.5. Gil Eanes de Noronha	98
7. A Queda de Mascate	103
7.1. A Capitulação de 1648.....	103
7.2. A Queda de Mascate	107

7.3. Tentativas de regresso ao Estreito de Ormuz.....	111
Conclusão.....	115
Fontes e Bibliografia.....	121
Anexos	134

Lista de Siglas e Abreviaturas

ACE – *Assentos do Conselho de Estado*, (ed.) Panduronga Pissurlencar, 5 vols., Imprensa Nacional, Goa, 1953

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

Ásia Portuguesa - SOUSA, Manuel de Faria e, *Ásia Portuguesa*, (ed.) M. de Lopes de Almeida, vol.VI, Civilização, Porto, 1945-1948

BA – Biblioteca da Ajuda

Bocarro - BOCARRO, António, *O livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental*, (ed.) Isabel Cid, 2 vols, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1992

Comentários - *Comentários do Grande Capitão Rui Freire de Andrade*, (ed.) José Gervásio Leite, Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1940

Commentaries - *Commentaries of Ruy Freyre de Andrada*, (ed.) Charles Boxer, George Routledge & Sons, Ltd, Londres, 1930

Diário - Linhares, 3º Conde de, *Diário do 3º Conde de Linhares, Vice-Rei da Índia*, Biblioteca Nacional de Portugal, 1937-1943

DUP - *Documentação Ultramarina Portuguesa*, (ed.) António da Silva Rêgo, 5 vols., Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, 1960

Livro das Cidades e Fortalezas - *Livro das cidades e fortalezas que a coroa de Portugal tem nas partes da Índia e das capitánias e mais cargos que neles há e da importância*

deles”, (ed.) Francisco Mendes da Luz, Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra, vol. XXI, Coimbra, 1952

NHEP - *Nova História da Expansão*, (dir.) A. H. Oliveira Marques e Joel Serrão, vol.V, “O Império Oriental, 1660-1820”, (coord.) Maria de Jesus dos Mártires Lopes, 2 tomos, Estampa, Lisboa, 1992

Questões - CORDEIRO, Luciano, *Questões Histórico-Coloniais*, 3 vols, Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1935

The English Factories - The English Factories in Índia, (ed.) William Foster, 3 vols., Clarendon Press, Oxford, 1906-1909

Valle - VALLE, Pietro de, *The travels of Pietro della Valle in Índia*, (ed.) Edward Grey, 2 vols., Asian Educational Services, Nova Delhi, 1991

Introdução

“Ormuz caiu em 1622, perante uma coligação de forças britânicas e persas, estes últimos ansiosos por erradicarem a «anomalia» que existia na periferia do seu império. Não obstante este revés, os Portugueses permaneceram no golfo Pérsico até ao século XVIII. Primeiro, mantiveram-se no controlo dos antigos fortes dependentes de Ormuz, na fronteira sul, com a sua capital em Mascate, até serem conquistados pelo imã de Omã, em 1650; depois mantiveram uma feitoria em Kung e agentes comerciais em Baçorá e Mascate. Esta presença esteve evidentemente sujeita a constantes negociações e tratados, como os concluídos com as autoridades persas, em 1690.”¹

Este trecho de texto da autoria de Francisco Bethencourt, originalmente publicada em língua em inglesa em 2007, é bastante elucidativo sobre a historiografia referente à presença portuguesa no Golfo Pérsico e Estreito de Ormuz no período posterior a 1622. Os cerca de trinta anos subsequentes à queda de Ormuz são quase somente entendidos como um preâmbulo a uma nova perda, Mascate, que se havia tornado o novo centro da presença lusa naquele espaço. Esta segunda perda ocorreria às mãos dos omanitas, aos quais a historiografia deu particular atenção, por terem representando uma séria ameaça sobre o Estado Português da Índia na segunda metade do século XVII. A perda de Mascate significava assim o triunfo da ascensão omanita e o início da sua expansão naval, além da expulsão definitiva da presença militar portuguesa permanente no Estreito de Ormuz.

Face a esta situação historiográfica permaneciam várias dúvidas: como se havia desenvolvido a presença portuguesa no Golfo Pérsico e Estreito de Ormuz naqueles trinta anos? Teriam as autoridades lusas formulado um grande plano de acção no Estreito após a queda da praça ormuziana? Ou teriam somente reagido conjunturalmente às diferentes situações no Estreito, em particular, e no Estado Português da Índia, em geral? Como levaram a cabo os planos portugueses, mesmo que somente existissem a curto prazo? A lógica da presença lusa teria sempre correspondido às mesmas premissas ou sofrera alterações à medida que as várias conjunturas se iam sucedendo? Como se haviam relacionado os portugueses com os potentados locais? E como se haviam

¹ Bethencourt e Curto, 2010, p.213

relacionado mesmo entre si os vários oficiais lusos presentes naquelas partes, e com as autoridades administrativas superiores do Estado Português da Índia e do Reino?

Perante estas dúvidas propus-me a tentar compreender as lógicas da presença portuguesa no Estreito de Ormuz e Golfo Pérsico entre 1623 e 1653, tendo em conta o choque da queda de Ormuz, e o subsequente desejo de retomada da praça, consubstanciado nos vários planos formulados para levar a cabo este intento. Teve-se ainda em consideração a estrutural divergência entre modelos a adoptar para a presença portuguesa na Ásia, entre uma lógica puramente comercial e um paradigma fortemente militar. Por fim, não se esqueceu também a importância do relacionamento com os potentados locais, persas, otomanos e omanitas, tal como com os mercadores ingleses e holandeses, visitantes sazonais daquelas águas, e com as próprias autoridades portuguesas em Goa e no Reino.

Pela natureza das questões e objectivos enunciados é fácil compreender que se trata de um estudo de história política, no qual se dá primazia à conjuntura e ao momento, sublimando muitas vezes a acção do indivíduo ou de um determinado conjunto de sujeitos como agentes históricos, em detrimento de uma história estrutural e de longo prazo.

O espaço geográfico de abrangência deste estudo foi confinado à região do Estreito de Ormuz e Golfo Pérsico. Devido ao fenómeno das monções, este espaço encontrava-se meio ano isolado da Índia, onde se localizava Goa, centro de decisão do Estado Português da Índia e principal elo de ligação entre o Reino e o resto da Ásia portuguesa. Desta forma as autoridades portuguesas no Estreito possuíam uma certa independência administrativa. Apesar da proximidade ao Mar Vermelho e de algumas ligações entre os dois complexos-geográficos, as questões referentes a este espaço não são incluídas neste estudo, por ali não se encontrar qualquer posição militar portuguesa permanente, embora alguns navios portugueses fossem enviados em curso áquelas águas e existisse uma missão jesuítica na Etiópia.

A cronologia escolhida, entre 1623 e 1653, prende-se com aqueles que considere os momentos de mudança ou transformação da presença portuguesa no Estreito de Ormuz. Em 1623 Rui Freire de Andrade regressou ao estreito como capitão-geral do estreito, após já ter participado ali na batalha de Queixome, prelúdio da perda de Ormuz. Logo após a sua chegada Rui Freire deu início à reacção portuguesa,

iniciando uma série de ofensivas militares e diplomáticas de forma a reafirmar a presença lusa naqueles mares, tornando Mascate o seu principal centro de actividade. Enquanto 1653 se trata do ano em que regressou a Goa a última grande armada que partira com o intuito de restabelecer uma posição militar permanente portuguesa no Estreito de Ormuz, permanecendo somente a posição comercial no Congo.

Não existe uma vasta bibliografia sobre a presença portuguesa no Estreito de Ormuz e Golfo Pérsico para este período. Nas obras de carácter geral sobre a expansão portuguesa, somente surgem breves referências, concentrando-se sobretudo no momento da queda de Ormuz e seguindo rapidamente para a perda de Mascate, por este evento ser o marco indicativo do início das grandes acções navais omanitas no Índico Ocidental, tão lesivas para o Estado Português da Índia, na segunda metade do século XVII. São exemplos desta forma de explanação a recente obra em língua inglesa de Anthony Disney² e a mais antiga *História da Expansão Portuguesa*, dirigida por Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri³. Também no quinto volume da *Nova História da Expansão Portuguesa* coordenada por Maria de Jesus dos Mártires Lopes⁴, apesar de somente explorar o período posterior a 1660, são dedicadas algumas linhas à queda de Mascate, novamente para demonstrar o momento inicial das ofensivas navais omanitas contra os portugueses.

Sanjay Subrahmanyam⁵, por seu lado, matiza a importância da queda de Ormuz, apesar de reconhecer tratar-se de uma grande perda financeira, ressaltando a continuidade da permanência portuguesa no Estreito e o relacionamento comercial estabelecido com os persas a partir das tréguas assinada em 1630 e da entrega da meia alfândega do Congo às autoridades lusas. No entanto, também o historiador indiano dá sobretudo atenção à questão da ascensão omanita para culminar na queda de Mascate e subsequentes investidas navais árabes.

No que diz respeito às obras que versam somente sobre a presença portuguesa na Ásia no século XVII, também não abundam as referências à realidade política lusa no Estreito de Ormuz e Golfo Pérsico.

² Disney, 2009

³ Bethencourt e Chaudhuri, vol.II, 1998

⁴ NHEP, vol.V, t.I, 2006

⁵ Subrahmanyam, 1993

A, já algo antiga, obra de Niels Steensgaard⁶ prende-se sobretudo com matérias de natureza económica e financeira, dando somente atenção ao Estreito e à transição do centro da presença lusa naquele espaço de Ormuz para Mascate e a suas consequências no tráfico comercial na Ásia e Europa. As questões económicas são também a base do estudo mais recente de James Boyajian⁷, concentrando-se na rota do Cabo e as suas diferentes vicissitudes durante a Monarquia Dual. Enquanto Anthony Disney, no seu estudo sobre a companhia de comércio portuguesa⁸, apenas aflora as questões referentes ao Estreito, por considerar ter sido a perda de Ormuz uma das principais causas instigadoras da formação da companhia. Tal como Anthony Disney, Ernst van Veen⁹ apresentou um estudo em que se misturam elementos de história política e económica, na tentativa de explicar os motivos para a decadência lusa no Oriente durante a União das Coroas, no entanto, também ele, apenas refere sumariamente a queda de Ormuz e a rivalidade luso-persa.

Ao avançarmos para os estudos marcadamente sobre a história política da Ásia Portuguesa no século XVII é necessário referir a obra de Glenn Ames¹⁰. Nesta existem algumas referências à presença portuguesa no Estreito de Ormuz, no período pós-restauração, mas novamente prendem-se sobretudo com a ascensão omanita e o grande perigo naval representado por estes, durante a segunda metade do século XVII. É de referir ainda os decanos escritos de Alfredo Botelho de Sousa, marcados pela historiografia nacionalista do Estado Novo. Interessa-nos sobretudo a sua obra de maior fôlego, os *Subsídios para a história militar marítima da Índia, 1585-1669*¹¹, na qual, seguindo uma organização em torno dos vários governos do Estado Português da Índia, faz uma resenha política da presença portuguesa nos mares da Ásia durante esse período, surgindo várias referências, sobretudo descritivas, de acontecimentos ocorridos no Estreito de Ormuz. Interessa-nos também a obra do mesmo autor, comemorativa dos trezentos anos da Restauração de 1640, *O período da Restauração na Índia*¹², onde analisa os anos em torno da aclamação de D.João IV nas possessões asiáticas portuguesas.

⁶ Steensgaard, 1973

⁷ Boyajian, 1993

⁸ Disney, 1981

⁹ Veen, 1990

¹⁰ Ames, 2000

¹¹ Sousa, vol.III e IV, 1930

¹² *Idem*, 1940

Também Charles Boxer apresentou um estudo sobre a conjuntura política e financeira do Estado Português da Índia durante os anos em torno da Restauração de 1640. Na sua *Índia Portuguesa em meados do século XVII*¹³, surgem algumas linhas sobre os portugueses no Estreito de Ormuz e também estas somente elucidando sobre a ascensão omanita e a decadência lusa, na senda do que já havia feito na sua obra geral *O Império Colonial Português*¹⁴, quando se refere ao século XVII. Apesar das breves referências nestas obras, Charles Boxer desenvolveu um importante estudo sobre as relações anglo-portuguesas no Estreito de Ormuz¹⁵, desde primeiro estabelecimento inglês naquelas costas até à Convenção de Goa em 1635 e à consequente paz entre ambos os contentores. Embora seja um estudo basilar para o entendimento da presença lusa naquelas águas, grande parte dele baseia-se nos *Comentários do Grande Capitão Rui Freire de Andrada*, obra que, como veremos mais adiante, tem alguns problemas, sobretudo para o período posterior à queda de Ormuz.

Nas obras referentes ao Estreito de Ormuz, temos de salientar a obra de Jean Aubin¹⁶. Apesar de não se enquadrar na cronologia deste estudo, antecedendo-a em mais de cem anos, trata-se sem qualquer dúvida da melhor descrição geográfica e do complexo comercial do Estreito de Ormuz e Golfo Pérsico para o período moderno.

Para fazer a ligação entre o início e o fim da presença portuguesa em Ormuz importa destacar o estudo conjunto de Dejanirah Couto e Rui Manuel Loureiro¹⁷, precisamente sobre a conquista e perda da praça ormuziana, destacando este dois eventos, sendo o segundo o que nos interessa mais, apresentando um excelente resumo dos mais de cem anos de presença portuguesa naquele espaço. Sobre a queda de Ormuz destaca-se a recente tese de Maria da Graça Borges *Um Estreito Globalizado. A luta por Ormuz (1622) e a Globalização das Relações Internacionais no Período Moderno*¹⁸. Nesta a autora analisa as várias ligações diplomáticas de escala global, que ligam Monarquia Hispânica, Inglaterra, Pérsia e Império Otomano, culminante no evento específico da queda de Ormuz.

¹³ Boxer, 1982

¹⁴ *Idem*, 2005

¹⁵ *Idem*, 1985

¹⁶ Aubin, 2000

¹⁷ Couto e Loureiro, 2007

¹⁸ Borges, 2008

Para o período posterior à perda daquela importante praça importa referir os estudos de João Teles e Cunha¹⁹ e do historiador holandês Willem Floor²⁰. Ambos se debruçam sobretudo sobre matérias económicas referentes ao comércio do Golfo Pérsico e Estreito de Ormuz, apesar de algumas explicações políticas para uma melhor compreensão dos complexos económicos.

Importa ainda referir a tese de Ibrahim al-Busaidi, *Os Portugueses na costa de Oman na primeira metade do século XVII*²¹. Esta obra tem especial relevância pela utilização de fontes omanitas em língua original, conseguindo assim demonstrar também o ponto de vista dos árabes, entendendo melhor as suas acções. No entanto a utilização dessas fontes, por vezes resvala para uma construção historiográfica demasiada moldada pela visão omanita, incentivada ainda mais pela pouca utilização de algumas valiosas fontes portuguesas, como é o caso do Livro das Monções, centrando-se o autor sobretudo nos *Comentários de Rui Freire de Andrada*. O estudo ignora ainda quase por completo os conflitos internos lusos e as diferentes visões para a presença portuguesa no Estreito de Ormuz.

Algumas figuras relacionadas de forma mais permanente com a presença portuguesa no Estreito de Ormuz, foram também alvo de biografias. Destaca-se o caso de Nuno Alvares Botelho²², biografado por Alfredo Botelho de Sousa, além de Gonçalo da Silveira²³ e Rui Freire de Andrade²⁴, cujas resenhas biográficas foram elaboradas por José Gervásio Leite. Todas elas foram publicadas na primeira metade dos anos quarenta do século passado e fortemente influenciadas pelo patriotismo historiográfico do Estado Novo.

José Gervásio Leite teve ainda o importante papel de transcrever os *Comentários do Grande Capitão Rui Freire de Andrada*²⁵, seguindo o exemplo de Charles Boxer²⁶, que já o havia feito dez anos antes. Esta obra, publicada inicialmente em 1647, por Paulo Craesbeck, relata as acções de Rui Freire de Andrade no Estreito de Ormuz e Golfo Pérsico, iniciando-se com a sua partida de Lisboa em 1619 e terminando com a sua morte em 1633. Trata-se de uma das mais importantes e utilizadas obras para o

¹⁹ Cunha, 1995

²⁰ Floor, 2006

²¹ Busaidi, 2000

²² Sousa, 1940

²³ Leite, 1945

²⁴ *Idem*, 1940

²⁵ Comentário, 1940

²⁶ Commentaries, 1930

estudo da presença portuguesa no estreito no período em causa. No entanto, apesar de ser bastante fidedigna para o período anterior à queda de Ormuz, sobre a qual se centra a maior parte, a sua segunda parte, referente aos eventos posteriores à batalha, não mostra o mesmo tipo de clareza, sendo por vezes difícil datar os eventos descritos ou encontrar qualquer referência a alguns deles em outro tipo de documentação.

Esta enumeração de alguns títulos não pretende ser exaustiva, mas somente dar a conhecer o enquadramento historiográfico que serviu de base à formação deste estudo e iluminar as lacunas que tentamos preencher nas páginas que se seguem.

1. A Queda da Pérola do Estreito

No dia 3 de Maio de 1622, após uma luta efectiva começada um ano antes noutra ilha do estreito, a fortaleza de Ormuz rendia-se a uma aliança anglo-persa. Assim se perdia aquela que quarenta anos antes recebera o epítome de “a cidade mais importante que os Reis de Portugal têm nas partes da Índia”²⁷.

A presença portuguesa naquela praça havia-se iniciado mais de um século antes, em 1507, quando Afonso de Albuquerque, enquanto capitão-mor do mar da Arábia, empreendeu a conquista da cidade devido à sua grande importância comercial e valor estratégico. Esta encontra-se na ilha de Djârûn, estrategicamente localizada em pleno estreito de Ormuz, permitindo o controlo de toda a navegação que passava naquelas partes. Ali confluíam algumas grandes rotas comerciais que ligavam a Europa à Ásia, através de Bassorá, Alepo e Beirute, desempenhava ainda o importante no complexo comercial asiático ligando-se ali rotas provenientes das bastante próximas costas persas e árabes, mas também regiões mais distantes como o Guzerate, Canará, Bengala e até a Insulíndia²⁸.

A resistência ormuziana rapidamente foi derrotada estabelecendo-se um acordo de paz entre os portugueses e os locais pelo qual era concedida autorização aos vencedores para construírem uma fortaleza dentro dos limites da cidade além do pagamento de páreas no valor de 15 000 xerafins por parte do rei de Ormuz. No entanto o pagamento destas acabou por se revelar um mal entendido devido aos diferentes entendimentos que ambos os povos tinham deste tributo. Os portugueses consideravam que estas, como era tradicional na Reconquista Ibérica, significavam uma submissão política de carácter feudal entre um senhor, neste caso o rei de Portugal, e um vassalo, aqui o monarca de Ormuz. Por seu lado, os ormuzianos encaravam estas como sendo somente um mecanismo comercial que garantia o livre-trânsito do comércio de e para a cidade semelhante aos que pagavam a alguns potentados continentais, não possuindo quaisquer atributos políticos²⁹.

Seguindo esta lógica de estabelecimento de uma relação de suserania entre o Rei de Portugal e o Rei de Ormuz, este foi mantido pelos portugueses nestas funções,

²⁷ *Livro das Cidades e Fortalezas*, 1952, pp.51-52

²⁸ Cf. Aubin, 2000, vol.II, pp.287-376

²⁹ Cf. Bouchon, 2000, p.136

permanecendo uma estrutura administrativa local em paralelo à administração lusa³⁰. Albuquerque tentava desta forma não acicatar contra os portugueses os locais, o que tornaria muito mais complicada a presença daqueles na cidade e dificultaria o regular movimento comercial da praça.

Apesar dos esforços de Afonso de Albuquerque esta primeira conquista acabou por se revelar infrutífera devido à resistência e revolta de alguns capitães portugueses, que abandonaram o seu líder e partiram da cidade, obrigando este a retirar-se antes da fortaleza estar concluída. Sem uma efectiva presença portuguesa na cidade também as páreas rapidamente deixaram de ser pagas³¹. Não se dando por derrotado, Afonso de Albuquerque regressou novamente a Ormuz em 1515, então já governador do Estado Português da Índia. Aproveitando as dissidências internas entre as diferentes facções locais o Governador voltou a submeter a cidade³², concluindo então a fortaleza iniciada oito anos antes e exigiu o pagamento de todas as páreas em atraso³³.

Controlar Ormuz não significava somente controlar a cidade propriamente dita ou a ilha de Djârûn. Era dominar também as regiões jurisdicionalmente dependentes do monarca ormuziano em ambas as margens do estreito, além de algumas ilhas localizadas no Golfo Pérsico. Em algumas dessas partes os portugueses encontravam-se efectivamente presentes, como na ilha de Barém, conhecida pela sua riqueza em pérolas, ou na banda arábica, onde possuíam feitorias nas cidades de Mascate e Calaiate. Na margem persa o Rei de Ormuz tinha jurisdição sobre uma vasta área costeira designada de Mogostão³⁴. Esta revestia-se de especial importância por ser fronteira ao maior e mais poderoso potentado local, o Império Persa Safávida.

Durante o governo de Afonso de Albuquerque³⁵ estabeleceram-se as primeiras relações diplomáticas entre o Estado Português da Índia e a Pérsia, à data governada pelo seu fundador Ismail I (r.1502-1524). Foram várias as embaixadas enviadas pelo *Terribil* à corte safávida, destacando-se a liderada por Miguel Ferreira em 1514³⁶. Os portugueses buscavam a amizade dos persas apresentando o empreendimento militar que haviam levado a cabo contra Ormuz em 1507 e repetido em 1515 como um acção

³⁰ Cf. Bouchon, 2000, p.135

³¹ Cf. *Idem*, p.137-150

³² Cf. Couto e Loureiro, 2007, p.44

³³ Cf. Bouchon, 2000, pp. 296-300

³⁴ Cf. *Livro das Cidades e Fortalezas*, pp. 55-56

³⁵ Foi Governador do Estado Português da Índia entre 1509 e 1515.

³⁶ Sobre as embaixadas de Miguel Ferreira e Fernão Gomes de Lemos à Pérsia veja-se Couto, 2009 pp.277-308.

contra um inimigo comum, os Mamelucos do Egipto³⁷, para as autoridades lusas estes surgiam como inimigos pelo seu controlo dos lugares santos da cristandade, enquanto para os safávidas, embora muçulmanos, tratava-se de inimigos de fé ao advogarem a corrente sunita do islamismo, contrários ao xiismo persa. Apesar dos portugueses se apresentarem perante os persas como um aliado militar contra uma ameaça comum consubstanciada nos Mamelucos do Egipto e dos Turcos Otomanos, de facto, procuravam manter uma relação estável e pacífica no estreito de forma a não prejudicar os proventos comerciais de Ormuz³⁸.

Após o final do governo de Afonso de Albuquerque, em 1515, e a morte do Xá Ismail I, em 1522, os contactos entre portugueses e persas diminuíram bastante, mantendo-se uma política de ambas as partes de respeito e não conflito.

Em 1587 ascendeu ao trono persa o xá Abbas I (r.1587-1629). Nos onze anos antecedentes a Pérsia havia vivido um período de guerra civil com as diferentes facções a digladiarem-se pelo poder³⁹. A ascensão do jovem Xá marcou um novo período da história da Pérsia Safávida e no seu relacionamento com os portugueses.

Em primeiro lugar era necessário para Abbas resolver o conflito com a Sublime Porta. Aproveitando a instabilidade interna persa, o sultão otomano Murad III invadira os territórios persas a partir de ocidente, ocupando mesmo, em 1585, a antiga capital de Ismail I, Tabriz. Abbas reconheceu a derrota e em 1590 assinou um tratado de paz bastante humilhante com o sultão, passando para a soberania deste grandes parcelas do território persa a ocidente, incluindo a dita simbólica cidade. Livre da ameaça otomana o Xá avançou sobre os inimigos internos derrotando os governadores de Ispahan e Shiraz nesse mesmo ano de 1590, pondo um fim definitivo á guerra civil⁴⁰.

Antes de enfrentar os uzbeques, que invadiam a região nordeste do seu império, e vingar a humilhante paz com os otomanos, Abbas reconheceu a necessidade de reforma do exército persa. Para equilibrar a influência militar dos *qizilbash*⁴¹, desenvolveu os regimentos *ghulams*, compostos sobretudo por voluntários persas e jovens georgianos, circassianos e arménios capturados, convertidos e treinados nos

³⁷ Cf. Couto, 2009, p.284

³⁸ Cf. Resende, 2010, p.558

³⁹ Cf. Newman, 2009, pp.41-49

⁴⁰ Cf. Newman, 2009, p.52

⁴¹ Facções tribais militarizadas de origem turcomana. Couto e Loureiro, 2007, p.76

métodos bélicos mais recentes, nomeadamente na utilização de mosquetes, totalmente fiéis ao Xá⁴².

Estabilizada a situação interna e com um exército renovado, Abbas I avançou então contra os uzbeques em 1598, derrotando-os e expulsando-os para fora das fronteiras da Pérsia. Afastados os uzbeques era hora de vingar a humilhante paz de 1590. Em 1602, o xá avançou contra o Império Otomano, infligindo-lhe um conjunto de derrotas culminando na assinatura de um acordo de paz, em 1612, que restabelecia as fronteiras prévias ao tratado de 1590. No entanto, apesar deste assentamento, os conflitos com os otomanos iriam continuar de forma intermitente até 1639⁴³.

Entretanto Abbas I lançou também uma ofensiva diplomática na Europa para granjear aliados contra os otomanos. Em 1599 foram enviados às Cortes europeias o inglês Anthony Sherley e o persa Husein Ali Beg como embaixadores. No entanto, este esforço diplomático acabou por não ter grandes resultados práticos⁴⁴. Mas a iniciativa havia sido tomada e os primeiros contactos estabelecidos. Uma das Cortes visitadas por esta embaixada foi a castelhana. A Monarquia Hispânica, a qual o Reino de Portugal integrava desde 1581⁴⁵, surgia como um dos mais óbvios e benéficos aliados numa coligação anti-otomana. A rivalidade entre hispânicos e otomanos atingia uma abrangência verdadeiramente global, estendendo-se as zonas de tensão desde Magrebe marroquino até ao Golfo Pérsico de forma directa⁴⁶, chegando mesmo, em finais do século antecedente, a atingir de forma indirecta regiões tão distantes como a Indonésia⁴⁷. Não é assim de admirar que a partir de 1600 os contactos entre as Cortes hispânica e safávida se tornassem permanentes.

A política do Xá para com os portugueses no estreito, ao longo deste período, foi, todavia, algo ambígua. Se por um lado, procurava uma aliança contra os otomanos, por outro, intentava alguns pequenos empreendimentos militares contra as posições portuguesas no Golfo Pérsico. Logo em 1602 conquistou a ilha de Barém, provavelmente a mais rica produtora de pérolas do mundo nesta época, além de tomar algumas povoações no Mogostão e pôr cerco ao bandel de Comorão, deixando claro que este seria destruído se os portugueses intentassem reconquistar a ilha.

⁴² Cf. Newman, 2009, p.52

⁴³ Cf. *Ibidem*

⁴⁴ Cf. Alonso, 1989

⁴⁵ Sobre a integração de Portugal na Monarquia Hispânica veja-se Bouza Alvarez, 1987

⁴⁶ Cf. Couto e Loureiro, 2007, p.77

⁴⁷ Cf. Casale, 2007, pp.277-279

Esta ambivalência da política de Abbas esteve novamente presente em 1608. Nesse ano enviou a Madrid, como embaixador, Denguiz Beg juntamente com o Padre António de Gouveia, da Ordem de Santo Agostinho, a fim de apresentar a proposta de escoar por Ormuz o total da produção persa de seda. Desta forma, tentava infligir um golpe no comércio otomano, contornando as rotas terrestres rumo à Europa, controladas por estes. Seriam também dadas vastas liberdades comerciais e religiosas aos mercadores portugueses presentes na Pérsia⁴⁸. O rei Filipe III recusou qualquer acordo com os persas que não contemplasse a devolução de Barém ao rei de Ormuz, para além do comércio das sedas persas não ter qualquer tipo de interesse para o comércio português, que contava com as sedas de muito melhor qualidade importadas da China⁴⁹.

Em simultâneo ao envio desta embaixada e antes de saber qualquer resultado desta, os persas, utilizando como pretexto o não pagamento das mocarrarias⁵⁰, tomaram a ilha de Queixome, vizinha a Ormuz, e construíram uma fortaleza perto do bandel de Comorão⁵¹. Estas duas possessões revestiam-se de especial importância por serem os dois locais de recolha de água para a cidade de Ormuz, onde este elemento era inexistente. Desta forma, os persas controlavam quase completamente o abastecimento de água à cidade.

No mesmo momento em que António de Gouveia e Denguiz Beg estavam em Madrid também ali se encontrava Robert Shirley, irmão mais novo de Anthony, também ele enviado pelo Xá com uma proposta semelhante à apresentada pelo Agostinho e pelo Persa e igualmente recusada. Daqui o aventureiro inglês passou a Inglaterra, tentando despertar o interesse da English India Company (EIC) para o mercado persa⁵².

Os primeiros contactos entre a Inglaterra e a Pérsia haviam sido inaugurados em 1562, mas somente com a fundação da EIC, em 1600, a ligação entre safávidas e ingleses foi seriamente impulsionada.

A criação desta estrutura comercial justificava-se por condições derivadas do aumento das capacidades internas inglesas e por factores consequentes do acesso a novos mercados importadores e exportadores. Assim ocorreu um desenvolvimento da

⁴⁸ Cf. Alonso, 2000, pp.95-96; Cf. Couto e Loureiro, 2007, p.78

⁴⁹ Cf. Couto, e Loureiro, 2007, p.78

⁵⁰ Trata-se de um imposto comercial que o rei de Ormuz pagava aos diferentes reis e chefes tribais do continente de forma a permitirem o livre-trânsito das cáfilas com destino à cidade, assumido pelos portugueses a quando do tomada de controlo da alfândega da cidade. Dalgado, vol.II, 1919-1921, pág.60

⁵¹ Cf. Couto e Loureiro, p.79

⁵² Cf. Couto e Loureiro, 2007, p.78

capacidade marítima inglesa ao mesmo tempo que se buscavam novos mercados de exportação para os produtos derivados da grande produção lanífera inglesa e o acesso directo ao mercado das especiarias orientais, o qual se encontrava ameaçado pela crescente intervenção holandesa nos mercados asiáticos⁵³. A estes factores, juntava-se o já antigo interesse dos mercadores ingleses em aceder directamente aos mercados das especiarias, de forma a escapar ao encarecimento destes produtos causado pela existência de vários intermediários⁵⁴.

Enquanto Robert Sherley se encontrava em Inglaterra, esperando para seguir num dos barcos da Companhia para a Ásia de forma a regressar à Corte Persa, os oficiais da EIC na Índia faziam a sua primeira aproximação ao mercado persa, enviando um conjunto de navios ao porto safávida de Jasques⁵⁵.

O laço sobre Ormuz começava a apertar de forma cada vez mais veemente e dois anos após a primeira viagem inglesa a Jasques, os persas empreenderam novo ataque militar às posições portuguesas. Em 1614, usando como argumento a recusa dos portugueses em pagar compensações às famílias persas que haviam perdido familiares num ataque perpetrado pelo capitão de Ormuz, D.Luís da Gama, contra as populações costeiras persas de forma a vingar a morte de outro seu irmão, D.Rodrigo, ocorrida alguns anos antes. As autoridades safávidas decidiram intervir cercando o forte em Comorão, tomado em Dezembro desse ano. Esta tratou-se de uma muito importante perda para a estrutura portuguesa no Golfo Pérsico, pois significava a privação total do acesso à água para a cidade de Ormuz, que se encontrava então totalmente à mercê dos desideratos persas⁵⁶.

O Xá decidiu então tornar esta sua nova conquista num grande porto nacional, ao estilo do que os mogóis haviam edificado em Surrate na Índia, alterando a designação de Comorão para Bandar Abbas, traduzido literalmente por o porto de Abbas, o que era indicativo dos intuitos do Xá para aquele porto, onde pretendia concentrar grande parte do comércio persa⁵⁷.

Face à recusa portuguesa em aceitar o monopólio da seda persa e ao desejo de continuar a estrangular a presença lusa no estreito, em 1616, foi negociado pelo oficial

⁵³ Cf. Chaudhuri, 1965, p.10

⁵⁴ Cf. Nobre, 2008, p.8

⁵⁵ Cf. Couto e Loureiro, 2007, p.78

⁵⁶ Cf. *Idem*, 2007, p.80; Cf. Boxer, 1985, p.56

⁵⁷ Cf. Cunha, vol.I, 1995, p.16

inglês Edward Connock e as autoridades safávidas o estabelecimento de uma feitoria inglesa em Jasques, além de lhes ser entregue o monopólio das sedas persas⁵⁸.

Em Madrid, a situação era acompanhada com bastante receio e, em 1614, decidiu-se o envio da última grande embaixada à Pérsia. Liderada por D.Garcia de Silva y Figueroa, acabou por se revelar um completo fracasso, partindo da Pérsia em 1620 sem conseguir a devolução do Barém e de Comorão, nem a manutenção da amizade do Xá Persa, já lançado contra Ormuz⁵⁹.

Face à situação cada vez mais perigosa para os interesses portugueses no estreito de Ormuz, em Madrid, decidiu-se reagir de forma mais violenta enviando uma armada de alto-bordo. Esta era composta pelas urcas *Nossa Senhora do Populo*, *Nossa Senhora da Conceição* e *Santo António*, comandadas por Francisco de Melo, Francisco de Mesquita e Baltazar de Chaves respectivamente, e pelos galeões *São Martinho*, dirigido por D.João de Almeida, e *São Pedro*, capitaneado por Rui Freire de Andrade⁶⁰, capitão-mor da armada⁶¹.

Eram dois os principais objectivos desta armada. Em primeiro lugar, baseado no exclusivo comercial português no estreito constituinte da própria titulação do rei de Portugal como Senhor da Conquista, Navegação e Comércio da Arábia, Pérsia e Índia⁶², pretendia-se a expulsão de todos os inimigos europeus que frequentassem aquelas águas⁶³. Em segundo lugar, Rui Freire de Andrade deveria construir uma fortaleza na ilha de Queixome, afim de garantir o abastecimento de água para a cidade de Ormuz que, desde tomada do Comorão, se encontrava completamente dependente dos persas⁶⁴. Apesar destes objectivos, foi recomendado a Rui Freire de Andrade que de forma

⁵⁸ Cf. Resende, 2010, pp.572-573

⁵⁹ Cf. *Comentários de D. Garcia de Silva y Figueroa...* 1978; Cf. Alonso, 1993; Projecto FCT – CHAM Relações de Portugal com a Pérsia durante a União Ibérica. Os "comentários" de D. Garcia de Silva y Figueroa dirigido por Rui Manuel Loureiro

⁶⁰ Rui Freire de Andrade nasceu por volta de 1690 em Beja. Filho de João Freire de Andrade, antigo chanceler da Índia. Em 1607 partiu uma primeira vez para Índia na armada de D.Jerónimo Coutinho, onde permaneceu. Em 1612 comandou uma flotilha na costa do Malabar. No ano seguinte foi escolhido como capitão de Damão livrando, esta praça de cerco. Em 1614 foi feito capitão de Chaul, que também libertou de cerco. No desempenho deste cargo tentou meter-se na armada do vice-rei Jerónimo de Azevedo que passava a Surrate, mas sem sucesso. Entre 1615 e 1616 comandou a Armada do Norte que acompanhava a cáfila de Cambaia. Em 1617 regressou então ao Reino onde foi feito cavaleiro da Ordem de Cristo e de onde vai partir no comando da armada de auxílio a Ormuz em 1619. Cf. Leite, 1940, pp.7-12

⁶¹ Cf. *Comentários*, 1940, pp.65-66

⁶² Cf. Saldanha, 1997, pp.321-331; Cf. Thomaz, pp.1994, pp.207-243

⁶³ Cf. ANTT, Livro das Monções, lv.12, fl.566 transcrito em *Comentários*, 1940, p.289

⁶⁴ Cf. ANTT, Livro das Monções, lv.13, fl.317 transcrito em *Comentários*, 1940, pp.296-297

alguma hostilizasse as autoridades persas ou levasse a quaisquer “queixas ou Rompimentos”⁶⁵.

Partiu então a armada de Lisboa a 1 de Abril de 1619. A viagem decorreu com várias atribulações, que levaram a que se demora-se mais de um ano a chegar ao seu destino, chegando a Ormuz somente a 20 de Junho de 1620⁶⁶.

Chegados ao seu destino foi a armada recebida pelo capitão da fortaleza, Francisco de Sousa, e pelo vedor da Fazenda, Manuel Borges. Rapidamente informados por Rui Freire da intenção de construir um forte na ilha de Queixome, após levar combate à armada inglesa, que se esperava fosse carregar as sedas persas a Jasques⁶⁷. O intuito da construção do forte não colheu o apoio de Francisco de Sousa, que rapidamente informou o governador do Estado da Índia, Fernão de Albuquerque, demonstrando a sua preocupação que tal acto desencadeasse uma justificada acção persa contra Ormuz⁶⁸.

Rui Freire de Andrade, partiu de Ormuz a dar caça aos navios ingleses, ao comando do galeão *São Pedro* e acompanhado pelo galeão *São Martinho*, capitaneado por João Borrvalho, o patacho *São Lourenço*, encontrado em Ormuz e dirigido por Baltazar de Chaves, a urca *Nossa Senhora da Conceição*, liderada por Pêro Mesquita, e três galeotas, sob o comando de Francisco de Brito, António Leitão e Francisco da Câmara⁶⁹.

Chegada a Jasques, a armada teve de aguardar pela chegada dos ingleses. A esquadra adversária, sob o comando de Andrew Shilling e constituída por cinco navios, foi avistada pela esquadra portuguesa a 25 de Dezembro.⁷⁰

No dia seguinte deu-se o primeiro confronto, sem nenhum resultado relevante para nenhuma das partes. Rui Freire, de forma a impedir a entrada dos navios ingleses em Jasques, no final desse primeiro dia, colocou a armada portuguesa ancorada defronte ao porto.⁷¹

⁶⁵ ANTT, Livro das Monções, lv.12, fl.566 transcrito em *Comentários*, 1940, p.292

⁶⁶ Cf. *Comentários*, 1940, pp.74-76

⁶⁷ Cf. *Idem*, pp.76-77

⁶⁸ Cf. Couto e Loureiro, 2007, p.83

⁶⁹ Cf. *Comentários*, 1940, pp.78-79

⁷⁰ A frota inglesa era constituída pelos navios *London*, *Hunt*, *Eagle*, *Roebuck* e uma nau capturada aos portugueses que fora pertença do capitão de Mascate. *Comentários*, 1940, p.83; Cf. Couto e Loureiro, 2007, p.86

⁷¹ Cf. *Comentários*, 1940, pp.83-87; Cf. Boxer, 1985, pp.69-70

A decisão de colocar a armada “surta” entende-se no contexto da alteração das práticas bélicas portuguesas no Índico, passando de uma utilização primordial da superior pirobalística lusa sobre os potentados asiáticos para um estilo de guerra baseado na abordagem, possibilitando o combate corpo a corpo, à espada, muito mais do agrado da fidalguia portuguesa⁷².

Durante doze dias os ingleses recusaram-se a dar combate aos portugueses, até que Rui Freire decidiu ancorar novamente os navios perto da costa persa e esperar que os ingleses tomassem a iniciativa do combate, o que se apressaram a fazer, ocorrendo um novo confronto a 7 de Janeiro de 1621. Os ingleses limitaram-se a disparar sobre os navios portugueses, que se encontravam ancorados e conseqüentemente completamente imobilizados, tornando-se alvos fáceis para os ingleses.

O combate foi interrompido com o anoitecer e pelo mau tempo que se fez sentir por cinco dias, afastando a armada portuguesa de Jasques. Terminado o temporal regressou a Jasques, descobrindo que os ingleses já haviam carregado as sedas e partido para a Índia. Regressando Rui Freire de Andrade a Ormuz⁷³.

Frustrado o seu primeiro objectivo o capitão-mor decidiu então levar a cabo o segundo, a construção de um forte em Queixome. Em Ormuz reuniu-se um Conselho, estando presente o capitão da fortaleza, o rei Mamede Xá e o seu Guazil⁷⁴. Francisco de Sousa, opôs-se a este intento referindo que “se começando a obra, se acaba a amizade do Persa”, não possuindo o Estado da Índia forma de auxiliar Ormuz em caso de conflito com os safávidas. Enquanto Mamede Xá defendeu a construção do forte em Queixome, baseado nos seus direitos jurisdicionais sobre a ilha, além da conquista daquela ilha permitir a Ormuz abastecer-se de tudo o necessário, deixando a dependência persa. No final foi a opinião do rei que prevaleceu, ficando decidido a construção do forte⁷⁵.

A armada partiu a 7 de Maio de Ormuz, chegando a Queixome no dia seguinte e entrando em imediato combate com três mil persas, que aguardavam os portugueses. Expulsos aqueles das suas trincheiras, deu-se imediatamente início à construção do

⁷² Cf. Rodrigues, vol.II, 1998, pp.419-422

⁷³ Cf. *Comentários*, 1940, pp.88-90

⁷⁴ Trata-se de uma espécie de primeiro-ministro na hierarquia governativa do reino de Ormuz. Cf. Dalgado, vol.I, 1919-1921, pp.445-446

⁷⁵ Cf. *Comentários*, 1940, pp.92-94; Cf. Boxer, 1985, p.71-72

forte, aguardando-se a reacção persa⁷⁶. Desta forma, pela primeira vez em mais de cem anos de relacionamento, os portugueses infligiam um ataque directo a uma possessão safávida, dando início ao conflito que culminaria na perda de Ormuz, um ano depois.

A reacção safávida não se fez esperar, vindo seis mil persas sobre o novo forte português⁷⁷. Apesar dos combates em Queixome nunca pararem e embora em determinada momento estivessem sobre o forte cerca de trinta mil persas (segundo as fontes portuguesas⁷⁸), os homens de Rui Freire de Andrade conseguiram sempre possuir uma grande capacidade de manobra, permitida pelo seu domínio dos mares praticamente inquestionado pelos atacantes safávidas. Assim, conseguiam não só levar várias expedições punitivas sobre as costas árabes, trazendo rapidamente à dependência lusa as cidades de Rames e Julfar que se haviam levantado e subordinado ao xá⁷⁹, mas também efectuar vários raids sobre cidades portuárias persas, de forma a impedir o apoio destas ao exército local em Queixome⁸⁰. Destaca-se o ataque a Jasques, para impedir os ingleses de ali aportarem e que resultou na total destruição da cidade e da feitoria no final do ano de 1621⁸¹.

A situação de predomínio marítimo português nas águas do estreito só foi contestada com a chegada dos navios ingleses⁸². Estes haviam recebido ordens para, se necessário, atacar os interesses portugueses, visto estes terem acometido e destruído a feitoria da Companhia em Jasques⁸³.

A armada inglesa chegou a Costaque a 23 de Dezembro recebendo a visita de um emissário do Xá propondo uma aliança anglo-persa não só para tomar o forte de Queixome, mas também para tomar a fortaleza de Ormuz, expulsando os portugueses do estreito⁸⁴.

Os ingleses apresentaram como condições para participar na empresa que metade da pilhagem da tomada de Ormuz lhes fosse reservada; a fortaleza e toda a sua

⁷⁶ Cf. *Comentários*, 1940, pp.95-97

⁷⁷ Cf. *Idem*, p.96

⁷⁸ Cf. *Idem*, p.130

⁷⁹ Cf. *Idem*, pp.110-114

⁸⁰ Os portugueses atacaram as cidades portuárias persas de Brami, Costaque, Congo e Lafetá. Cf. *Idem*, p.117; p.126; pp.138-139, pp.143-144

⁸¹ Cf. *Idem*, pp.134-137; Cf. Couto e Loureiro, 2007, p.94

⁸² A armada inglesa sob o comando conjunto de Richard Blyth e John Weddell era composta pelas naus *London*, *Jonas*, *Whale*, *Dolphin* e *Lion* e pelos patachos *Shilling*, *Rose*, *Robert* e *Richad*. Cf. *História Geral da Tomada da Fortaleza de Ormuz de Edward Monnox*, transcrito em *Comentários*, 1940, p.323.

⁸³ Cf. *Idem*, p.323.

⁸⁴ Cf. *Idem*, pp.324-325; Cf. *The English Factories*, vol.II, 1906-1909, p.31

artilharia ficariam na sua posse; os direitos alfandegários da praça seriam divididos igualmente entre as duas partes; os persas pagariam metade das despesas da Companhia naquela campanha; e os cativos cristãos seriam entregues aos ingleses, enquanto os muçulmanos ficariam na posse dos persas. Acordo rapidamente aceite pelo emissário persa, embora algumas dúvidas sobre a questão dos prisioneiros.⁸⁵ Apesar de apresentarem este acordo, os ingleses mostraram algumas reticências em participar em tal empreendimento, ao que os persas de imediato começaram a fazer pressão, atrasando o carregamento dos navios ingleses e forçando estes a aceitar participar na campanha⁸⁶.

A armada inglesa partiu de Coastaque a 19 de Janeiro, chegando a Ormuz a 22 de Dezembro. Ali não conseguiu combater os navios portugueses que se colocaram sob a segurança da fortaleza, recusando oferecer batalha à esquadra da Companhia. Informados os ingleses que Rui Freire de Andrade, seu “vowed eniemye”⁸⁷, se encontrava em Queixome passaram então a essa ilha, arribando no dia seguinte⁸⁸.

Imediatamente desembarcaram a artilharia e começaram a atingir o forte, que começou a sofrer forte danos. Ofereceram-se então os ingleses para “salvar” os portugueses dos persas se se rendessem. Apesar da recusa de Rui Freire, os seus capitães e soldados aceitaram depor as armas se pudessem passar a Ormuz com todos os seus bens e armamento, o que foi aceite pelos ingleses. No entanto, o acordo não foi cumprido e assim que os portugueses se renderam foram desarmados, apesar de enviados para Ormuz. Os ingleses recusaram também a entrega de Rui Freire de Andrade aos persas, facto somente aceite por estes por necessitarem do apoio inglês para continuar o combate⁸⁹. Assim se rendia a fortaleza de Queixome em Fevereiro de 1622 e se passava a batalha seguinte para Ormuz.

Entretanto em Ormuz grassava a confusão. Rui Freire havia aproveitado a monção de 1621 para relatar a situação e pedir reforços ao Governador Fernão de Albuquerque⁹⁰. Este, apesar de não estar de acordo com a construção do forte em

⁸⁵ Cf. *História Geral da Tomada da Fortaleza de Ormuz de Edward Monnox*, transcrito em *Comentários*, 1940, p.325; Cf. *The English Factories*, vol.II, 1906-1909, pp.13-16

⁸⁶ Cf. *The English Factories*, vol.II, 1906-1909, pp.32-33; Cf. Boxer, 1985, p.74

⁸⁷ *Idem*, pp.33

⁸⁸ Cf. *História Geral da Tomada da Fortaleza de Ormuz de Edward Monnox*, transcrito em *Comentários*, 1940, p.327; Cf. *The English Factories*, vol.II, 1906-1909, pp.32-33

⁸⁹ Cf. *Comentários*, 1940, pp.159-169; Cf. *História Geral da Tomada da Fortaleza de Ormuz de Edward Monnox*, transcrito em *Comentários*, 1940, p.327; Cf. *The English Factories*, vol.II, 1906-1909, pp.34-35

⁹⁰ Cf. *Comentários*, 1940, p.128

Queixome, enviou uma armada sob o comando de Simão de Melo Pereira, chegados em Dezembro desse mesmo ano e estacionando em Ormuz⁹¹.

O capitão da fortaleza, Francisco de Sousa, perante a situação de Queixome ordenou o reforço das defesas de Ormuz, mas a morte acabou por o alcançar em finais de Dezembro de 1621, para grande desânimo da população, correndo pela praça o mote “morreu o capitão perdeu-se Ormuz”⁹².

Foi a capitania sucedida no recém-chegado Simão de Melo Pereira, que de imediato ordenou a paragem das obras de reforço da fortaleza e recusou a saída da armada para auxiliar Rui Freire, apesar dos apelos do rei Mamede Xá, afirmando “que se a fortaleza de Queixome se perdia, todo o poder que estava sôbre ela vinha logo sôbre Ormuz”⁹³. A perda de contacto com Rui Freire de Andrade, superior comandante das forças marítimas no estreito, paralisou toda e qualquer acção por parte da armada portuguesa⁹⁴. Apesar dos vários pedidos do Rei de Ormuz para que as forças navais lusas saíssem a combater os persas e ingleses, o capitão decidiu chega-los mais perto da fortaleza e desembarcar-lhes as tripulações para combaterem em terra⁹⁵, argumentando a falta de pólvora e de gentes para defender a cidade⁹⁶. Ficava a fortaleza de Ormuz em expectante paralisia, não acreditando o novo capitão da possibilidade de persas e ingleses virem sobre esta⁹⁷.

No dia 20 de Fevereiro, os navios ingleses surgiram à vista de Ormuz acompanhados por cerca de duzentos pequenos navios persas⁹⁸. As desembarcadas tropas persas tomaram de imediato a cidade, tendo somente de deparar-se com um pequeno grupo, liderado por D.Gonçalo da Silveira e Baltazar de Chaves, que rapidamente retirou para a fortaleza juntamente com o resto dos portugueses⁹⁹.

As facilidades na tomada da cidade foram tais que admiraram os próprios ingleses, convencidos que os portugueses iriam oferecer maior resistência não

⁹¹ Cf. *Comentários*, 1940, p.147; Cf. Couto e Loureiro, 2007, p.95

⁹² *Comentários*, 1940, p.149; Cf. Couto e Loureiro, 2007, p.97

⁹³ *Comentários*, 1940, pp.154-155

⁹⁴ Cf. *Comentários*, 1940, p.166; Cf. Couto e Loureiro, 2007, pp.97-99

⁹⁵ Cf. *Comentários*, 1940, p.175

⁹⁶ Cf. DUP, 1960, vol.II, doc.41, pp.300-301

⁹⁷ Cf. *Comentários*, 1940, p.173

⁹⁸ Cf. *Comentários*, 1940, p.177; *História Geral da Tomada da Fortaleza de Ormuz de Edward Monnox*, transcrito em *Comentários*, 1940, p.327

⁹⁹ Cf. *Comentários*, 1940, pp.182-184

aproveitando estes a própria malha urbana da cidade com pequenas casas e ruas estreitas facilitadoras de uma eficaz defesa e de emboscadas¹⁰⁰.

A recusa portuguesa em defender a cidade pode explicar-se por vários motivos. Por um lado, a clara incapacidade e inactividade do capitão Simão de Melo Pereira, sempre crente que os ingleses e persas não se arriscariam a intentar directamente contra Ormuz. Por outro, lado a baixa moral que grassava pela cidade desde da morte de Francisco de Sousa, exacerbada ainda mais pela vinda dos soldados portugueses derrotados e desarmados em Queixome e sem a carismática liderança de Rui Freire de Andrade, ainda prisioneiro dos ingleses.

Entrados os persas na cidade e enclausurados os portugueses na fortaleza iniciaram-se as obras de sítio. Enquanto eram construídas as minas safávidas, os ingleses facilmente destruíram a armada lusa que fora colocada a seco na praia¹⁰¹, deixando então de representar um verdadeiro perigo para as actividades marítimas dos aliados, ficando senhores do mar em torno de Ormuz.

Em Março as minas persas começaram a fazer os primeiros estragos graves nas fortificações portuguesas, enviando o capitão cartas desesperadas a Goa para o governador Fernão de Albuquerque enviar reforços¹⁰². Ali imediatamente se preparou uma armada de socorro composta por cerca de vinte galeotas¹⁰³ e sob o comando de Constantino de Sá de Noronha, incumbido de suceder a Rui Freire de Andrade na capitania-mor da armada de alto-bordo em caso deste se encontrar morto ou

¹⁰⁰ Cf. *História Geral da Tomada da Fortaleza de Ormuz de Edward Monnox*, transcrito em *Comentários*, 1940, p.328

¹⁰¹ Nos *Comentários* é referido que o galeão *São Pedro* teria saído a combater contra as ordens do capitão e do almirante, no entanto só esta fonte refere este facto, pelo deve ser considerado uma imprecisão de uma obra redigida 25 anos após os eventos. Cf. *Comentários*, 1940, pp.189-190; Cf. *História Geral da Tomada da Fortaleza de Ormuz de Edward Monnox*, transcrito em *Comentários*, 1940, p.328

¹⁰² Segundo os *Comentários* D.Manuel de Sousa, filho de D.Francisco de Sousa, quando consegue entrar em Ormuz para ir salvar sua mãe e dali sair, informa Simão de Melo Pereiro que não chegara a Goa qualquer notícia das ocorrências no estreito à mais de quatro meses. No entanto em Conselho de Estado em Goa discute-se a notícia do cerco posto à praça portuguesa no dia 6 de Março, somente duas semanas após o início do sítio. Mesmo sendo verdadeira a afirmação dos *Comentários* que os navios dos mensageiros haviam sido capturados pelos malabares, a notícia foi rapidamente conhecida em Goa. Cf. *Comentários*, 1940, p.185, p.196, pp.220-222; Cf. ACE, 1953, vol. I, doc.35, pp.130-132

¹⁰³ Cf. *Comentários*, pp.220-221

incapacitado¹⁰⁴, oferecendo-se mesmo o governador para se necessário passar ele próprio ao estreito “com todo o poder daquele Estado.”¹⁰⁵

Entretanto, em Ormuz, a situação portuguesa ia piorando de dia para dia com a falta de água e de alimento a tornarem-se notórios e com a difteria a surgir em consequência do consumo de água contaminada, causando, segundo as fontes ingleses, a morte de vinte defensores por dia¹⁰⁶. Para piorar, a situação em finais de Abril, os persas conseguiram minar e tomar com sucesso o bastião de Santiago, conseguindo a partir deste ponto elevado disparar para dentro da fortaleza¹⁰⁷.

A rendição tornou-se uma inevitabilidade, mas esta teria de ser feita de preferência aos ingleses de forma a evitar o cativo persa, provavelmente muito mais perigoso para a segurança dos prisioneiros portugueses, entre os quais se contariam várias mulheres e crianças¹⁰⁸. As negociações foram secretamente conduzidas pelo almirante Luís de Brito Barreto, devido à oposição de Simão de Melo Pereira, apesar de gravemente ferido¹⁰⁹. Face à irredutibilidade do capitão, os casados e soldados amotinaram-se, desapossando-o de seu cargo e concluindo as pazes com os ingleses de forma a salvar as suas vidas¹¹⁰.

No dia 3 de Maio as chaves da fortaleza foram então entregues aos ingleses que as passaram por sua vez ao general persa, Imam Quli Khan. Apesar das garantias inglesas de que os portugueses poderiam partir com todos os seus bens, esta promessa não foi mantida sendo os prisioneiros desapossados de todos seus pertences pelos persas¹¹¹. Tentaram também os generais safávidas que os ingleses não passassem os portugueses a Mascate, como era seu desejo, e lhes fossem entregues os principais oficiais da fortaleza para serem apresentados ao Xá, mas os ingleses recusaram desonrar o acordo¹¹². No entanto, o Rei de Ormuz e o Guazil foram feitos prisioneiros pelos

¹⁰⁴ Cf. ACE, 1953, vol. I, doc.35, p.130-131

¹⁰⁵ Não sabemos até que ponto se pode considerar esta afirmação do governador como verdadeira, mas a passagem do Vice-Rei ao estreito será um dos temas recorrentes no governo do seu sucessor, o conde da Vidigueira, D.Francisco da Gama. Cf. *Comentários*, 1940, p.221

¹⁰⁶ Cf. *História Geral da Tomada da Fortaleza de Ormuz de Edward Monnox*, transcrito em *Comentários*, 1940, p.339

¹⁰⁷ Cf. Couto e Loureiro 2007, p.104

¹⁰⁸ Cf. DUP, 1960, doc.51, p.341-342

¹⁰⁹ Cf. *Idem*, doc.59, p.346

¹¹⁰ Cf. *Idem*, doc.51, pp.330-331, doc.61, p.347 e doc.63, pp.348-350

¹¹¹ Cf. *Comentários*, 1940, p.230

¹¹² Cf. *História Geral da Tomada da Fortaleza de Ormuz de Edward Monnox*, transcrito em *Comentário*, 1940, p.352

persas e enviados para Ispahan, sendo o Guazil assassinado no percurso para a capital safávida e o Rei mantido como cativo por vários anos¹¹³.

Enquanto se perdia Ormuz chegava Constantino de Sá de Noronha a Mascate, onde recebeu a notícia do desfecho da batalha e passou a informação a Goa, pedindo novas instruções¹¹⁴ face à perda daquela que fora intitulada a pedra preciosa que engalanava o anel formado pelo mundo¹¹⁵.

Como se viu, a ascensão ao poder de Abbas I alterou a forma de relacionamento entre os portugueses e os persas. Desde de muito cedo no seu reinado o Xá demonstrou uma relação ambivalente para com a Monarquia Hispânica. Se, por um lado, desejava a amizade desta para combater os inimigos otomanos, por outro lado, cobiçava o controlo das rotas comerciais que confluíam a Ormuz e as riquezas geradas por estas.

Resta-me a dúvida se Abbas gizara um grande plano que teria culminado com o controlo efectivo daquela praça ou se apenas desejava manter um certo grau de pressão sobre os portugueses no estreito que lhe permitisse controlar os seus procedimentos, somente avançando para a conquista efectiva face às sucessivas conjunturas favoráveis. Dado o empenhamento do Xá na conquista de Kandahar nesse ano de 1622, Ormuz nem parece surgir como uma das prioridades safávidas, enviando para essa conquista “um exército tão pobremente provido de dinheiro, armas, munições, navios e todos os apetrechos e instrumentos necessários à guerra”¹¹⁶. Infelizmente a incapacidade de consultar as fontes persas não permite investigar esta questão mais profundamente.

Se a batalha por Ormuz parece ter sido uma questão secundária para os persas, foi, sem qualquer dúvida, uma questão de suma importância para a Monarquia Hispânica. O choque causado pela perda de uma tão importante praça levou à formação de uma memória permanente sobre aquela possessão, instigada e instigadora de constantes desejos de reconquista da praça e da busca dos responsáveis pela sua perda. Mais desonrosa se achava a perda por ter sido às mãos de mouros e hereges, tornando ainda maior a perda da reputação e prestígio da Monarquia, de tal modo que, mesmo em Madrid, o Conselho de Portugal afirmava dever-se aquela perda à união das Coroas que havia trazido sobre Portugal os inimigos de Castela com os nefastos efeitos visíveis para

¹¹³ Cf. *Comentários*, 1940, p.230

¹¹⁴ Cf. ACE, 1953, vol.I, doc.35, pp.130-132

¹¹⁵ Cf. DUP, 1960, vol.I, doc.36, p.215

¹¹⁶ *História Geral da Tomada da Fortaleza de Ormuz de Edward Monnox*, transcrito em *Comentários*, 1940, p.329; Cf. Boxer, 1985, p.81

o reino luso¹¹⁷. Era claro que a perda de Ormuz representava muito mais do que somente uma perda simbólica para a Monarquia Hispânica.

2. O Choque

2.1. - A Perda Financeira

Em Goa a notícia da perda da cidade e fortaleza¹¹⁸ foi acolhida com algum pragmatismo, preparando-se de imediato a melhor forma de recuperar a praça, como veremos mais adiante, e de segurar a presença portuguesa no Golfo Pérsico¹¹⁹.

A queda de Ormuz e as inerentes perdas financeiras foram rapidamente entendidas no Reino, após a chegada da notícia daquele infortunado evento¹²⁰. A informação deve ter causado mais transtorno e espanto à Junta Governativa em Lisboa, por se tratar “de huma alfandega que rendeo à Fazenda de Vossa Magestade em alguns annos maes duzentos mil cruzados en cada hum anno”¹²¹, do que o lacónico comentário de Pêro Roiz Soares no seu famoso memorial sobre a perda de Ormuz deixa entrever, não ultrapassando a mera enunciação da chegada da informação e um muito breve comentário às riquezas obtidas por persas e ingleses¹²².

A importância financeira de Ormuz estava de tal forma presente no imaginário português que, aquando da comemoração do dia de São Tomé (3 de Julho) seguinte à chegada da notícia da perda da praça no sermão enunciado pelo jesuíta Bartolomeu Guerreiro, na Capela Real este referisse os rendimentos da feitoria da praça, juntamente com as glórias militares de Afonso de Albuquerque na conquista da cidade e do domínio português naquelas partes¹²³. E mesmo vinte anos após a perda daquela alfândega esta ainda era lembrada por Frei Miguel Soares no seu *Portugal Libertado*

¹¹⁷ Cf. DUP, 1960, vol.II, doc.64, p.356

¹¹⁸ Foi conhecida a notícia em Goa a 27 de Maio de 1622 por carta de 18 de Maio de 1622 de Constantino de Sá de Noronha escrita em Mascate. Cf. ACE, 1953, vol.I, doc.37, pp.134-138

¹¹⁹ Cf. *Idem*

¹²⁰ A notícia chegou ao Reino a 5 de Janeiro de 1623, provavelmente chegada por terra, visto ter sido sabido primeiro em Madrid de onde procedeu a informação para a capital portuguesa. DUP, 1960, vol.II, doc.68, pp.366-367 Segundo o memorial de Pêro Roiz Soares a notícia apenas teria sido conhecida em Lisboa no dia de Reis (6 de Janeiro) de 1623. Cf. *Memorial de Pêro Roiz Soares*, 1953, p.452

¹²¹ DUP, 1960, vol.II, doc.68, p.366

¹²² Cf. *Memorial de Pêro Roiz Soares*, 1953, p.452.

¹²³ Cf. *Sermão que fez o Padre Bertolomeu Guerreiro...*, 1624.

como uma das piores consequências das más práticas do governo Habsburgo em Portugal¹²⁴, sendo especialmente interessante por autor ser um frade hieronimita que nunca saiu do Reino, nem se conhece qualquer outra viagem mais longa do que a sua ida de Alcácer do Sal para Setúbal¹²⁵.

Analisemos então os dados quantitativos que fomentaram a criação desta imagem de Ormuz e que tornaram tão a sua perda tão financeiramente catastrófica para o Estado Português da Índia. A alfândega de Ormuz, de cujos rendimentos os portugueses tinham-se apoderado ao longo da primeira metade do século XVI¹²⁶, era sem dúvida uma das mais rentáveis de todo o Estado da Índia. Na passagem do século XVI para o século XVII os rendimentos da alfândega de Ormuz encontravam-se em crescimento, passando de 54 000\$000 réis em 1588¹²⁷ para 68 000\$000 réis em 1609¹²⁸. Ocorreu então uma pequena descida dos rendimentos, atingindo somente 60 205\$200 réis em 1620¹²⁹, mesmo assim um valor superior aos rendimentos auferidos em 1588. Porém devemos também ter em consideração as despesas portuguesas em Ormuz para conseguirmos atingir uma maior compreensão da real relevância desta praça no contexto das contas do Estado Português da Índia. Assim em 1588 as despesas totalizaram o valor de 17 368\$547 réis, obtendo-se um saldo positivo de 36 631\$453 réis, tornando Ormuz a mais lucrativa praça portuguesa no oriente nesse momento¹³⁰. Esse valor de despesa que se mantêm em 1609, 17 294\$313 réis, havendo, como já

¹²⁴ Cf. *Portugal Libertado*, 1974, p.72.

¹²⁵ Cf. *Idem*, 1974, pp.11-13

¹²⁶ A quando da dupla submissão da cidade por Afonso de Albuquerque em 1507 e 1515 ficou acordado entre as autoridades portuguesas e o Rei de Ormuz o pagamento de páreas no valor de 15 mil xerafins (4.500.000 réis) pelo monarca ormuziano. No entanto, este valor foi aumentado em 1517, alegando a necessidade de custear as despesas crescentes com armada portuguesa no Golfo Pérsico o capitão António de Saldanha deu ordem para que o valor das páreas fosse aumentado para 25 mil xerafins (7.500.000 réis). Devido ao sucesso português na debelação de uma tentativa de usurpação do poder em Ormuz, que se estendeu a algumas praças na costa de Oman, ocorrida entre 1521 e 1522, o governador D.Duarte de Meneses aumentou novamente as páreas em 1523, atingido estas o valor de 60 mil xerafins (18.000.000 réis). Correspondendo então a 60% das receitas anuais da alfândega, surgindo então os primeiros atrasos nos pagamentos. A ocorrência de novos distúrbios em Ormuz levou em 1529, o governador D.Nuno da Cunha a um novo aumento das páreas para o valor de 100 mil xerafins (30.000.000 réis), valor absolutamente incomportável para a Coroa de Ormuz, passando os atrasos nos pagamentos a ser constantes. Em 1542 a dívida da Coroa de Ormuz ao Estado Português atingia o astronómico valor de 518 mil xerafins (155.000.000 réis). No ano seguinte, o governador Martim Afonso de Sousa acordou com o Rei local a passagem da alfândega de Ormuz e todos os seus rendimentos para o controlo português, cessando o pagamento das páreas e sendo perdoada toda a dívida ormuziana. No entanto, os portugueses tiveram também de assumir parte das despesas do Monarca local, impossibilitado de fazer face a estas sem os rendimentos da alfândega. – Cf. Godinho, 1982, p.45; Cf. Miranda, 2007, p.109.

¹²⁷ Cf. Matos, 1994, p.76.

¹²⁸ Cf. *Idem*, p.78.

¹²⁹ Cf. *Idem*, p.79.

¹³⁰ Cf. *Idem*, p.76.

referido, um aumento das receitas, conseqüente num aumento do saldo positivo para 51 495\$687 réis¹³¹. A ameaça persa sobre as posições portuguesas no Golfo Pérsico, na década seguinte, levou a um grande aumento das despesas totalizando 39 085\$200 réis, o que conjuntamente com a diminuição das receitas teve como conseqüência uma diminuição dos lucros, no entanto mantendo um saldo positivo de 21 120\$000 réis¹³².

A importância financeira de Ormuz sobressai ainda mais se tivermos em atenção a totalidade dos rendimentos do Estado Português da Índia. Voltando a focar o início da nossa análise em 1588 os proventos ormuzianos representam 18.2% do total de rendimentos do Estado. Em 1609 esta representação desce ligeiramente para 17.9%, apesar de ser o momento de maior rendimento da alfândega de Ormuz, graças ao aumento generalizado dos rendimentos portugueses na Ásia, o que de certa forma matiza o crescimento ormuziano. Em 1620, nas vésperas da queda cidade em poder persa, apesar da quebra dos rendimentos alfandegários de Ormuz, a sua importância no contexto global dos proventos do Estado, havia aumentado para 18.5%¹³³. Este facto deveu-se à acentuada quebra das receitas nesse período¹³⁴.

Através da análise destes números é possível perscrutar a importância financeira de Ormuz no período antecedente à sua perda. Trata-se sem dúvida de umas das mais importantes praças portuguesas na Ásia, perfazendo os seus rendimentos quase um quinto de todas as receitas do Estado Português da Índia. Estas receitas ficaram impreterivelmente perdidas aquando da entrega da cidade à coligação anglo-persa. Apesar dos esforços portugueses para fazer de Mascate uma nova Ormuz, concentrado ali a passagem das principais rotas do Golfo Pérsico, esta cidade não só nunca gerou os lucros semelhantes, como o esforço militar levado a cabo para manter da presença portuguesa no Golfo Pérsico e forçar o comércio a afluir a esta cidade consumiu totalmente as receitas conseguidas pela alfândega local, tornando mesmo o aparato militar e a estrutura administrativa portuguesa ali presentes deficitários e necessitantes de constantes injeções de capital provenientes de Goa¹³⁵, como veremos mais adiante. Não é assim de estranhar que a perda da praça de Ormuz tenha criado uma forte impressão financeira nos centros de decisão portugueses tanto na Ásia como na Europa.

¹³¹ Cf. Matos, 1994, p.78.

¹³² Cf. *Idem*, p.79.

¹³³ Cf. *Idem*, p.70.

¹³⁴ Cf. *Idem*, p.64.

¹³⁵ Em 1635 as receitas de Mascate e fortalezas dependentes serão de 20 137 000 réis, contra despesas no valor de 36 285 740 réis, causando um saldo negativo de 16 148 240 réis. Cf. *Idem*, pp.80-81.

Em Madrid, onde se afirmava o valimento do conde-duque de Olivares¹³⁶, o impacto financeiro e psicológico da perda de Ormuz criou uma forte consciencialização do estado em que a Índia portuguesa se encontrava e da necessidade de reforma, formulando-se uma quantidade infindável de planos para a resolução daqueles problemas¹³⁷. Um dos mais conhecidos seria a formação de uma Companhia comercial, ao estilo das companhias do Norte Europeu. O Conselho de Portugal, no mesmo parecer em que informou o Rei da queda da importante praça portuguesa no estreito e de como se devia proceder a partir daquele momento naquelas partes, insistiu na formação de uma companhia de forma a “se conservar, e sustentar o comercio da India”.¹³⁸ No entanto ainda demoraria mais seis anos para a efectiva criação da dita companhia comercial, mas com resultados muito pouco satisfatórios, sendo dissolvida poucos anos após a sua criação¹³⁹.

A perda de Ormuz destaca-se, assim, no quadro dos danos sofridos pelo Império Português no século XVII por ter sido a primeira grande praça portuguesa a cair, tratando-se de um golpe ainda mais rude por se tratar da segunda praça com maiores rendimentos da Índia Portuguesa, somente ultrapassada por Goa. Além demais constitui a primeira praça portuguesa a cair face a um ataque conjunto de um potentado local, a Pérsia Safávida, e de forças exógenas ao Índico, os ingleses da Companhia das Índias Orientais.

2.2. – A Perda de capacidade compensatória da Coroa

A queda de Ormuz teve também um impacto profundo na capacidade de actuação da Monarquia Hispânica. A remuneração dos serviços prestados pelos vassallos era uma das principais prerrogativas da Coroa, criando uma lógica de recompensa por serviço e fomentando uma relação estreita entre a Coroa, distribuidora de mercês, e os seus vassallos, prestadores de serviços a esta. A recompensa podia ser feita através de mercês, como as honras e rendas, ou através da atribuição de ofícios que, devido às suas características próprias e poderes inerentes, se tornavam bastante rentáveis para o seu

¹³⁶ Sobre o valimento do Conde-Duque de Olivares ver Elliot, 2004.

¹³⁷ Cf. Valladares, 2001, p.46.

¹³⁸ Cf. DUP, 1960, vol.II, doc.64, p.359

¹³⁹ Sobre a Companhia de Comércio Portuguesa ver Disney, 1981.

ocupante. Estes ofícios continham em si mesmo uma dupla lógica, pois eram, por si mesmos, uma mercê dispensada pelo Rei, mas também se apresentavam como um serviço prestado pelo vassalo, a ser recompensado no futuro com outras mercês, alimentando o sistema de modo cíclico. Esta fórmula estava também presente no Estado Português da Índia, onde os cargos existentes na estrutura governativa eram muitas vezes dados como mercês por serviços prestados naquelas partes, sendo especialmente significativo os cargos superiores em algumas fortalezas e a capitania de determinadas armadas¹⁴⁰.

A perda de uma fortaleza não significava somente a perda do espaço físico, o poder político irradiado por esta ou os proventos económicos das redes comerciais ali presentes, mas também uma efectiva perda de capacidade de recompensa dos vassalos por parte da Coroa e logo da sua capacidade de aliciar ao serviço régio. Como veremos, a perda de Ormuz torna-se um caso paradigmático dessa perda devido aos rentáveis cargos que possuía, os quais a Coroa não conseguiu recuperar nem substituir totalmente.

O Livro das Cidades, Fortalezas que a Coroa de Portugal tem nas partes da Índia, e das capitánias, e mais cargos, que neles há, e da importância delles funciona como uma boa base inicial para se perscrutar quais os cargos existentes em Ormuz que a Coroa podia utilizar para recompensar os serviços dos seus vassalos. Apesar de escrito em 1580 ou 1581, por um autor anónimo, a sua utilização continua a ser aqui pertinente visto não terem existido profundas alterações no organograma da administração portuguesa na ilha no período que medeia a elaboração deste documento e o momento que nos interessa estudar, sendo a sua relevância ainda mais salientada pela função para a qual foi elaborado, precisamente de dar a conhecer ao então novo rei de Portugal, Filipe II, de quais os ofícios que dispunha no Estado Português da Índia para oferecer como recompensa aos seus vassalos¹⁴¹.

Pode-se assim dividir a administração portuguesa em Ormuz por três espaços com claras implicações funcionais. A fortaleza, espaço militar e de justiça, a feitoria, espaço financeiro, e a alfândega, espaço comercial. Os ofícios dos dois primeiros espaços eram somente ocupados por portugueses, enquanto os cargos inerentes à alfândega eram divididos entre lusos e locais.

¹⁴⁰ Cf. Olival, 2008

¹⁴¹ Cf. Matos, p.17

Dentro destes espaços tinham especial relevância quatro cargos. O capitão da fortaleza a quem competia toda a administração portuguesa em Ormuz. O feitor, com jurisdição sob todas as matérias tocantes a fazenda, dirigindo a feitoria e a alfândega, e encontrando-se teoricamente sobre a dependência do capitão. O *xabandar*, que era “um officio como guarda, que serve de ver auiliar os preços de tudo o que sae e entra na alfandega”¹⁴², sendo preexistente à presença portuguesa, o que não significa que fosse ocupado obrigatoriamente por um indígena. E, por fim, o *guazil*, espécie de primeiro-ministro na hierarquia governativa da ilha¹⁴³, muitas vezes concorrendo no poder com o próprio rei e criando uma forte conflitualidade interna ao Reino¹⁴⁴, sempre encarnado por um nativo. Este acumulava com este a função de juiz da alfândega¹⁴⁵, despachando as mercadorias e controlando a taxaço das. Apesar de ser um officio ocupado por um indígena não deixava de estar sujeito a confirmação régia portuguesa¹⁴⁶.

Destes quatro cargos são de especial interesse para a questão aqui tratada os de capitão da fortaleza e do feitor, por serem os de mais relevância na administração portuguesa em Ormuz e permanentemente ocupado por portugueses. Infelizmente não nos foi possível descortinar quais seriam a totalidade dos proventos financeiros e simbólicos que os ocupantes desses cargos conseguiriam durante o período de um mandato, para além dos 600 mil réis anuais de soldo e 50 a 60 mil reais forros que o capitão podia comerciar¹⁴⁷ e dos 100 mil réis anuais de soldo e 12 mil reais forros que o feitor tinha permissão para comerciar¹⁴⁸. Mas é preciso também ter em consideração que era mesmo oficialmente reconhecido que os ocupantes de ambos os cargos teriam oportunidade de fazer “muito moor quantidade de dinheiro”¹⁴⁹, para além dos soldos e direitos comerciais estabelecidos pela Coroa.

A venda dos cargos do Estado Português da Índia levada a cabo pela Coroa em 1614 releva-nos, todavia, algumas pistas e questões interessantes. Nesse acto, a capitania de Ormuz foi vendida a D.Luís da Gama, irmão de D.Francisco da Gama, conde da Vidigueira e por duas vezes Vice-Rei da Índia¹⁵⁰, pelo astronómico valor de

¹⁴² Cf. *Livro das Cidades e Fortalezas*, 1952, p. 52

¹⁴³ Cf. Dalgado, vol.I, 1919-1921, pp.445-446

¹⁴⁴ Cf. Cunha, 2002, p.178

¹⁴⁵ Cf. *Livro das Cidades e Fortalezas*, 1952, pp.52-53

¹⁴⁶ Cf. *Idem*, p.53

¹⁴⁷ Cf. *Livro das Cidades e Fortalezas*, 1952, p.51

¹⁴⁸ Cf. *Idem*, p.52.

¹⁴⁹ *Idem* pp.51-52

¹⁵⁰ Foi vice-rei da Índia pela primeira entre 1597 e 1600 e a segunda vez entre 1622 e 1628.

145 mil xerafins. Claramente a capitania vendida por um maior valor, as vendas seguintes mais rentáveis foram as de Diu, por 53 mil xerafins, e Damão, por 37 mil xerafins, significativamente distantes do valor alcançado por Ormuz. Extraordinariamente, Mascate apesar da parca importância política atinge um valor de venda bastante elevado, 30 mil xerafins, o que a tornou a sexta capitania vendida por maior valor, somente ultrapassada pelas três capitâneas já referidas, para além de Chaul e Malaca, vendidas por 32 200 xerafins e por 30 030 xerafins, respectivamente¹⁵¹.

Por seu lado, também a venda da feitoria de Ormuz foi a mais rentável para a Coroa, perfazendo o valor de 11 550 xerafins, tendo sido o seu comprador Manuel da Costa Cortes. Apesar de ter sido a mais cara, a diferença para as vendas das outras feitorias não é tão acentuada como no caso da venda da capitania, visto que a feitoria de Diu foi cedida por 9 200 xerafins e a de Moçambique por 9 010 xerafins. Mascate, por seu turno, foi a feitoria vendida pelo valor mais baixo, somando somente 400 xerafins, sendo comprada por Pêro Mendes Girão¹⁵². Esta situação provavelmente deveu-se à influência da centralidade comercial de Ormuz no Golfo Pérsico, concentrado o principal tráfico naquela região e relegando as outras praças portuguesas naquelas partes, como Mascate, para um papel absolutamente secundário. A Mascate teria sobretudo destinado o comércio com a zona arábica circundante à praça portuguesa.

Analisando os números acima apresentados chegamos à conclusão que os ofícios em Ormuz seriam os mais desejados no conjunto de cargos constituintes da administração do Estado Português da Índia por serem, provavelmente, os mais lucrativos, tanto simbólica como financeiramente, só assim se explicando a elevada despesa feita pelos compradores dos cargos em 1614. Torna-se, assim, claro que estes ofícios eram preciosas recompensas à disposição da Monarquia para a compensação dos serviços dos seus vassallos, perdidos aquando da queda da fortaleza em 1622 e diminuindo fortemente a capacidade redistributiva da Coroa. O facto não deve ter deixado de criar uma forte impressão nas estruturas de poder em Goa, Lisboa e Madrid, a braços com a necessidade de mobilizarem efectivos para fazer face à ameaça das outras potências europeias presentes no Índico, em aliança com alguns potentados locais.

¹⁵¹ Cf. Subrahmanyam, 1995, p.220

¹⁵² Cf. *Ibidem*

Junto com a perda efectiva da capacidade de distribuir os cargos como recompensa, a Coroa teve também de fazer face a uma outra situação, a da redistribuição por outros ofícios aqueles que já haviam sido dados aos seus vassallos, dando azo a um movimento de substituição processual de novas recompensas equivalentes aquelas que se perdiam. São paradigmáticos deste processo os casos de Francisco da Barreira, provido para xabandar em Ormuz, recebendo em troca um aldeamento em Ceilão¹⁵³; de Luís Marinho, honrado com o ofício de escrivão da alfândega de Ormuz, substituído pelo mesmo cargo no Paço de Pangim¹⁵⁴; de Domingos da Silva, provido para alcaide de mar de Ormuz e compensado como o lugar de escrivão da feitoria de Baçaim¹⁵⁵; ou de Manuel de Sottomayor, presenteado com o cargo de corretor mor de Ormuz, trocado pelo mesmo cargo em Diu¹⁵⁶.

Tem especial interesse o caso particular de André Salema. Este comprara o cargo de corretor de Ormuz, na venda geral, pelo valor de dez mil pardaos, não servindo ali devido à perda da fortaleza¹⁵⁷. De forma a resolver a questão o vice-rei D.Francisco da Gama decidiu a troca do ofício por duas viagens a Moçambique. No entanto, os lucros passíveis destas viagens ultrapassariam os proventos que deveria receber pelo cargo, propondo então o vice-rei, com concordância de André Salema, que o excedente fosse empregue na fortificação da fortaleza de Moçambique¹⁵⁸. A possibilidade foi recusada por Madrid, substituindo a primeira mercê por oito anos de serviço na capitania do forte de Murmugão, no território de Goa, recebendo o soldo equivalente ao de capitão do forte da Aguada¹⁵⁹, na mesma região. Este caso tem especial interesse, pois permite vislumbrar a existência muito clara de lógica equivalência dos ofícios que se davam em substituição dos cargos nos quais os agraciados já não podiam ser providos.

Em conclusão, a perda de Ormuz significou para a Monarquia Hispânica não somente a perda de importantes proventos económicos, mas também um perda de capacidade política, ao perder um conjunto de valiosos ofícios para oferecer como recompensa aos seus vassallos. Por muitos dos ofícios já terem sido oferecidos a alguns súbditos, a Coroa teve de arranjar outros cargos para oferecer em troca daqueles que se

¹⁵³ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv. 23, fl.542

¹⁵⁴ Cf. AHU, Conselho Ultramarino, *Índia*, cx.018, doc.73

¹⁵⁵ Cf. AHU, Conselho Ultramarino, *Índia*, cx.018, doc.19

¹⁵⁶ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv. 26, fl.499

¹⁵⁷ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv. 23, fl.488

¹⁵⁸ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv. 22, fl.28-v.-29

¹⁵⁹ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv. 23, fl.488

havia perdido. Estas trocas, no entanto, não foram feitas de forma indiscriminada, usando-se uma lógica de equidade dos cargos, em que o novo ofício que se oferecia em mercê teria de ter rendimentos semelhantes ao ofício original, mesmo que se alterassem na forma, como por exemplo, o cargo de xabandar de Ormuz, um ofício iminentemente de controlo comercial, para a administração de uma aldeia no Ceilão, posto administrativo de claro pendor produtivo¹⁶⁰.

3. A continuidade de Ormuz

3.1. - As Devassas e o Apurar de Responsabilidades

A perda de Ormuz, como já foi dito, criou uma forte impressão nas autoridades portuguesas e castelhanas devido à importância daquela praça no conjunto do Estado Português da Índia e à desonra acarretada para a Monarquia Católica pela perda de uma possessão para adversários protestantes, os ingleses, e inimigos muçulmanos, os persas. Tornou-se absolutamente imperioso o castigo dos culpados externos e internos de tal nefasto evento. Os inimigos externos, ingleses e persas, castigaram-se, queixando-se ao seu monarca, no caso dos primeiros, e movendo guerra efectiva, no caso dos segundos, intentando a efectiva reconquista de Ormuz. Aos responsáveis internos, os oficiais portugueses, moveram-se um conjunto de processos criminais, tentando perceber que culpas cabiam a quem e procedendo à sua exemplar punição¹⁶¹.

Os processos judiciais levados a cabo no âmbito da perda de Ormuz têm um especial interesse devido ao seu prolongamento no tempo. Mais de vinte anos após a ocorrência ainda se buscava averiguar os comportamentos de alguns oficiais naqueles eventos, demonstrando assim a permanência do trauma causada por aquela perda. Surgindo os processos como um mecanismo de responsabilização pelo sucedido ao mesmo tempo que mantêm a questão sempre viva funcionando como uma forma de lembrança desse evento traumático.

Rapidamente se percebeu que Constantino de Sá de Noronha, Rui Freire de Andrade, Simão de Melo Pereira e Luís de Brito Barreto eram os protagonistas da queda

¹⁶⁰ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv. 23, fl.542

¹⁶¹ Cf. DUP, 1960, vol.II, doc.64, pp.350-361

de Ormuz a investigar, tendo o governador Fernão de Albuquerque procedido contra estes,¹⁶² sendo a investigação continuada pelo seu sucessor, o conde da Vidigueira, D.Francisco da Gama¹⁶³, chegado a Goa em Dezembro de 1622.

Constantino de Sá de Noronha foi colocado na prisão por ordem de D.Francisco da Gama, por se haver retirado de Mascate, deixando aquela fortaleza completamente desprotegida¹⁶⁴. Mas foi rapidamente inocentado e proposto o seu envio para Ceilão para ali construir uma fortaleza na cidade de Triquimale¹⁶⁵, sentença posteriormente confirmada por Lisboa¹⁶⁶. Apesar deste veredicto a Coroa não parece ter a certeza sobre a responsabilidade de Constantino de Sá, enviando, na década de 1630, pedidos sucessivos para se realizarem novas devassas sobre o assunto, mas o réu continuaria a ser considerado inocente¹⁶⁷, permanecendo como capitão-geral do Ceilão, onde faleceu.

Outro inocentado nas devassas sobre a queda de Ormuz foi Rui Freire de Andrade. Este, após ter escapado aos ingleses, como veremos mais adiante, e de ter ido a Mascate, onde encontrou Constantino de Sá, com o qual passou a Goa, foi ali mandado prender por ordem do governador Fernão de Albuquerque. De forma a escapar à prisão fugiu para o convento dos Agostinhos, escapando posteriormente dali para se meter num dos navios que vieram do Reino e onde o novo vice-rei o encontrou e o deixou permanecer até o final da devassas¹⁶⁸. Também Rui Freire foi considerado inocente tanto pela perda de Ormuz, onde não se encontrara presente, como na queda de Queixome, pois limitara-se a cumprir ordens¹⁶⁹. A sua inocência foi confirmada também em Lisboa¹⁷⁰.

Para estas sentenças favoráveis a Rui Freire de Andrade e Constantino de Sá de Noronha pode ter contribuído a intercessão do conde da Vidigueira, necessitado de comandantes com experiência num momento em que estes faltavam para a ocupação dos principais cargos do Estado Português da Índia como o vice-rei irá inúmeras vezes escrever a Lisboa. Além do mais, havia pressão para enviar Rui Freire ao estreito pela

¹⁶² Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.17, fl.46

¹⁶³ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.19, fl.21-v.

¹⁶⁴ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.17, fl.46

¹⁶⁵ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.17, fl.66

¹⁶⁶ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.20, fl.325

¹⁶⁷ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.23, fl.429

¹⁶⁸ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.17, fl.46

¹⁶⁹ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.17, fl.65-v.

¹⁷⁰ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.25, fl.378

“grande opinião que os Arábios amigos do Estado tem delle, e muito que o teme os Persas”¹⁷¹.

Os dois principais responsabilizados pela perda acabaram por ser Simão de Melo Pereira e Luís de Brito Barreto. O capitão da fortaleza, após a queda desta, seguiu para Goa, onde, por incompetência ou subtil recusa as autoridades não o prenderam, conseguindo escapar-se para as terras de Bijapur¹⁷². Não alcançando uma audiência com o Idalcão, provavelmente para se colocar ao seu serviço ou para este intervir em seu favor junto das autoridades de Goa, passou para a costa oriental indiana¹⁷³, logrando escapar a todas as tentativas de captura ordenados por Lisboa¹⁷⁴ e intentadas pelo governador¹⁷⁵. Nos anos de 1630 enviou uma petição a Lisboa argumentado que tudo fizera para impedir a queda de Ormuz, a pedir a reavaliação do seu caso, sendo-lhe respondido que se se entregasse livremente ao vice-rei, em Goa, seria enviado para o Reino, onde se procederia à reavaliação da sentença de morte pronunciada contra si¹⁷⁶. Infelizmente, a partir deste momento a documentação torna-se omissa, não sendo claro se Simão de Melo cumpriu com esta obrigação ou permaneceu em terras indianas. O único a ser verdadeiramente punido em consequência da derrota foi Luís de Brito Barreto. O almirante, apesar de sobrinho do governador Fernão de Albuquerque não se livrou de ser encarcerado em Goa¹⁷⁷, tendo sido condenado à morte e executado por ordem do sucessor de seu tio¹⁷⁸, pena confirmada por Lisboa¹⁷⁹.

Um caso especialmente interessante é o de Luís de Brito Vasconcelos, não tanto pelo protagonista em si, (infelizmente, não nos foi possível perceber qual a sua participação na perda de Ormuz) mas pelo período em que decorreu o processo. A primeira referência conhecida ao processo ocorre já no governo do vice-rei conde de Linhares [g.1629-1635], o qual enviou para Lisboa uma petição para se reavaliar o desempenho de Luís de Brito¹⁸⁰ que se encontrava degredado em condenação pela perda de Ormuz. A resposta chegou somente no final do governo de Pêro da Silva [g.1635-1639], recomendando-se a restituição da honra ao degredado, mas pedindo-se, de

¹⁷¹ ANTT, *Livro das Monções*, lv.17, fl.65-v.

¹⁷² Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.17, fl.46

¹⁷³ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.22, fl.22-v.

¹⁷⁴ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.23, fl.380

¹⁷⁵ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.22, fl.22-v.

¹⁷⁶ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.31, fl.527

¹⁷⁷ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.17, fl.46

¹⁷⁸ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.17, fl.73-73-v.

¹⁷⁹ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.20, fl.337

¹⁸⁰ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.51, fl.142

qualquer modo, o envio dos treslados a Lisboa para serem ali reavaliados¹⁸¹. No entanto, o espaço de tempo de permeio entre os eventos e este processo fizeram-se sentir, afirmando o novo vice-rei, conde de Aveiras, que seria bastante difícil conseguir qualquer novo esclarecimento sobre o caso, visto grande parte das testemunhas e envolvidos no processo já haverem falecido, mas de qualquer forma se daria procedência ao caso¹⁸². A nova junta formada para a análise dos procedimentos de Luís de Brito a outra conclusão não chegou se não inocentar o condenado, retirando-lhe a pena de degredo que lhe faltava concluir e restituindo-lhe a honra¹⁸³. Sentença foi confirmada em pelas vias de 1644 e mantida a sua execução pelo conde de Aveiras em 1645¹⁸⁴.

Juntamente com estes quatro grandes casos, ao qual se junta o de Luís de Brito Vasconcelos pelo seu interesse próprio, houve procedimentos sobre outros oficiais foram investigado ou mandados investigar para se compreender a sua culpa na perda da praça ormuziana. São exemplos destes procedimentos investigatórios menores o de João Quadros, cuja actuação nas perdas de Ormuz e Comorão foi investigada em 1630, na sequência do pedido da sua esposa por uma tença devida ao seu marido, entretanto falecido.¹⁸⁵ Ou o do padre Sorrentino da Companhia de Jesus, expulso e novamente recolhido nesta ordem contra a opinião da Coroa¹⁸⁶. Ou ainda Diogo de Sousa de Meneses a quem não foi concedida o provimento de um cargo menor em Moçambique por se encontrar preso, culpado na perda de Ormuz¹⁸⁷.

À margem desses processos oficiais existiu um conjunto de condenações e justificações que circularam por via literária ao longo de todo o período que estamos a estudar. Nos *Commentários do Grande Capitão Rui Freire de Andrada*¹⁸⁸, possivelmente da autoria de Paulo Craesbeck, levados ao prelo pela primeira vez em 1647 o grande responsabilizado, tal como nos processo judiciais, é o capitão Simão de Melo Pereira, não surgindo qualquer referência à revolta dos soldados e casados de Ormuz, que o afastaram do seu cargo devido à sua recusa em fazer a paz com os ingleses. O governador Fernão de Albuquerque foi considerado outro dos principais

¹⁸¹ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.46, fl.91

¹⁸² Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.46, fl.91-v.-92

¹⁸³ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.48, fl.140 e lv.51, fl.171

¹⁸⁴ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.48, fl.331-v.

¹⁸⁵ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.27, fl.59

¹⁸⁶ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.23, fl.411

¹⁸⁷ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.19, fl.22-22-v.

¹⁸⁸ *Comentários*, 1940

responsáveis pela perda, necessitando mesmo seu filho de levar para publicação *Os Apologéticos Discursos*¹⁸⁹ em 1641, de forma a defender a acção governativa do seu pai. Por fim, a título de exemplo, Frei Miguel Soares, na sua obra justificadora da Restauração de 1640, *Portugal Libertado*¹⁹⁰ culpa simplesmente a inserção do Reino de Portugal na Monarquia Hispânica trazendo contra aquele os inimigos desta, à qual se juntou a tirania e incompetência dos Áustrias.

Denota-se, assim, uma necessidade de encontrar os culpados da queda de Ormuz e justificar esta perda, buscando numa grande amplitude de intervenientes, que vão desde participantes directos nos eventos, passando por um protagonista mais ou menos afastado, como foi Fernão de Albuquerque, até se culpar aquela entidade genérica e não individualizada que era a Monarquia Hispânica, neste caso já com claros intuitos justificativos de uma acção de cisão de Portugal para com aquela. Esta busca incessante dos culpados, derivado do trauma causada pelo evento, coadjuvada pelas delongas nos processos causada pela demora na comunicação entre os vários espaços decisórios da Monarquia (Goa, Lisboa, Madrid), levou à permanência da memória de Ormuz nesses mesmos centros de decisão, numa contínua busca de justificação que manteve assunto como referência até uma cronologia bastante tardia.

3.2. - Tentativas de Reconquista

Em 1623 era apresentado em Madrid o *Discurso sobre a Empresa d'Ormuz, e pareceres que facilitão sua Recuperação*¹⁹¹. Neste eram expostos todos os inconvenientes de qualquer tentativa de reconquista de Ormuz. Desde as qualidades militares do persas, sempre atentos a qualquer ataque português, o qual só poderia vir

¹⁸⁹ *Apologéticos Discursos*, 1641

¹⁹⁰ *Portugal Libertado*, 1974

¹⁹¹ Existe uma versão deste documento catalogado como ANTT/Manuscritos da Livraria, 1116, ff.538-67 transcrito no segundo volume da tese *O Estado Português da Índia. Da rendição de Ormuz à perda de Cochim (1622-1663)* de Maria Manuela Sobral Blanco, identificando o autor daquela como sendo Luís Alvares Barriga, sobre o qual nada consegui indagar. No entanto no segundo volume da *Documentação Ultramarina Portuguesa* encontra-se uma cópia fiel dos quatro últimos pontos daquele parecer, mas desta vez identificando o seu autor como sendo João Pereira Côrte-Real. Homem de vasta experiência no Oriente, apresentou, em 1619 e 1622, um plano de reforma da Carreira da Índia e mais tarde desempenhou as funções de governador de Cabo Verde, além de membro do Conselho de Guerra após a Restauração. Face a esta dupla autoria do mesmo documento resta-me a dúvida se se tratou de um trabalho conjunto de ambos os autores que apresentaram em espaços diferentes o mesmo documento ou se trata de qualquer outra situação equívoca. Cf. Blanco, 1992, vol.II, doc.XVIII, pp.57-85; Cf. DUP, 1960, vol.II, doc. 103, pp.450-457; Cf. Boxer, 1940, pp.439-463.

por mar e passando um bem guardado estreito de Ormuz, tornando qualquer assalto surpresa praticamente impossível. Até à incapacidade bélica do Estado Português da Índia para reunir as quantidades de soldadesca necessários para acometer a praça, para mais localizada numa terra tão estéril de tudo e incapaz de prover os soldados lusos qualquer necessidade. Dessa forma tudo lhes tinha de ser levado das relativamente distantes fortalezas portuguesas na Arábia ou mesmo da Índia, enquanto os portos persas se encontravam bastante mais próximos da ilha, conseguindo abastecer-lhe rapidamente de tudo o necessário, sobretudo se avisados com antecedência da chegada da armada portuguesa.

Eram vários os argumentos e os planos mencionados pelo autor para se dar prossecução ao intento de retomar Ormuz. Afinal Afonso de Albuquerque havia tomado aquela fortaleza duas vezes e os soldados persas eram desprovidos de valor militar e facilmente se deixariam encurralar na ilha de Djarûn pela superioridade das forças marítimas portuguesas. Se não fosse realmente possível reconquistar a fortaleza original, outra se construísse naquela ilha e se levassem para lá os mercadores, impedindo-os de ir a Ormuz e assim se continuaria a escoar os produtos comerciados pelos portugueses através do Golfo Pérsico.

A estas ideias contrapunha o autor dos *Discursos* que nem os persas eram desprovidos de valor militar, afinal eram guerreiros experimentados na guerra contra terríveis adversários, como os uzbeques, os mogóis e os otomanos, nem aqueles tempos eram semelhantes à era de Afonso de Albuquerque, quando o Império Safávida ainda encontrava as suas fronteiras distantes da costa sobranceira a Ormuz e era governado pelo Xá Ismael em reclusão auto-imposta e inactiva depressão após a derrota frente às forças otomanas em 1514. Eram os persas agora governados pelo activo Xá Abbas, que nunca permitiria a construção de uma nova fortaleza portuguesa na ilha de Djarûn e facilmente poderia desviar para qualquer outro porto os mercadores se a rota para Ormuz se tornasse demasiado difícil. Para mais era financeiramente impossível ao Estado Português da Índia fazer face a uma despesa tão avultada como a permanência de uma armada tão grande e poderosa na entrada do Golfo Pérsico, que fosse capaz de controlar totalmente o comércio por ali passante e resistir a qualquer intento das forças navais inglesas ou holandeses em coligação com o poder persa. Não restava outra solução senão a aposta em Mascate, por aí se continuariam a escoar os produtos

portugueses, tornando essa fortaleza o principal ponto comercial e militar luso no Golfo Pérsico.

O empenhamento das forças militares do Estado Português da Índia deveria residir na expulsão dos inimigos europeus da Ásia, enfraquecendo os potentados locais que até à chegada daqueles não haviam apresentado um verdadeiro desafio militar marítimo para os portugueses¹⁹². Nesta questão, tanto o Conselho de Estado como o Conselho de Portugal estavam em absoluto acordo com o redactor dos *Discursos*. O Conselho de Portugal, logo após a chegada da notícia, deu ordem para que se tentasse por todos os meios desunir persas e ingleses, de forma a facilitar qualquer intento militar português no estreito¹⁹³. A ideia foi postulada também pelo Conselho de Estado, dando-se ordem para se comunicar de imediato com o conde de Bristol, embaixador inglês em Madrid¹⁹⁴. Mas, face às dificuldades cada vez mais claras do Estado Português da Índia e a algumas reticências inglesas em abandonar o apoio ao Império Safávida e conseqüentemente ao comércio persa, o Conselho de Estado ponderou a sua atitude em relação aos ingleses. Não conseguindo expulsá-los por completo do estreito propuseram que se tentasse a formação de uma aliança anglo-portuguesa para os afastar dos persas e para combaterem em conjunto os holandeses¹⁹⁵.

Em Madrid, o Conselho de Portugal, logo que soube da notícia da queda de Ormuz tomou uma atitude algo dúbia sobre o assunto. Se, por um lado, defendeu de imediato a retoma da praça, enunciando os meios necessários para a sua execução. Planeou-se a reunião dos capitais necessários através da convocação de Cortes, do pedido de apoio por parte do Clero e da utilização do dinheiro dos assentos da Flandres e Alemanha. Por outro lado, este mesmo Conselho defendeu a fortificação de Mascate, tornando esta o principal centro da actividade portuguesa no Golfo Pérsico. E que somente se intentasse Ormuz se houvesse uma boa e segura oportunidade de sucesso. Esta ambiguidade justificasse pelas dificuldades que o Estado Português da Índia enfrentava neste momento e pela forte pressão exercida pelo sultanato de Achem sobre Malaca neste período. Se Ormuz já se encontrava perdida o mesmo não ocorria com a praça da Insulíndia. Era assim absolutamente necessária a sua defesa e, não havendo capacidade nem de Goa nem de Madrid para empreender as duas empresas, escolhia-se

¹⁹² Cf. Blanco, 1992, vol.II, doc.XVIII, pp.57-85

¹⁹³ Cf. DUP, 1960, vol.II, doc.64, p.356

¹⁹⁴ Cf. *Idem*, doc.67, p.364

¹⁹⁵ Cf. *Idem*, doc.72, pp.379-380

a defesa da praça ainda não perdida. De qualquer forma era necessário enviar a Ormuz um qualquer socorro, mas estando já tão próxima a monção de Março, poucas seriam as possibilidades de enviar um grande reforço, tendo-se de aguardar pela monção de seguinte¹⁹⁶.

No Conselho de Estado, reunido em Madrid, discutiu-se sobretudo se a recuperação de Ormuz seria uma empresa conjunta, como seria a de São Salvador da Bahia em 1625, ou somente uma jornada portuguesa, acabando por prevalecer esta segunda opinião, com a adenda que a expedição teria de contar com um bom número de soldados lusos experientes nas guerras de Flandres¹⁹⁷.

Também a Junta Governativa de Portugal, à altura composta por D.Martim Afonso Mexia, bispo de Coimbra, Diogo de Castro, conde de Basto e Nuno Alvares Pereira Cólón y Portugal, duque de Veragua e Almirante das Índias, interveio nesta discussão, elevando-a para um novo nível. Não somente era necessário empreender uma expedição para se retomar Ormuz, mas também o envio de um conjunto volumoso de reforços de forma a auxiliar o Estado Português da Índia a fazer face a todas as ameaças, pressupondo mesmo o envio de um dos infantes para a Ásia para liderar as forças portuguesas, o que é revelador da importância dada à matéria em Lisboa¹⁹⁸.

Apesar de não se dar qualquer continuidade à proposta de envio de um dos infantes para a Índia, prosseguiram os preparativos para o envio de uma grande armada de reforço para o Estado Português da Índia em meados de 1623, sob o comando de Nuno Alvares Botelho e sobretudo constituída por navios de alto-bordo, por serem estes os que estavam em maior falta naqueles mares e por serem os únicos capazes de fazer efectiva frente em combate naval aos inimigos europeus. O objectivo já não passava somente pela reconquista de Ormuz, mas por um efectivo reforço da presença portuguesa na Ásia e o auxílio, em particular, das praças de Moçambique, Mascate e Malaca¹⁹⁹.

Tentou-se que a armada portuguesa enviada do Reino em direitura ao estreito coordenasse os seus esforços com uma expedição saída de Goa²⁰⁰. Mas, tanto esta ideia como a forma da viagem em direitura para Mascate foram abandonadas pelas muitas

¹⁹⁶ Cf. DUP, 1960, doc.64, pp.356-361

¹⁹⁷ Cf. *Idem*, doc.67, pp.364-366

¹⁹⁸ Cf. *Idem*, doc.68, pp.367-368

¹⁹⁹ Cf. *Idem*, doc.72, pp.379-380

²⁰⁰ Cf. *Idem*, doc.102, p.449

dificuldades levantadas por este procedimento, que somente deveria ser levado a cabo se o próprio vice-rei houvesse já passado para o Golfo Pérsico. No entanto, era ressalvado o propósito de envio de uma forte armada ao estreito para defesa de Mascate, o melhor ancoradouro e mais próximo de Ormuz na posse dos portugueses, e novamente se boa ocasião, se propusesse, se intentasse a reconquista da fortaleza perdida²⁰¹.

Nota-se como aquilo que começara por ser um questão particular referente à reconquista da fortaleza de Ormuz se alargava rapidamente para uma reacção portuguesa em grande escala para expulsão dos inimigos europeus no Índico e uma reconsolidação da posição portuguesa naquele espaço em relação aos potentados locais. Enquanto a ideia de se recuperar Ormuz ia sendo relegado cada vez mais para um segundo plano, apesar de presente, somente a realizar se houvesse oportunidade para tal.

Entretanto no Golfo Pérsico, a chegada de Rui Freire de Andrade como novo capitão-geral, em Maio de 1623, marcou o início da actividade militar portuguesa com a intenção de retomar Ormuz. Entre 1624 e 1625, o capitão-geral colocou por várias vezes a praça sob cerco, mas todos estes intentos fracassaram, quer devido à falta de material bélico conveniente para aquela empresa, quer pela ameaça das armadas holandesas e inglesas, que todos os anos visitavam os portos persas para procederem ao comércio das sedas, precisamente no melhor período do ano para se proceder a acções militares de cerco no Estreito²⁰². Mesmo com a chegada da poderosa armada enviada do Reino, sob o comando de Nuno Alvares Botelho os portugueses não conseguiram retomar a praça²⁰³.

Em Goa, o vice-rei D.Francisco da Gama afirmava tomar providências para preparar uma forte expedição ao estreito, comandada pessoalmente por si, ameaçando mesmo com a perda dos despachos todos os fidalgos que não se dispusessem para a empresa²⁰⁴. No entanto, parecia ser voz corrente que a expedição não iria ocorrer, pois nem estavam a ocorrer os ditos preparativos, nem o vice-rei era considerado um homem capaz de tomar tal resolução²⁰⁵. Para mais que as ordens recebidas nas vias anuais eram cada vez mais ambíguas. Se em 1626 o conde da Vidigueira recebeu ordens para

²⁰¹ Cf. DUP, 1960, doc.104, pp.459-460

²⁰² Cf. *Comentários*, 1940, pp.251-253

²⁰³ Cf. Couto e Loureiro, 2007, pp.111-112

²⁰⁴ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv. 19, fl.61-62-v.

²⁰⁵ Cf. Valle, 1991, vol.I, pp.396-397

continuar a intentar não só a retoma de Ormuz, mas também a conquista de Paleacate²⁰⁶. Logo nas missivas régias do ano seguinte era ordenado ao novo governador, D.Francisco de Mascarenhas, que nunca tomou o cargo por haver falecido na viagem, que ou tomasse efectivamente a fortaleza ou se arranjasse forma da presença portuguesa no Estreito não custasse tanto ao Estado Português da Índia, necessitado de socorrer também as suas outras partes²⁰⁷.

A chegada do conde de Linhares como novo vice-rei, em 1629, alterou a posição portuguesa em relação ao intento de retomar Ormuz. D.Miguel de Noronha lançou uma série de críticas contra Rui Freire de Andrade por este não acometer a praça, justificando-se este que somente o poderia fazer nos meses entre Abril e Outubro, por ser a época mais sadia, precisamente a época em que os navios ingleses e holandeses visitavam as costas da Pérsia para comerciar impedindo assim qualquer intento português, apenas o podendo fazer se conseguisse reunir uma armada suficientemente forte para derrotar aqueles. Mas, o vice-rei considerava praticamente impossível reunir tal armada dada a situação em que se encontrava o Estado Português da Índia, sendo possível atacar a praça no período de ausência da armada anglo-holandesa, não procedendo Rui Freire de Andrade dessa forma por não querer e por ciúmes e invejas que o vice-rei o intentasse fazer pessoalmente, segundo as palavras do conde²⁰⁸.

Apesar das acérrimas críticas contra o capitão-geral, ia-se tornando cada vez clara a incapacidade portuguesa para retomar Ormuz, surgindo, com cada vez maior frequência, referências a alternativas a uma reconquista militar. Face ao esgotamento da possibilidade militar, tentava-se a recuperação da fortaleza através do trato²⁰⁹.

O esgotamento da capacidade de reacção do Estado Português da Índia e a sua constante falta de recursos levou a que o vice-rei tivesse de tomar algumas opções. Colocando de um lado a possibilidade de reconquista de Ormuz e do outro tentar-se empreender uma acção militar contra Paleacate, o conde de Linhares, optou pela segunda opção. Se, no Golfo Pérsico, os portugueses possuíam vários portos e fortalezas, que lhes permitiam de uma forma mais ou menos eficaz ainda manter ali uma presença comercial e criar problemas aos inimigos europeus, o mesmo não acontecia na costa oriental indiana, onde os ingleses e holandeses podiam navegar sem qualquer

²⁰⁶ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv. 23, fl.25

²⁰⁷ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv. 24, fl.161

²⁰⁸ ANTT, *Livro das Monções*, lv. 29, fl.147-148

²⁰⁹ ANTT, *Livro das Monções*, lv. 28, fl.172

oposição, podendo aquelas águas somente ser visitadas pelas armadas portuguesas de forma sazonal, tendo sempre de retornar à costa ocidental indiana para invernar²¹⁰.

Apesar de uma das justificações para a paz com ingleses de 1635 ter sido precisamente facilitar a empresa de Ormuz²¹¹, tornava-se cada vez mais claro que era impossível retomar aquela através da força das armas²¹². Mas o assunto permaneceria sempre em cima da mesa e mesmo António Teles de Meneses quando se tornou governador da Índia em 1639, recebeu ainda ordem para atacar Ormuz se houvesse ocasião e possibilidade de o fazer²¹³.

A Restauração de 1640 teve como consequência o retomar do assunto. Pêro Vieira da Silva, secretário de D.João IV, enviou uma missiva ao Conselho de Estado a pedir uma opinião sobre a melhor forma de retomar Ormuz²¹⁴. Possivelmente o secretário via nessa reconquista uma forma de afirmação da nova dinastia portuguesa, recuperadora de uma praça que fora a mais desonrosa perda do Estado Português da Índia durante a dominação castelhana. Mas a forte pressão árabe, da qual trataremos mais adiante, sentida sobre as praças portuguesas na margem sul do Golfo Pérsico e alguma incompetência do próprio Gilianes de Noronha fariam gorar por completo qualquer possibilidade de reconquista de Ormuz.

Em 1650 caiu Mascate e a presença portuguesa no Golfo ficou restringida a algumas feitorias nas costas da Pérsia. A nova potência omanita transformava-se lentamente numa potência militar marítima ameaçando os interesses portugueses não só no estreito, mas até nas costas da Índia e da África Oriental. O governador Filipe de Mascarenhas de forma a impedir o crescimento omanita e a vingar a perda de Mascate, ordenou a realização de uma expedição ao Golfo para intentar a retoma da praça arábica. No regimento dado ao comandante dessa expedição, Duarte da Costa Homem, o governador colocou a possibilidade de se negociar com os persas a entrega de Ormuz aos portugueses para tornar esta praça um foco de resistência lusa às investidas árabes. Como desde 1635, o Estado da Índia e o Império Safávida se encontravam em paz e a ameaça marítima omanita era tanto lesiva para portugueses como para persas seria expectável que estes aceitassem a ideia, mas esta foi liminarmente recusada pelas

²¹⁰ ANTT, *Livro das Monções*, lv. 30, fl.162-162-v. r lv. 31, fl.15; Sobre as tentativas de conquista de Palecate veja Subrahmanyam, 1994, pp.201-225

²¹¹ ANTT, *Livro das Monções*, lv. 31, fl.185-185-v.

²¹² ANTT, *Livro das Monções*, lv. 36, fl.133

²¹³ ANTT, *Livro das Monções*, lv. 46, fl.1-5

²¹⁴ BA, 51-VIII-25, fl.1

autoridades safávidas²¹⁵. A presença militar portuguesa no Golfo Pérsico permanente esgotou-se neste acto e qualquer possibilidade de retomar Ormuz foi colocada de parte.

Desde da sua perda em 1622 até ao final do período que nos interessa aqui estudar, 1653, Ormuz permanece presente no imaginário da Monarquia Hispânica, e após a Restauração, do Reino de Portugal, influenciando a lógica da presença portuguesa no Golfo Pérsico e o seu relacionamento com as várias entidades políticas autóctones ou exógenas presentes naquele espaço.

O evento da entrega da cidade e fortaleza à coligação anglo-persa teve um efeito bastante alargado. Aquela era uma das mais importantes praças portuguesas constituintes do Estado Português da Índia, não só simbolicamente, mas também financeiramente, além do seu destacado papel na lógica organizativa da própria Monarquia no espaço asiático sob controlo português. A perda de uma praça de tal forma importante, em níveis tão diferentes, criou um forte trauma no complexo governativo de Portugal, então alargado à Monarquia Hispânica, criando uma memória que permaneceu de várias formas. Das quais duas salientamos aqui, as várias devassas e busca de responsabilizações pelo ocorrido e o intuito permanente de reconquista de Ormuz, mesmo que a certa altura esta fosse mais uma possibilidade nominal do que efectiva.

4. A Era de Rui Freire de Andrade

4.1. O regresso de Rui Freire de Andrade ao Estreito de Ormuz

No decénio entre 1623 e 1633, a presença portuguesa no Estreito de Ormuz e Golfo Pérsico ficou marcada pela presença de um homem, Rui Freire de Andrade, Capitão-Geral do Estreito. Apesar de já ter estado presente naquelas partes anteriormente, foi apenas a partir da sua nomeação, em 1623, como capitão-geral que a sua influência e capacidade de mando monopolizaram toda a acção portuguesa no Estreito, tornando-o num dos homens mais influentes no Estado Português da Índia,

²¹⁵ ANTT, *Livro das Monções*, lv. 61, fl.583-v.

ocupando mesmo o cargo de conselheiro de Estado em Goa e fazendo frente a vários vice-reis, quando viu a base do seu poder e influência ameaçada.

Enquanto decorria a batalha final por Ormuz, Rui Freire de Andrade encontrava-se prisioneiro dos ingleses que navegavam em direção à Índia. O português gizou um plano para escapar aos seus captores e conseguir regressar a territórios sob controlo luso. Nos dias anteriores à Páscoa abordou o capitão inglês propondo-lhe realizar um banquete à moda portuguesa para celebrar a Ressurreição de Cristo, predispondo-se mesmo a ir a Damão para adquirir os necessários alimentos para a refeição. O inglês aceitou o manjar, mas recusou a ida do capitão-mor a terra, sendo enviado em seu lugar um negro. Este levava secretamente ordens de Rui Freire para entrar em contacto com as autoridades locais e para trazer parte do carregamento de vinho contaminado com estramónio, planta conhecida pelos seus efeitos narcóticos.

Na noite do banquete, os ingleses consumiram o vinho em grandes quantidades e assim que se encontraram neutralizados, Rui Freire de Andrade aproveitou para escapar num batel. Perseguido pelos seus captores, entretanto recuperados, viu-se obrigado a saltar ao mar, conseguindo nadar até à costa de Damão, apesar da forte corrente. Dali passou a Baçaim, onde adquiriu uma galeota e conseguiu recrutar cinquenta soldados com os quais passou ao Estreito de Ormuz em Abril de 1622, chegando à praça de Mascate em poucos dias.

Enquanto Rui Freire se encontrava nessa praça, ali chegou Constantino de Sá de Noronha com catorze das vinte galeotas com as quais partira de Goa para auxiliar Ormuz. Mas de pouco serviu este reforço, pois, passados poucos dias, chegaram a Mascate os refugiados de Ormuz, trazendo a notícia da perda daquela praça²¹⁶.

A Coroa Portuguesa não se encontrava preparada para a queda de Ormuz. Esta nunca havia sido verdadeiramente expectável, apesar de alguns avisos feitos por alguns portugueses mais conscientes ou agoirentos. Face a esta nova situação era necessária a criação de uma nova política para o Estreito. Mas Madrid e Lisboa encontravam-se demasiado distantes e ocupadas com outras questões, como o final da trégua dos Doze Anos com as Províncias Unidas. E, em Goa, o governador Fernão de Albuquerque demonstrou algumas dificuldades decisórias, como ficou patente na questão da fortaleza

²¹⁶ Cf. *Comentários*, 1940, pp.232-236

de Soar²¹⁷, na margem arábica do Golfo Pérsico, a qual mandou de imediato abandonar a algum xeque amigo, por “ser de nenhuma Utilidade ao estado nem ter porto, nem rendimento nenhum”²¹⁸, ignorando qualquer valor militar ou estratégico que esta pudesse ter.

Coube assim a Constantino de Sá de Noronha, possivelmente coadjuvado por Rui Freire de Andrade²¹⁹, decidir a nova estratégia portuguesa para o Estreito de Ormuz. Perdida a praça insular, foi escolhida como novo centro militar luso naquele espaço a fortaleza de Mascate, transferindo-se o centro da presença portuguesa para a margem arábica. Constantino de Sá esforçou-se para proteger e reencaminhar as rotas comerciais para Mascate, sobretudo a que desembocava em Baçorá, de forma a tornar os proventos desta alfândega suficientes para a sustentação do complexo militar português no estreito²²⁰.

Apesar deste esforço, a alfândega de Mascate nunca atingiu os níveis de rendimentos necessários para sustentar toda a máquina militar lusa no estreito, sendo necessários constantes envios a partir de Goa de dinheiro e provimentos, para além de reforços militares²²¹. Muitas vezes com bastante dificuldade por recusa dos fidalgos em passarem ao estreito, provavelmente por os lucros simbólicos da participação em tal expedição não compensarem o afastamento dos seus negócios. O conde da Vidigueira viveu durante todo o seu governo estas dificuldades de mobilização, o que lhe motivou muitas queixas e ameaças de proceder contra esses fidalgos²²². A isto Madrid respondeu para nada se fazer contra os prevaricadores²²³, provavelmente numa tentativa pragmática de não irritar os fidalgos. Somente em 1628, com a nomeação do novo vice-rei, Francisco de Mascarenhas, que faleceu a caminho da Índia, a Coroa, na tentativa de fazer valer as suas prerrogativas de mando e de auxiliar os governantes do Estado da

²¹⁷ Actual Suhar em Oman.

²¹⁸ ANTT, *Livro das Monções*, lv. 17, fl.49-v.

²¹⁹ João Teles e Cunha na sua dissertação de mestrado de 1995, apenas refere o nome de Constantino de Sá de Noronha como reorganizador da presença portuguesa no Estreito de Ormuz neste primeiro momento. No entanto possivelmente também se poderá considerar a importância de Rui Freire de Andrade, apesar de não haver provas lapidares dessa influência, a sua presença em Mascate neste momento e a sua vasta experiência e prestígio não tornam completamente absurdo que tenha desempenhado um importante papel na política levada a cabo por Constantino de Sá de Noronha. Cf. Cunha, 1995, vol.I, p.49

²²⁰ Cf. *Idem*, pp.49-50

²²¹ Cf. *Idem*, p.76; Cf. Floor, 2006, p.343-349

²²² Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv. 17, fl.81 e lv. 24, fl.57-v.-58

²²³ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv. 23fl.153

Índia a recrutar soldados, ofereceu a possibilidade de se proceder judicialmente contra todos os nobres que se recusassem a servir nos socorros ao estreito²²⁴.

Reorganizada, na medida do possível, a posição portuguesa e avaliando as poucas forças de que disponham para levar a cabo qualquer acção mais audaciosa, Constantino de Sá de Noronha e Rui Freire de Andrade decidiram partir para Goa, ficando como capitão da fortaleza de Mascate Martim Afonso de Melo²²⁵ e D.Gonçalo da Silveira como capitão-mor do estreito, “por ser pessoa apta e suficiente para tudo o que encarregarem” além da “experiência que tem dêstes Estreitos”²²⁶.

Chegado a Goa, Rui Freire de Andrade teve de se refugiar no convento dos Agostinhos para escapar às devassas levadas a cabo contra si, devido à perda de Ormuz, como anteriormente já demonstrei. Foi aqui que o novo vice-rei, D.Francisco da Gama, conde da Vidigueira, o encontrou quando chegou a Goa no final de 1622. Ali Rui Freire ameaçava professar na ordem de Santo Agostinho senão fosse dado como livre, o que o novo vice-rei repreendeu veementemente²²⁷.

Ao darem-se por livres das devassas a Constantino de Sá de Noronha e a Rui Freire de Andrade²²⁸, o Conselho de Estado nomeou este último para ir como capitão-geral do Estreito de Ormuz, acompanhado por seis galeotas, a juntar às forças ali presentes. Partiu em finais de Abril de 1623, chegando a Mascate em Maio desse ano²²⁹.

Para a nomeação de Rui Freire de Andrade como capitão-geral do Estreito de Ormuz incorreram duas motivações. Por um lado, a capacidade e experiência deste naquelas partes e por ser “pessoa de tanto esforço como se sabia”²³⁰. Por outro lado, por se escrever “mui apertadamente de Mascate que o mandasse áquelle estreito pollo muito que os Arábios o desejauão”²³¹ e “pollo muito que com elle animara aquella gente assi Portugueza como os Arábios”²³², o que é demonstrativo do prestígio adquirido por Rui Freire de Andrade naquelas partes não só entre os portugueses, mas também entre os árabes, que viam-no como um homem de acção capaz de afastar a ameaça persa das costas da Arábia. O Estado da Índia podia assim usar essa reputação para suprir a

²²⁴ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv. 25, fl.33

²²⁵ Cf. *Comentários*, 1940, p.236

²²⁶ *Questões*, 1935, vol.III, p.297

²²⁷ Cf. *Comentários*, 1940, pp.237-238

²²⁸ Cf. ACE, 1953, vol.I, doc.43, p.149

²²⁹ Cf. *Comentários*, 1940, pp.238; Cf. ACE, 1953, vol.I, doc.48, p.164

²³⁰ ACE, 1953, vol.I, doc.48, p.164

²³¹ *Idem*

²³² ANTT, *Livro das Monções*, lv.17, fl.66-66-v.

grande quebra no prestígio da Monarquia e das armas portuguesas causadas pela queda de Ormuz²³³.

Antes de Rui Freire partir de Goa, o Conselho de Estado decidiu-se clarificar a divisão das jurisdições entre capitão-geral e o capitão da fortaleza de Mascate, ficando este com “jurdição sobre os casados e gente da ordenança della, e assi sobre o capitão do forte e gente delle e da mesma maneira sobre a que assistisse no baluarte que se mandava fazer na entrada daquella barra; e toda a mais gente da guerra se embarcasse na armada e ficasse assi no mar como na terra a ordem do dito capitão geral”²³⁴. Desta forma ficava salvaguardado o domínio do capitão sobre a fortaleza e todos os militares e casados ali colocados. No entanto, por o Capitão Martim Afonso de Melo ser “mancebo E aquella praça de grande importância em mais desejada oje que em nenhum outro tempo dos enemigo”²³⁵, a sua capacidade de mando foi muito limitada, apenas podendo tomar decisões bélicas após a consulta de um conselho, sendo todas as decisões nessa matéria tomadas através de maioria de voto²³⁶. A decisão foi posteriormente confirmada por Madrid²³⁷.

Mas não foi esta restrição de poder que motivou as maiores queixas de Martim Afonso de Melo, mas sim a impossibilidade de passar cartazes, função monopolizada então pelo capitão-geral²³⁸. Este era um dos mais rendosos privilégios dos oficiais portugueses na Ásia, permitindo desviar para si uma parte do imposto a pagar por cartaz. Posteriormente este assunto seria retomado e o conflito dilatado com o desaparecimento do carismático Rui Freire de Andrade, como demonstrarei mais adiante.

4.2. Persas na Arábia

Os ingleses tinham grandes planos para Ormuz, desejando instalar-se aí e criar uma base de apoio ao seu comércio no Golfo Pérsico²³⁹. Mas recebiam os intuitos

²³³ Cf. Cunha, 1995, vol.I, p.48

²³⁴ ACE, 1953, vol.I, doc.50, pp.166-167

²³⁵ ANTT, *Livro das Monções*, lv.17, fl.49

²³⁶ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.17, fl.49

²³⁷ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.20, fl.61

²³⁸ Cf. ACE, 1953, vol.I, doc.54, pp.182-183

²³⁹ Cf. Valle, 1991, vol.II, pp.8-10

persas, principalmente após terem-se recusado a auxiliar o Khan²⁴⁰ de Shiraz, Imam Quli Khan, a passar a Mascate para tomar aquela fortaleza²⁴¹. Ainda para mais os acordos entre os ingleses e persas haviam sido feitos pela Companhia das Índias Orientais e não pelo próprio Rei de Inglaterra, Jaime I, do qual se receava a reacção ao saber do ataque a um porto pertencente à Monarquia Hispânica²⁴², principalmente no momento em que Carlos, Príncipe de Gales, se encontrava em Madrid a tentar negociar a mão de Maria, Infanta de Castela²⁴³. Casamento que não se realizou, chegando a notícia deste desfecho somente à Índia pela armada de Nuno Alvares Botelho em 1624²⁴⁴.

O afastamento inglês de uma maior intervenção militar no Estreito de Ormuz e Golfo Pérsico, concentrando-se nas actividades comerciais, não impediu os persas de levarem a cabo, em inícios de 1623, uma grande ofensiva na zona ocidental do seu império contra os otomanos, além de atravessarem o estreito para Doba²⁴⁵. Aqui contaram com o apoio do xeque local, para além do governador de Julfar²⁴⁶ e dos xeques de Lera e Ranuz, este último prisioneiro dos persas²⁴⁷. Novamente a ofensiva contra os portugueses no estreito era incluída numa manobra muito mais lata. Se em 1622 o ataque a Ormuz tivera um correspondente territorial o ataque persa à mogól Kandahar. Agora a ofensiva contra as possessões portuguesas na margem arábica era incluída num muito maior ataque persa ao Império Otomano, demonstrando, naturalmente, como o palco do conflito com os portugueses surge sempre num plano secundário para Xá Abbas.

Após a primeira acção na margem arábica do estreito, os persas foram sobre Soar com cerca de 200 terradas²⁴⁸, conquistando a praça que se encontrava sob controlo luso desde 1616²⁴⁹. D.Gonçalo da Silveira, que ficara em Mascate por ordem de Constantino de Sá de Noronha com somente quatro navios e dois sanguicéis²⁵⁰ e que

²⁴⁰ Khan é o termo usado na nomenclatura administrativa safávida para designar o governador de determinada região.

²⁴¹ Cf. *The English Factories*, 1906-1909, vol.II, pp.186-187

²⁴² Cf. Valle, 1991, vol.II, pp.8-10

²⁴³ Cf. *Idem*, pp.278-279

²⁴⁴ Cf. *Idem*, p.438

²⁴⁵ Actual Diba al-Fujairah nos Emirados Árabes Unidos.

²⁴⁶ Actual Ras al-Khamiak nos Emirados Árabes Unidos.

²⁴⁷ Cf. Cunha, 1995, vol.I, p.51; Cf. Floor, 2006, p.326

²⁴⁸ Pequena embarcação de origem asiática, sem pregadura. Cf. 1919-1921, vol.II, p.368

²⁴⁹ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.17, fl.66-66-v.

²⁵⁰ Cf. *Questões*, 1935, vol.III, p.303

recebera a incumbência de ir a Soar recolher informação sobre o que ali ocorresse²⁵¹, aliando-se às forças do Íman de Nizva²⁵², que estava empenhado em afastar os persas da Arábia, decidiu atacar as forças navais persas conseguindo uma retumbante vitória²⁵³. Devido a esta derrota e à falta de apoio inglês os comandantes safávidas decidiram pela retirada para Julfar, ficando Soar entregue ao sobrinho de um xeque local²⁵⁴.

A vitória de D.Gonçalo da Silveira revestiu-se de grande importância para os interesses portugueses no estreito pois impediu “passar adiante os [persas] que estavam em Soar, com o seu danado intento, podendo danificar” Mascate, que na altura se encontrava pouco guarnecida de gentes e provimentos²⁵⁵.

4.3. A ofensiva portuguesa

A chegada de Rui Freire de Andrade, em Maio de 1623, permitiu aos portugueses passarem à ofensiva. Os persas, receosos da nova expedição portuguesa, fortificaram-se nas fortalezas na margem árabe do estreito mais próxima do território safávida e por isso mais fáceis de abastecer e defender²⁵⁶.

O primeiro objectivo português foi a retomada de Soar, sobre a qual Rui Freire de Andrade logo acometeu²⁵⁷. A fortaleza conseguiu resistir durante oito dias, mas acabou por se render, causando bastantes perdas aos portugueses²⁵⁸, que motivou queixas do Conselho de Estado²⁵⁹, mas não abrandou a acção de reafirmação da presença portuguesa no Estreito de Ormuz.

Para capitão da recém-conquistada fortaleza foi escolhido por Rui Freire D.Gonçalo da Silveira²⁶⁰, mas o vice-rei não concordou com essa nomeação por o

²⁵¹ Cf. *Questões*, 1935, vol.III, p.298

²⁵² Cf. Cunha, 1995, vol.I, p.52

²⁵³ Cf. *Questões*, 1935, vol.III, p.303

²⁵⁴ Cf. Cunha, vol.I, 1995, vol.I, p.52

²⁵⁵ *Questões*, 1935, vol.III, p.305

²⁵⁶ Cf. *Comentários*, 1940, pp.238-239

²⁵⁷ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.19, fl.41-42-v.

²⁵⁸ Cf. *Questões*, 1935, vol.III, p.313; Valle, 1991, vol.II, p.187-188

²⁵⁹ Cf. ACE, 1953, vol.I, doc.61, p.192

²⁶⁰ Cf. *Questões*, 1935, vol.III, p.313

querer “ocupado fora dessa Fortaleza de Soar e das febres dela”, elegendo em seu lugar Amaro Rodrigues²⁶¹.

O alvo seguinte foi a fortaleza de Corfacão²⁶². As fontes são algo divergentes sobre a tomada deste forte. Enquanto na documentação presente nas *Questões Histórico-Coloniais*²⁶³ a empresa é levada a cabo por D.Gonçalo da Silveira por ordem do capitão-geral, ocupado na tomada de Soar²⁶⁴, no relato de Pietro della Valle²⁶⁵ e nos *Comentários do Grande Capitão Rui Freire de Andrade*²⁶⁶ a tomada da fortaleza é protagonizada pelo próprio capitão-geral. Mas também estes divergem. O italiano afirma que Rui Freire mandou matar toda a guarnição, acção contra a qual Valle se indigna por considerar que apenas serviria para afastar as populações locais dos portugueses, para além de tornar mas encarniçada a resistência persa²⁶⁷. Já os *Comentários* relatam uma entrada triunfal de Rui Freire na fortaleza, sendo-lhe entregue a chave da cidade enquanto a população local reafirmava a sua subordinação ao rei de Ormuz, vassalo do monarca de Portugal, nomeando o capitão-geral a um oficial local para a capitania da fortaleza e ali criando uma alfandega e provendo um feitor²⁶⁸. Infelizmente, não consegui encontrar nenhuma referência explícita a este caso na documentação oficial, não conseguindo de todo resolver esta questão, restando a certeza que neste momento a fortaleza de Corfacão passou para a posse portuguesa.

Nesse mesmo ano de 1623 Rui Freire de Andrade tomou as fortalezas de Matara²⁶⁹, nas imediações de Mascate e de Libédia²⁷⁰, mais a norte²⁷¹. No ano seguinte o capitão-geral instalou alfândegas em Borca²⁷², Soadi, Alva, Amego, Ceifim²⁷³ e Soar. Criando uma base de controlo alfandegário sobre toda a costa leste de Oman²⁷⁴. Rui Freire decidiu então empreender uma nova ofensiva contra as posições persas. Tomou

²⁶¹ *Questões*, 1935, vol.III, p.317

²⁶² Actual Khor Fakkan nos Emirados Árabes Unidos.

²⁶³ A documentação desta obra aqui referida trata-se sobretudo das cartas de serviços de D.Gonçalo da Silveira presentes no Arquivo Histórico Ultramarino.

²⁶⁴ Cf. *Questões*, 1935, vol.III, p.312

²⁶⁵ Cf. Valle, 1991, vol.II, p.187-188

²⁶⁶ Cf. *Comentários*, 1940 p.243

²⁶⁷ Cf. Valle, 1991, vol.II, p.187-188

²⁶⁸ Cf. *Comentários*, 1940, p.243

²⁶⁹ Actual Matrah em Oman.

²⁷⁰ Actual Bidiyah nos Emirados Árabes Unidos.

²⁷¹ Cf. Bocarro, pp.54-58.

²⁷² Actual Barka em Oman.

²⁷³ Infelizmente não consegui encontrar a designação actual destas praças e por conseguinte a sua localização. No entanto não me restam muitas dúvidas de que se tratam de povoações localizadas genericamente entre Mascate e Soar.

²⁷⁴ Cf. *Comentários*, 1940, p.246

Doba²⁷⁵ e destruiu por completo a fortaleza de Lima²⁷⁶, as últimas duas fortes posições persas a leste do cabo de Mosandão. Neste a população local reafirmou os seus laços vassálicos para com o rei de Ormuz. Seguindo em diante o capitão-geral encontrou Cassapo²⁷⁷ abandonada, decidindo fortificá-la, criando um ponto de apoio militar bastante próximo da costa persa²⁷⁸.

Estabilizada a situação na margem arábica do Estreito, Rui Freire começou a empreender ofensivas contra as possessões persas na outra banda. Em concreto, colocou cerco a Ormuz, falhado por falta de provimentos e material bélico convenientes²⁷⁹. Planeou mesmo a construção de um forte em Lareca, ilha próxima de Djârûn, de forma a colocar pressão sobre Ormuz. Mas o foi projecto recusado pelo Conselho de Estado em Goa, recordando o sucedido em Queixome²⁸⁰. Não descurando as ligações comerciais tão necessárias para a sustentação de todo o empreendimento militar português no Estreito, enviando navios a Guadel e a guardarem a cáfila de Baçorá²⁸¹.

Em pouco mais de dois anos, Rui Freire de Andrade conseguiu transformar a atitude de guarda portuguesa num empreendimento ofensivo, conseguindo expulsar os persas de toda a costa entre o Cabo de Mosandão e Curiate, remetendo-os para uma posição defensiva. Alcançou também estabelecer vários pontos fortificados perto das costas persas, como é o caso de Cassapo, de onde podia empreender raides contra as cidades costeiras safávidas. Por fim, restabeleceu a obediência dos xeques e governadores árabes, que se haviam insurgido contra o domínio português, consubstanciada na relação vassálica para com o rei de Ormuz. Para este restabelecimento muito contribuiu Mamede Xá, sobrinho do monarca ormuziano, como se verá de seguida.

²⁷⁵ Cf. Bocarro, 1992, vol.II, p.59

²⁷⁶ Actual Limah em Oman.

²⁷⁷ Actual Khasab em Oman.

²⁷⁸ Cf. *Comentários*, 1940, pp.246-247

²⁷⁹ Cf. ACE, 1953, vol.I, doc.61, p.192

²⁸⁰ Cf. *Idem*, doc.68, p.208

²⁸¹ Cf. *Idem*, doc.61, p.192

4.4. O Governador das terras de Ormuz

Aquando da queda de Ormuz, o rei local fora aprisionado pelos persas e enviado para Shiraz, onde permaneceu encarcerado, quebrando-se, por conseguinte, a relação de poder entre os portugueses e os xeques e governadores árabes, pois estes declaravam-se vassallos do rei de Ormuz, que por seu lado, reconhecia a suserania superior do monarca de Portugal. Constantino de Sá de Noronha, ainda em Mascate, compreendeu rapidamente a necessidade de substituir este elo, mandando chamar àquela cidade Mamede Xá, sobrinho do rei prisioneiro, para esse efeito. O capitão português aspirava desta forma controlar mais eficazmente o novo elemento simbólico.

Mamede Xá não jogou um mero papel de marionete dos portugueses. Logo após a queda de Ormuz começou a enviar petições ao Conselho de Estado, reclamando que lhe fosse entregue Soar para ali fazer a sua residência²⁸² e para ser feito governador em lugar de seu tio, nas terras sob a jurisdição de Ormuz²⁸³, de forma a se “conservarem na obediência de Vossa Magestade E se reduzirem algumas que estão levantadas”²⁸⁴. Vemos como Mamede Xá se coloca na posição de intermediário entre os portugueses e os líderes locais, reclamando os direitos de seu tio, aproveitando a situação de instabilidade das forças portuguesas no Estreito para tentar alicerçar o seu poder.

Fernão de Albuquerque considerou a hipótese de entrega de Soar uma boa possibilidade de se livrar da incómoda fortaleza, pelo muitos descrédito que podia advir sobre o Estado Português da Índia se também aquela se perdesse, como era expectável que ocorresse.²⁸⁵ Mas o conde da Vidigueira não se demonstrou tão seguro que fosse essa a melhor forma de proceder, pedindo opinião a Rui Freire de Andrade²⁸⁶. De Madrid chegou a confirmação para se fazer governador a Mamede Xá²⁸⁷. Quanto à questão de Soar confirmava-se como boa sugestão pedir-se opinião a Rui Freire de Andrade sobre a matéria²⁸⁸.

O capitão-geral não demonstrou muita vontade de ceder Soar. Na tentativa de acalmar Mamede Xá tentou nomeá-lo guazil, mas esta eleição foi liminarmente

²⁸² Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.17, fl.8-v.

²⁸³ Cf. ACE, 1953, vol.I, doc.43, pp.148-149

²⁸⁴ ANTT, *Livro das Monções*, lv.17, fl.72-v.-73

²⁸⁵ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.17, fl.8-v.

²⁸⁶ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.22, 6-v.

²⁸⁷ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.20, fl.105

²⁸⁸ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.23, fl.151

recusada pelo Conselho de Estado em Goa que mandou prover novamente o antigo ocupante do cargo, que por ter servido bem o Estado não merecia esse tratamento, e ordenou também a ida de Mamede Xá para Soar²⁸⁹.

Rui Freire continuou obstinado em não ceder a fortaleza, não o fazendo nunca, nem mesmo quando o Conselho de Estado em Goa, assustado pelo crescendo das despesas militares no Estreito, ordenou que Soar fosse entregue para aliviar o dispêndio no conveniente provimento das fortalezas²⁹⁰.

Enquanto decorria esta discussão entre o Conselho de Estado, em Goa, e Rui Freire de Andrade, em Mascate, em 1625, na fortaleza de Curiate, Mamede Xá ia demonstrando um pendor cada vez mais independentista, realizando ali cerimónia de vassalagem fazendo reviver os laços vassaláticos devidos a seu tio, sem o consentimento e a participação das autoridades portuguesas.²⁹¹

No entanto, a ameaça do Íman de Nizva, unificando as cabildas, como veremos mais adiante, levou o Estado a continuar a necessitar de Mamede Xá, ponderando o seu envio para Calaiate ou Teve para cumprir aquela que era a sua função na lógica portuguesa: valer-se das suas ligações familiares para congregar o apoio dos xeques e servir de elo de ligação entre estes e o Estado Português da Índia²⁹².

4.5. A ligação a Baçorá

Ainda em 1624, Rui Freire de Andrade recebeu a visita de um emissário do Baxá²⁹³ de Baçorá. Este, apesar da estrutural rivalidade entre lusos e turcos no Índico, pedia o auxílio português contra os persas que, desde 1623, se encontravam em guerra com o Império Otomano e, nesse mesmo ano de 1624, haviam tomado Bagdade, avançando então contra a cidade no estuário do Eufrates²⁹⁴.

Baçorá possuía uma grande importância comercial, não só no contexto regional do Golfo Pérsico, afluindo ali os comerciantes persas e árabes para comerciar os seus

²⁸⁹ Cf. ACE, 1953, vol.II, doc.54, p.182

²⁹⁰ Cf. Cunha, 1995, vol.I, p.65

²⁹¹ Cf. *Idem*, p.63

²⁹² Cf. *Idem*, p.68

²⁹³ Trata-se do título honorífico otomano Pasha, utilizado também para designar os governadores de província do império. Aqui mencionado na forma Baxa, comumente usado nas fontes portuguesas.

²⁹⁴ Cf. *Comentários*, 1940, pp.250

produtos regionais, mas também no comércio entre a Europa e a Ásia, ali desaguando as grandes cáfilas de Alepo, transportadoras dos produtos europeus, dali levados para a Índia e outras partes do Índico e vice-versa²⁹⁵.

O capitão-geral recebeu com grande alegria o pedido, compreendendo rapidamente a necessidade de auxiliar o Baxá. A conquista daquela cidade pelos persas iria significar a perda do “comércio todo dêste mar”²⁹⁶, destruindo a capacidade financeira portuguesa para manter uma armada no estreito de Ormuz e, conseqüentemente, a aptidão para prosseguir a guerra contra as costas persas²⁹⁷. Em Goa, a decisão de Rui Freire foi apoiada, enviando-se mesmo dez navios de reforço ao Capitão-Geral, porém o Conselho de Estado ressaltava que não se podia “faltar na assistência que se [devia] continuamente fazer sobre ormuz pera impossibilitar os inimigos que alli [estavam]”²⁹⁸. Foi escolhido como capitão da expedição D.Gonçalo da Silveira que para ali seguiu ao comando de quatro fustas²⁹⁹, número inferior às seis ou oito galeotas inicialmente pretendidas pelo Baxá³⁰⁰.

Em Baçorá, o capitão fez valer a superior capacidade naval portuguesa, entrando com os seus navios pelos vários rios e ribeiros existentes na foz do Eufrates, impedindo desta forma a passagem aos exércitos persas. Para além disso o Baxá foi auxiliado na retomada de algumas fortalezas que se encontravam em revolta contra si³⁰¹. Enquanto D.Gonçalo se encontrava em campanha morreu o Baxá, ascendendo ao cargo o seu filho, o qual o Capitão logo auxiliou contra qualquer possibilidade de revolta, conseqüente das sempre difíceis transições de poder. Os persas, percebendo a oportunidade, tentaram um novo ataque, mas foram novamente destroçados pela armada lusa³⁰².

Tal foram os feitos de D.Gonçalo da Silveira naquelas partes que motivaram mesmo Rui Freire de Andrade a afirmar “que se a dita armada não fôra em socôrro, aquêle Reino se perdera”³⁰³. Para além dos agradecimentos do sultão otomano Murad

²⁹⁵ Cf. Bocarro, 1992, vol.II, p.62

²⁹⁶ *Questões*, 1935, vol.III, p.321

²⁹⁷ Cf. *Ibidem*

²⁹⁸ ACE, vol.I, doc.62, pp.194-195

²⁹⁹ Cf. *Questões*, 1935, vol.III, p.318

³⁰⁰ Cf. *Comentários*, 1940, p.250; ACE, 1953, vol.I, doc.62, pp.194-195

³⁰¹ Cf. *Questões*, 1935, vol.III, p.324

³⁰² Cf. *Questões*, 1935, vol.III, pp.330-331

³⁰³ *Idem*, p.324

IV, através do seu Grão-Vizir que lhe deu um presente “por espécie de grandeza”³⁰⁴, o Baxá também se demonstrou bastante reconhecido pela ajuda portuguesa³⁰⁵.

D.Gonçalo da Silveira permaneceu em Bassorá até finais de 1625, momento em que regressou a Mascate, sendo enviado em seu lugar António de Almeida de Carvalho³⁰⁶. Logo no ano seguinte, os persas investiram novamente contra a cidade, mas os portugueses, reforçados pela armada de João de Sousa Coutinho, aliados às forças do Baxá local conseguiram voltar a repelir o ataque³⁰⁷. O conflito entre otomanos e persas continuou até ambos os contendores assinarem o Tratado de Zuhab, em 1639, mas Baçorá não foi mais verdadeiramente ameaçada por qualquer exército safávida.

Através desta aliança com o Baxá de Baçorá, Rui Freire de Andrade conseguiu reanimar parcialmente as rotas comerciais no Golfo Pérsico, mantendo-as agora sob o controlo português e retirando daí parte dos proventos financeiros necessários para a manutenção do aparato militar luso naquelas partes. No entanto, os ataques portugueses à navegação persa no Estreito de Ormuz, resultantes da continuação das hostilidades entre as duas Coroas, como seria de esperar, não permitiram o desenvolvimento total do comércio no Golfo Pérsico.

A aliança entre o Estado Português da Índia e o Império Otomano representou uma forte viragem na política portuguesa para o Índico. Desde da conquista do Egipto Mameluco pela Sublime Porta, em 1517, adquirindo desta forma acesso ao Oceano Índico através do Mar Vermelho, que o conflito com os otomanos se tinha tornado uma das características estruturantes do Estado Português da Índia³⁰⁸.

As autoridades portuguesas demonstraram uma grande capacidade pragmática, ao perceberem nos turcos um forte aliado contra um inimigo mais próximo e activo como era a Pérsia. Compreenderam também que os conflitos entre otomanos e safávidas eram bastante favoráveis ao próprio Estado, não permitindo que nenhum destes formidáveis adversários concentrar-se no ataque às posições portuguesas no Golfo Pérsico³⁰⁹.

³⁰⁴ *Idem*, p.327

³⁰⁵ Cf. *Idem*, p.329

³⁰⁶ Cf. *Idem*, p.337

³⁰⁷ Cf. Cunha, 1995, vol.I, p.66; Cf. ANTT, Livro das Monções, lv.24, fl.47;

³⁰⁸ Cf. Couto, 1999, pp.181-200; CF. Boxer, 1985, p.91

³⁰⁹ Cf. *Questões*, 1935, vol.III, p.337

4.6. Confronto de Armadas

Em 1625, as acções de Rui Freire de Andrade no estreito de Ormuz foram interrompidas devido ao grande combate naval entre a armada de alto-bordo portuguesa, sob o comando de Nuno Alvares Botelho, e uma grande armada anglo-holandesa, que visitava as costas da Pérsia a comerciar as sedas locais.

Como já foi referido a queda de Ormuz foi um grande choque em Lisboa e Madrid, levando a uma grande discussão sobre os reforços a enviar à Índia para reconquistar aquela praça e prevenir a queda de qualquer outra que se encontrasse ameaçada. Tal foi a urgência do envio de auxílio que se despachou logo em Março de 1623, esta acabou por se revelar um desastre, perdendo-se vários navios e sendo a armada obrigada a invernada em Moçambique.

Reuniu-se, então em Março do ano seguinte, uma grande armada de alto-bordo, sob o comando de Nuno Alvares Botelho³¹⁰, constituída por duas naus e seis galeões, devendo cinco destes últimos permanecer na Índia, para levar combate aos inimigos europeus naquelas partes.

Em Goa, entretanto, discutia-se se a armada de alto-bordo não deveria seguir em direcção para o Estreito, para ali auxiliar na reconquista de Ormuz e na derrota da armada inglesa, que todos os anos visitava aquelas costas a carregar as sedas persas. E, se assim fosse, se o Vice-Rei não deveria seguir ao encontro da armada, a partir de Goa, para se juntar à empresa da retomada da praça³¹¹. Contudo, o Conselho de Estado chegou à conclusão de que o Vice-Rei não deveria seguir naquela monção³¹².

Armada de alto-bordo, chegou na sua totalidade a Goa em Setembro de 1624 e com a sua tripulação de boa saúde. Em Dezembro desse mesmo ano a armada, então constituída pelos navios *São Sebastião*, *Trindade*, *São Salvador*, *Santiago*, *Misericórdia*, *Santo António* e a capitânia e almirante ambos designados por *São*

³¹⁰ Nascido em 1590 iniciou a sua carreira militar participando na armada da guarda do Estreito de Gibraltar. Havia passado pela primeira vez à Índia em 1617. Cf. Sousa, 1940

³¹¹ Cf. ACE, 1953, vol.II, doc.59, pp.189-190

³¹² Cf. ACE, 1953, vol.I, doc.61, pp.192-193. Esta decisão foi tomada com base nos pareceres de Gaspar de Melo de Sampaio, capitão de Goa, Pero de Tovar, Vedor da Fazenda, e Rui de Melo de Sampaio, os quais não se encontram transcritos nos Assentos do Conselho de Estado e aos quais, infelizmente, não tive acesso. Ficando por saber quais as motivações apresentadas para o vice-rei não passar ao Estreito de Ormuz. Restando somente a possibilidade colocada por Pietro della Valle, que apresentou o Conde da Vidigueira como um homem sem a força de vontade necessária para levar a cabo tal empresa. Valle, pp.396-397

Francisco, partiu para Baçaim.³¹³ Aqui Nuno Alvares Botelho recebeu a notícia que uma armada anglo-holandesa, constituída pelos navios ingleses *Royal James*, *Jonas*, *Eagle* e *Star*, mais os patachos *Scout* e *Spy*, comandados por John Weddell, e os navios neerlandeses *Zuijd-Holland*, *Nieuw-Bantam*, *Maag van Dordrecht* e *Weesp*, liderados por Albert Becker, haviam partido em direcção ao Estreito de Ormuz. Nuno Alvares Botelho decidiu dar combate à armada anglo-holandesa e a 6 de Janeiro de 1625 a esquadra portuguesa parte em direcção ao Estreito de Ormuz³¹⁴.

Entretanto Rui Freire de Andrade recebera a informação da vinda da armada de alto-bordo e colocara cerco a Ormuz, enquanto ordenava uma série de raids contra as povoações costeiras persas. Mas, como já foi dito, também este intento acabou por se gorar devido à falta de material bélico para tal empreendimento³¹⁵.

A armada de alto-bordo chegou ao estreito a 9 de Fevereiro de 1625, juntando-se à armada de remo de Rui Freire de Andrade, que ali actuava. Logo no dia seguinte decidiram dar combate à armada anglo-holandesa. Porém, a falta de vento levou a que nesse dia não se realizasse qualquer combate. A 11 de Fevereiro deu-se então início às hostilidades com uma troca de fogo de artilharia. A estratégia portuguesa passava pela tentativa de abordagem dos navios inimigos, mas os ventos contrários não lhe permitiam tal acção, somente se conseguindo entrar no navio holandês *Dordrecht* de onde houve rápida expulsão pela tripulação adversária. Com o cair da noite os combates foram interrompidos, aproveitando a armada anglo-holandesa para seguir para a costa persa. O primeiro dia de combate saldou-se por um empate. Ambas as armadas tinham sofrido algum dano, mas continuavam plenamente operacionais. O único grande triunfo luso fora a morte do comandante holandês Albert Becker.

No dia seguinte, 12 de Fevereiro, as condições climatéricas adversas não permitiram aos portugueses irem buscar a armada inimiga. Os ingleses intentaram danificar a frota portuguesa, transformando o navio *John* num brulote e lançando-o contra os navios lusos. Mas a rápida reacção destes e a actuação da armada de remo de Rui Freire de Andrade permitiram à armada de alto-bordo escapar a este ataque sem qualquer dano.

³¹³ Cf. ANTT, Livro das Monções, lv.22, fl.38-v.

³¹⁴ Cf. Monteiro, 1994, vol.V, pp.343-344

³¹⁵ *Comentários*, 1940, pp.251-254

A 13 de Fevereiro, a armada anglo-holandesa investiu contra os navios portugueses, concentrando-se no navio capitânia *São Francisco* e no *São Sebastião*. Ambos os barcos portugueses conseguem aguentar o forte ataque até serem socorridos pelo resto da esquadra. Obrigando os ingleses e holandeses a retirar, Nuno Alvares Botelho decidiu aproveitar a oportunidade para atacar e enviou na frente o navio *Trindade*, que praticamente ainda não havia entrado em combate. No entanto o *Trindade* avançou demasiado depressa, deixando o resto da armada e ficando isolado contra a frota adversária, conseguindo escapar ao afundamento ao ser socorrido pelo resto das velas lusas. Novamente o cair da noite voltou a interromper os combates. Também este segundo combate se saldou por um novo empate. Porém tornara-se claro a inferioridade portuguesa na capacidade dos seus comandantes: por várias vezes os navios lusos foram deixados isoladamente a combater contra vários vasos de guerra adversários, por erro de manobra dos seus comandantes.

Nuno Alvares Botelho decidiu retirar para Lareca para proceder à reparação dos seus navios. A armada anglo-holandesa perseguiu os portugueses durante algumas milhas, mas nunca intentando o combate, seguindo então para a sua feitoria em Bandar Abbas a carregar as sedas persas.

Nos dias seguintes os conselhos de ambas as armadas reuniram. No português discutia-se a permanência ou não da armada em Lareca em reparações para se dar mais combate aos inimigos da Europa, prevalecendo a opinião positiva de Rui Freire de Andrade e Nuno Alvares Botelho. Junto da armada anglo-holandesa, os persas pressionavam para se destruir totalmente as forças portuguesas. Mas, por um lado, os capitães neerlandeses pretendiam partir o mais rapidamente possível, pois ainda teriam de se dirigir a Surrate e dali para Batávia e qualquer atraso levaria à perda da monção. Por outro lado, os comandantes ingleses não consideravam a sua armada sozinha suficientemente poderosa para afrontar os portugueses. Prevaleceu a decisão dos capitães europeus de tentar sair do estreito sem mais combate, para grande desagrado dos persas.

A 23 de Fevereiro de 1625, a armada anglo-holandesa abandonou a feitoria navegando para Surrate. Ao saber deste facto, os portugueses tentaram cortar-lhe o caminho, dando-se um novo confronto de artilharia, sem qualquer desfecho pertinente. Caída a noite, os ingleses e holandeses aproveitaram a escuridão para contornar a

armada lusa. Na manhã seguinte, quando Nuno Álvares Botelho percebeu esta manobra, já a frota anglo-holandesa se encontrava demasiado distante para ser perseguida³¹⁶.

Apesar dos poucos resultados militares, este grande confronto naval teve várias consequências. Por um lado, comprovou a superioridade de manobra e de uso da artilharia dos navios do Norte da Europa contra os vasos de guerra portugueses, presos a um estilo de guerra fidalgo em que se tentava abordar o navio inimigo para se proceder ao combate corpo a corpo como já anteriormente se mencionou³¹⁷. Por outro lado, demonstrou, tanto a ingleses como a holandeses, que a ida até ao Estreito de Ormuz estaria a partir deste momento mais dificultada em resultado da reafirmação do poder português naquela partes levado a cabo por Rui Freire de Andrade, obrigando-os a terem de seguir em armada conjuntas e fortemente artilhadas, logo fazendo maior despesa e sofrendo uma diminuição dos lucros, principal objectivo das companhias de comércio norte europeias.

A demonstração de resistência e tenacidade portuguesa no Estreito de Ormuz pode ter sido importante ao evitar qualquer tentativa de expansão militar inglesa naquele espaço, especialmente a partir de 1625, momento em que ambas as Monarquias se encontravam em conflito no contexto da Guerra dos Trinta Anos, e no qual a Inglaterra desencadeou uma série de ataques contra possessões ultramarinas da Monarquia Hispânica. A notícia sobre desencadear da guerra só chegar à Índia nas vias de 1626³¹⁸.

A armada de alto-bordo, após os combates, ancorou na costa da Arábia, começando a discutir-se se deveria ou não permanecer no estreito. Rui Freire defendeu que a armada não conseguiria recuperar Ormuz a tempo de regressar à Índia na monção, enquanto Nuno Álvares Botelho advogava que tal seria realizável. Em Goa, acabou por prevalecer a opinião do capitão-geral do estreito, dando-se ordem para a armada regressar a Goa e para Rui Freire abandonar a tentativa de cerco a Ormuz e retornar a Mascate, por se recear um ataque inglês contra esta fortaleza³¹⁹.

³¹⁶ Cf. Monteiro, 1994, vol.V, pp.344-356

³¹⁷ Cf. Rodrigues, vol.II, 1998, pp.419-422

³¹⁸ Cf. ANTT, Livro das Monções, lv.23, fl.145

³¹⁹ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.22, fl.114-117-v.; Cf. Boxer, 1985, pp.101-102

4.7. O retomar da guerra contra a Pérsia

Rui Freire de Andrade teve novamente de colocar de lado qualquer intuito de reafirmação política portuguesa no Estreito de Ormuz ou no Golfo Pérsico, em 1626, devido à possibilidade de um ataque europeu sobre Mascate. Face a esta eventualidade o vice-rei enviou sucessivos reforços para o Estreito aumentando o contingente militar português naquelas partes. António de Sousa Coutinho mais o seu irmão, João de Sousa Coutinho, foram para lá enviados com uma armada de remo, depois de terem falhado a passagem para Malaca devido às más condições meteorológicas³²⁰, sendo João enviado a Baçorá como já anteriormente mencionei³²¹. Foi também dada ordem a João Calheiros Barbosa, que partira para Diu ao comando de quatro navios para obrigar os mercadores a irem ali pagar os devidos direitos, para se dirigir ao estreito se soubesse no Norte de alguma notícia que indicasse a ida dos ingleses ou holandeses sobre Mascate³²². Por fim foi enviada uma armada de sete navios, sob o comando de Francisco Moniz da Silva³²³, dos quais três arribaram de volta à Índia, não seguindo para o Estreito³²⁴. Ponderou-se mesmo a possibilidade de enviar a armada de alto-bordo de volta ao estreito, em contraposição a enviá-la em acção corsária no Estreito de Meca ou a tomar Paleacate³²⁵.

Entretanto, as relações entre o conde da Vidigueira e Rui Freire de Andrade iam azedando. Provavelmente acicatado pela incapacidade do capitão-geral em reconquistar Ormuz, apesar dos constantes reforços militares e monetários enviados para o Estreito, o vice-rei começou a tecer várias críticas à actuação de Rui Freire, queixando-se da actividade comercial deste³²⁶, da sua desobediência³²⁷, para além da displicência financeira, pois gastara no provimento dos seus navios todo o dinheiro que estava em depósito para pagar aos lascarins na futura empresa de Ormuz, não guardando nenhum capital para qualquer eventualidade³²⁸, e ainda enviando a Goa uma galeota com vinte

³²⁰ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.24, fl.1-2.v,

³²¹ Cf. Cunha, 1995, vol.I, p.66; Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.24, fl.47

³²² Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.24, fl.57-57-v.

³²³ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.24, fl.57-v.-58

³²⁴ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.25, fl.442

³²⁵ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.24, fl.61

³²⁶ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.22, fl.118-v.-119

³²⁷ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.22, fl.117-v.-118-v.

³²⁸ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.22, fl.117-v.-118-v.

soldados a pedir socorros com muitos gastos, quando o Vice-Rei se esforçava para enviar e manter um sólido contingente militar português no Estreito³²⁹.

Podemos questionar-nos até que todo não seria a displicência de Rui Freire de Andrade calculada. O capitão-geral poderia já saber que nem ingleses nem holandeses emprenderiam qualquer intento contra Mascate³³⁰, utilizando somente a ameaça destes para conseguir reforços substanciais para levar a cabo os empreendimentos militares no Estreito de Ormuz e Golfo Pérsico, já planeados e aos quais daria sequência nos anos seguintes como veremos já de seguida. De facto é o próprio Rui Freire de Andrade, já depois de bem apetrechado de reforços, a avisar o vice-rei de que não existe qualquer perigo por os persas estarem ocupados na guerra contra os otomanos, e que os navios ingleses e holandeses haviam passado demasiado tarde para qualquer intento contra Mascate³³¹.

Apoiado pela grande quantidade de reforços enviados ao Estreito durante todo o ano de 1626, Rui Freire reiniciou as hostilidades com a Pérsia, decidindo investir contra o Barém de forma a impedir ali a pesca de aljôfar por parte dos persas. O primeiro passo do capitão-geral foi o estabelecimento de uma aliança com o Baxá de Catifa³³². Apoiados por este, os portugueses investiram contra a ilha do Barém, em 1627, tendo sido derrotados, mais por “discórdia Sobre quem hauia de hir diante”³³³ do que pela acção inimiga. Procederam também a vários raids às costas persas atacando Congo e Queixome, onde se capturou muita gente e gado³³⁴. Em seguida a armada regressou a Mascate.

No ano seguinte, 1628, foi necessário socorrer o Baxá de Catifa ameaçado por forças safávidas³³⁵, para além de se proceder a novos raids contra as costas persas³³⁶. Manobra novamente empreendida em 1629, a qual se juntou a conquista de Guadel e o avassalamento das fortalezas de Cibo³³⁷ e Borca³³⁸, onde os portugueses já possuíam feitorias³³⁹. Para além de submeter o senhor do Comorão, já na margem persa do

³²⁹ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.22, fl.118-v.-119

³³⁰ Cf. Boxer, 1985, p.111

³³¹ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.24, fl.57-v.-58

³³² Cf. Cunha, 1995, vol.I, p.65; *Questões*, 1935, vol.III, p.353

³³³ Cf. Blanco, 1992, vol.II, doc.XXXVIII, p.180

³³⁴ Cf. A.H.U., Conselho Ultramarino, *Índia*, cx.026, doc.32

³³⁵ Cf. A.H.U., Conselho Ultramarino, *Índia*, cx.021, doc.96

³³⁶ Cf. A.H.U., Conselho Ultramarino, *Índia*, cx.026, doc.32

³³⁷ Actual As Seed em Oman.

³³⁸ Actual Barka em Oman.

³³⁹ Cf. A.H.U., Conselho Ultramarino, *Índia*, cx.026, doc.32;

Estreito de Ormuz³⁴⁰. Novamente surgiu a ameaça de um ataque anglo-holandês, devido ao grande número de navios destes que se juntavam em Surrate³⁴¹. Mas, também desta vez, não colocaram os inimigos de Europa qualquer cerco à praça portuguesa, estando mais interessados em meras acções comerciais na costa da Pérsia.

O ano de 1630 assistiu à investida final portuguesa sobre as possessões persas na margem arábica do Estreito, com Rui Freire de Andrade a tomar as fortalezas de Julfar, Rames e Cate³⁴².

Com as campanhas levadas a cabo a partir de 1627, Rui Freire de Andrade conseguiu vários objectivos. Em primeiro lugar alcançou expulsão de todas as forças persas da Arábia. Em segundo obteve várias bases de apoio a oeste do cabo Mosandão. E em terceiro lugar adquiriu um valioso aliado no Baxá de Catifa, permitindo não só o estabelecimento de relações comerciais com essa cidade, mas também a criação ali uma base de apoio para a defesa da cáfila de Baçorá.

4.8. A Trégua de 1630

Na Pérsia a situação política alterou-se em 1629 com a morte de Xá Abbas e a ascensão de seu neto, Safi I. O novo Xá teve de enfrentar grandes desafios externos, com o reavivar da guerra com o Império Otomano, e internos, necessitando de afirmar o seu poder no seio do Império Persa face a qualquer potencial rival, visto não existirem na estrutura de poder régio safávida claras regras sobre a sucessão ao trono³⁴³, problema generalizado aos potentados asiáticos³⁴⁴.

As sucessivas derrotas contra os portugueses e a instabilidade causada pelos ataques destes às costas persas, conjuntamente com a guerra com o Império Otomano e a necessidade de afirmação do poder do novo Xá levaram-no a pedir uma trégua de seis meses em cada ano³⁴⁵, de forma a usufruir pelo menos de uma paz sazonal nas suas costas, que permitisse o fluir do comércio marítimo persa e consequente aumento dos

³⁴⁰ Cf. A.H.U., Conselho Ultramarino, *Índia*, cx.021, doc.96

³⁴¹ Cf. ACE, 1953, vol.I, doc.76, p.233

³⁴² Cf. A.H.U., Conselho Ultramarino, *Índia*, cx.021, doc.96 e cx.026, doc.32; Blanco, 1992, vol.II, doc.LV, pp.237-238

³⁴³ Cf. Newman, 2006, pp.73-74

³⁴⁴ Cf. Flores, 2005

³⁴⁵ Cf. *Comentários*, 1940, p.255; Blanco, 1992, vol.II, doc.LV, pp.237-238; A.H.U., Conselho Ultramarino, *Índia*, cx.021, doc.96; *Diário*, 1937, p.10.

rendimentos alfandegários, tão necessários para a prossecução das acções do Xá. Para convencer Rui Freire de Andrade a aceitar a proposta as autoridades safávidas ofereceram a possibilidade dos portugueses estabelecerem uma alfândega em qualquer porto da costa persa à sua escolha, desta receberia a Coroa Lusa metade de todos os direitos aduaneiros cobrados e residiria nela um juiz ou feitor português, com a função de atribuir às embarcações persas os cartazes necessários à livre navegação no Estreito de Ormuz³⁴⁶.

O capitão-geral aceitou a proposta persa, escolhendo o porto do Congo para o estabelecimento da dita alfândega. Nesta haveria paz perpétua entre portugueses e persas, mesmo se se usasse aquele porto como base de apoio a algum intento luso sobre Ormuz. Ficou, também estabelecidos a entrega de quatro muçulmanos como reféns que ficariam a Mascate. Apesar de algum desconforto pela possibilidade de utilização do Congo como possível base de apoio a uma qualquer tentativa de retomada de Ormuz, a situação interna na Pérsia e as dificuldades de navegação no Estreito, causadas pela actividade bélica portuguesa e os constantes ataques às costas persas, levaram as autoridades safávidas a aceitar o acordo proposto³⁴⁷.

Foi o próprio Rui Freire de Andrade ao Congo estabelecer a alfândega, sendo recebido com muitas festas. Estabelecido o acordo foram entregues quatro mouros nobres para seguirem para Mascate como reféns e desembarcaram um feitor e um escrivão para passarem os cartazes na nova alfândega³⁴⁸.

A Monarquia Hispânica demonstrou-se bastante adversa a este acordo. No entendimento da Coroa o funcionamento de uma alfândega ou de qualquer feitoria nas costas persas iria permitir o fluir do comércio do Império Safávida, precisamente quando a “principal guerra que se lhe pode fazer [era] prohybir a entrada das mercadorias na Persia, e a sayda das suas”³⁴⁹. Para mais qualquer acordo de paz era absolutamente impensável enquanto não se houvesse retomado Ormuz³⁵⁰. No entanto, apesar desta oposição o acordo manteve-se, permanecendo a alfândega no Congo até meados do século XVIII.

³⁴⁶ *Comentários*, 1940, p.256

³⁴⁷ *Ibidem*

³⁴⁸ *Idem*

³⁴⁹ ANTT, Livro das Monções, lv.28, fl.244

³⁵⁰ Cf. ANTT, Livro das Monções, lv.28, fl.244

Com a trégua de 1630 Rui Freire de Andrade conseguiu fazer retornar a paz ao Estreito de Ormuz, nove anos depois do início das hostilidades. A um primeiro cenário de quase total derrota das forças portuguesas naquelas partes em princípios de 1623. Sucedeu um forte reacção portuguesa planificada por Constantino de Sá de Noronha e levada a cabo por Rui Freire de Andrade e D.Gonçalo da Silveira. Entre meados de 1623 e 1630, o capitão-geral conseguiu reafirmar a posição portuguesa na margem arábica do estreito, mudando o pólo de organização da fortaleza perdida de Ormuz para Mascate. Estendeu também a influência comercial lusa por todo o Golfo Pérsico através das alianças com os Baxás de Baçorá e Catifa. Com esta manobra protagonizou uma viragem diplomática extraordinária no contexto do Estado Português da Índia ao aliar-se às autoridades otomanas, inimigos estruturais das forças cristãs na Ásia, aproveitando de formas bastante pragmática a rivalidade entre a Sublime Porta e o Império Safávida.

A trégua de 1630 foi um claro triunfo português. Rui Freire de Andrade conseguiu não só abrir novamente o mercado persa através do Congo, mas também fazer as autoridades persas aceitarem a supremacia portuguesa e a necessidade dos cartazes elaborados por estes para navegarem livremente. Estabilizada a situação no Estreito o novo vice-rei, o conde de Linhares, sentiu que não era ali necessária a presença do capitão-geral chamando-o a Goa, para onde este seguiu em Outubro de 1630³⁵¹.

5. O Governo do Conde de Linhares

5.1. O energético novo vice-rei

Em Goa desde de Outubro de 1629 ocupava o cargo de Vice-Rei D.Miguel de Noronha, 4º conde de Linhares. A actuação deste vice-rei ainda hoje divide opiniões na historiografia. Por um lado, Sanjay Subrahmanyam considera o governo do conde de Linhares um projecto falhado, “só se salvando pela acção de «relações

³⁵¹ Cf. ACE, 1953, vol.I, doc.90, p.268

públicas» de alguns dos seus associados”³⁵². Por outro lado, o principal estudioso da vida de D.Miguel de Noronha, Anthony Disney, considera-o “the most successful viceroy at Goa during the first half of the seventeenth century”³⁵³.

Fidalgo nascido em 1585, membro da família Noronha, que havia dado vários vice-reis e governadores do Estado Português da Índia, D.Miguel era também aparentado com as famílias Meneses e Gama. Iniciou a sua carreira no Norte de África desempenhando as funções de capitão de Ceuta entre 1602 e 1603 e de capitão de Tanger entre 1610 e 1614 e entre 1624 e 1628³⁵⁴.

Chegado a Goa, iniciou uma serie de tentativas de reformas a todos os níveis. Numa tentativa de diminuir os custos da estrutura administrativa do Estado Português da Índia e de aumentar e dinamizar as suas receitas, intentou que todos os proventos fossem directamente pagos ao tesoureiro vice-real, canalizando-os preferencialmente para as despesas militares. Também renegociou o imposto sobre a importação de alimentos, designado de colecta, além de tentar diminuir as despesas, acabando com todos os cargos tidos como supérfluos. Diligenciou para reformar as estruturas administrativas do Estado Português da Índia, como a Casa dos Contos e a Matrícula Geral. Por fim, tentou levar a cabo uma mal sucedida reforma militar, através da formação de um *tercio* ao estilo castelhano³⁵⁵.

Uma das várias incumbências recebidas pelo conde aquando da sua partida de Lisboa fora a retomada de Ormuz, empresa na qual se empenhou assim que chegou a Goa. Contudo, os vários problemas enfrentados pelo Estado Português da Índia nesse momento³⁵⁶, dos quais se destacam a guerra no Ceilão, com a derrota das forças lusas e morte do capitão-geral Constantino de Sá de Noronha em batalha contra as forças de Candia em Agosto de 1630³⁵⁷, além da grande fome que varreu a Índia nos anos de 1630 e 1631³⁵⁸. O que juntamente com, a já referida, progressiva preferência pela conquista de Paleacate e expulsão dos holandeses da costa oriental indiana, relegaram para segundo plano a reconquista da praça do estreito³⁵⁹.

³⁵² Subrahmanyam, 1995, p.232

³⁵³ Disney, 1985, p.305

³⁵⁴ Cf. Disney, 1985, p.305

³⁵⁵ Cf. Disney, 2002, pp.259-275

³⁵⁶ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.36. fl.133

³⁵⁷ Cf. Winius, 1985,

³⁵⁸ Cf. Disney, 1996, pp.135-154

³⁵⁹ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv. 30, fl.162-162-v. e lv. 31, fl.15

5.2. O alargamento do estreito

Chegado a Goa, Rui Freire de Andrade foi recebido pela população e pelo próprio vice-rei com grandes honras “pela muita fama que de seu esforço corria por todo o Oriente”³⁶⁰. Não são totalmente claros os motivos que levaram o conde de Linhares a chamar o capitão-geral a Goa. Nos *Comentários do Grande Capitão Rui Freire de Andrade*, esta chamada deveu-se à sua tentativa do vice-rei reunir um contingente militar considerável para intentar contra Paleacate, mas a morte de Nuno Alvares Botelho e destruição de grande parte da armada de alto-bordo que deveria liderar a expedição, Rui Freire de Andrade regressou a Mascate, sem participar no malogrado ataque a Paleacate³⁶¹. No entanto uma missiva do rei para Pêro da Silva, de 1636, apresenta uma versão diferente, na qual a vinda do capitão-geral a Goa era parte de um plano do conde de Linhares para visitar as províncias do Norte e conjuntamente com esta manobra investir contra Ormuz para recuperar a praça³⁶². A segunda versão surge como mais coerente pelos motivos que se passam a expor.

Em primeiro lugar pela própria natureza do documento, uma missiva régia redigida pouco anos após os eventos e escrita em resposta às cartas enviadas pelo próprio vice-rei conde de Linhares, interventor em todo o processo. Por seu turno os *Comentários*, texto claramente apologético de Rui Freire³⁶³ elaborados em 1647, quinze anos após o sucedido, e para mais apresentam várias imprecisões ao longo do seu texto, principalmente na segunda parte da obra, que se reporta ao período posterior à queda de Ormuz.

Em segundo lugar, a participação de Rui Freire de Andrade numa expedição a Paleacate era algo difícil de conceber. Por um lado, iria afastar bastante o capitão-geral da sua normal zona de acção. Por outro, mesmo com a trégua semestral com a Pérsia e os navios do Norte da Europa apenas visitarem o Estreito de Ormuz algumas semanas por ano, mais ou menos fixas, a participação na expedição obrigaria Rui Freire a ausentar-se de Mascate, deixando esta fortaleza fortemente desguarnecida, por um período de tempo superior ao espaço temporal entre as visitas das armadas anglo-

³⁶⁰ *Comentários*, 1940, p.263

³⁶¹ Cf. *Idem*

³⁶² Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.36. fl.133

³⁶³ Cf. Loureiro, 2008, p.268

holandesas e para lá do prazo final da trégua com os persas. O que poderia criar a oportunidade para este tomarem as posições portuguesas no Estreito de Ormuz.

Em terceiro lugar, como já foi referido, até meados do seu governo, o conde de Linhares teve sempre como um dos seus principais objectivos a recuperação de Ormuz, criticando ferozmente Rui Freire de Andrade por não o intentar³⁶⁴. Não é assim de estranhar que logo no seu primeiro ano de governo o Vice-Rei tomasse medidas para se recuperar a fortaleza, chamando a Goa Rui Freire com esse objectivo em mente.

Por fim, em quarto lugar, de facto neste momento foi enviada uma expedição malograda a Paleacate, na qual o capitão-geral não foi enviado³⁶⁵. Ao invés, nesse mesmo momento, foi mandado visitar as fortalezas do Norte. Conjuntamente com o vedor geral da fazenda, Miguel Pinheiro Ravasco, no que parece ser o cumprimento de parte do plano apresentado pela missiva régia de 1636, mesmo que a expedição para a reconquista de Ormuz tivesse de ser abandonada devido aos problemas na Índia³⁶⁶.

O conde da Vidigueira em finais do seu governo já projectara a ida do vedor-geral da Fazenda, Miguel Pinheiro Ravasco, às fortalezas do Norte para efectuar um controlo dos custos daquelas³⁶⁷. Mas a morte, em viagem para a Índia, de D.Francisco de Mascarenhas, sucessor do conde da Vidigueira que já partira para o Reino, o falecimento de Frei Luís de Brito e Meneses, bispo de Meliapor, que ficara encarregado do governo do Estado Português da Índia, e a formação do primeiro Conselho de Governo Interino, composto por D.Lourenço da Cunha, Gonçalo Pinto da Fonseca e Nuno Alvares Botelho, criaram uma situação de instabilidade governativa que teve como consequência a não realização do projecto de envio do vedor-geral da Fazenda às fortalezas do Norte.

O conde de Linhares, assim que chegou a Goa, deu ordem para tal viagem se realizar, ajuntando-lhe a participação de Rui Freire de Andrade, a quem havia chamado à capital do Estado Português. O vedor-geral da Fazenda e o capitão-geral iam “com largos poderes na guerra na Justiça, E na fazenda”³⁶⁸ para que “executasem, o que

³⁶⁴ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv. 29, fl.147-148

³⁶⁵ Cf. Subrahmanyam, 1994, pp.201-225

³⁶⁶ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.36, fl.133

³⁶⁷ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.26, fl.32

³⁶⁸ ANTT, *Livro das Monções*, lv.29, fl.31-31-v.

entendessem ser necessário³⁶⁹ com o objectivo de reforçar aquelas fortalezas e aumento das receitas destas.

Chegado a Chaul a 22 de Fevereiro, Rui Freire de Andrade recebeu a notícia da morte em viagem de Miguel Pinheiro Ravasco de “doença apressada”³⁷⁰. Argumentando a incapacidade para cumprir a missão atribuída pelo Vice-Rei por lhe faltar o companheiro de comissão, o capitão-geral decidiu regressar de imediato a Mascate³⁷¹. A decisão de Rui Freire de Andrade desagradou ao conde de Linhares, que logo nas vias seguintes para o Reino iniciou um ataque escrito cerrado contra o independente capitão-geral. Queixou-se que o capitão-geral poderia ter continuado com a missão nas matérias de guerra e sobre as fortificações, já que as questões de fazenda eram claramente da responsabilidade do vedor-geral, além que deveria ter informado o vice-rei antes de partir de regresso a Mascate, inviabilizando qualquer possibilidade de continuidade da missão ao Norte.³⁷²

Outra reclamação do Conde de Linhares relacionava-se com os gastos da armada do Estreito. Só a armada de remo era composta por 22 navios, número somente ultrapassado pelos 24 navios que compunham a armada do norte e bastante superior à armada do Canará, 15 navios, e um pouco superior à armada de Malaca, 19 navios, onde os portugueses tinham não só de fazer face a uma muito agressiva posição militar do Achém, mas também a uma forte actividade comercial e bélica holandesa³⁷³. Mais extraordinários pareciam ao Vice-Rei os gastos da armada do Estreito, quando nem sequer intentava contra Ormuz e qualquer possibilidade desta empresa era refutada pelo próprio Rui Freire de Andrade, segundo o conde de Linhares, mais por invejas e receios que fosse o próprio vice-rei a guardar para si a glória da retomada daquela praça, do que pelas realísticas dificuldades técnicas e militares apresentadas pelo capitão-geral³⁷⁴.

Lamentava-se também o conde da grande jurisdição e poder de Rui Freire no Estreito de Ormuz, ainda mais aumentada por o Vice-Rei, devido à grande dispersão das possessões portuguesas na Ásia, não poder estar presente em todo o lado, tendo de governar por informações³⁷⁵, sendo que estas notícias eram veiculadas por os papéis

³⁶⁹ ACE, 1953, vol.I, doc.156, p.483

³⁷⁰ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.29, fl.31-31-v.

³⁷¹ Cf. ACE, 1953, vol.I, doc.156, p.483; Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.29, fl.31-31-v.

³⁷² Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.29, fl.31-31-v.

³⁷³ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.29, fl.37-38

³⁷⁴ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.29, fl.147-148

³⁷⁵ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.29, fl.84

“feitos com violência, e as testemunhas soldados seus que dependem delle pellos que se lhes não [devia] dar crédito”³⁷⁶, como já se havia queixado o conde da Vidigueira Prevalecia assim a autoridade do capitão-geral no estreito sobre um mal informado vice-rei³⁷⁷.

Por fim, queixava-se o Vice-Rei de como Rui Freire já não embarcava nas expedições militares no estreito, permanecendo sempre em Mascate³⁷⁸. Provavelmente esta situação de permanência do capitão-geral na fortaleza, devia-se à doença prolongada que o começava a afligir e seria a causa da sua morte daí a cerca de ano e meio.

A saraivada de queixas do conde de Linhares contra Rui Freire de Andrade parece não ter produzido nenhum grande efeito no Reino. O capitão-geral permaneceu no cargo até à data da sua morte e a levar a cabo a sua própria agenda política. O próprio vice-rei parecia não querer o afastamento de Rui Freire, apesar de lhe criticar os procedimentos, tecendo-lhe sempre alguns elogios pessoais³⁷⁹. Provavelmente, o conde de Linhares através destas queixas procuraria somente que a Coroa afirmasse o poder seu em relação ao do capitão-geral. No entanto, a única questão onde a Coroa parece ter tentado fazê-lo, foi na recomendação dada ao segundo para não escrever mais directamente ao Reino por terra, passando todas as suas missivas a terem de ser remetidas através do vice-rei em Goa³⁸⁰.

Em Agosto de 1631 deu-se a queda de Mombaça. Este evento revestiu-se de alguma importância para o estreito, por novamente forças militares ali adstritas foram chamadas a intervir fora desse contexto geográfico. O protagonista da revolta contra as forças portuguesas em Mombaça foi D.Jerónimo Chingulia ou Yusuf ibn Hassan, nascido muçulmano, mas feito, aos oito anos de idade, cristão. Foi criado em Goa no convento dos Agostinhos e serviu nas forças militares portuguesas no Estreito de Ormuz sob as ordens de Rui Freire de Andrade. Em 1626 foi feito rei de Mombaça, sucedendo ao seu pai, que fora mandado assassinar, em 1614, pelo capitão do Forte de Jesus, Simão de Melo Pereira, o mesmo que anos depois seria o último capitão de Ormuz.

³⁷⁶ ANTT, *Livro das Monções*, lv.22, fl.119

³⁷⁷ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.29, fl.84

³⁷⁸ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.29, fl.217-v.

³⁷⁹ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.29, fl.84

³⁸⁰ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.27, fl.36

Em 1630 foi nomeado como capitão da fortaleza portuguesa Pedro Leitão de Gamboa. Este demonstrou sempre bastante desdém por D.Jerónimo. O capitão ao descobrir, em Agosto de 1631, que o rei regressara às práticas religiosas islâmicas planeou envia-lo de volta para Goa. Mas o intento do português foi descoberto, decidindo o monarca atacar o forte de Jesus e matar toda a população lusa da cidade, o que levou a cabo a 15 de Agosto de 1631. D.Jerónimo Chingulia adoptou então, abertamente, o nome de Yusuf ibn Hassan e tentou sublevar toda a costa suaíli. O Rei de Pate, aliado dos portugueses, ao saber do sucedido em Mombaça de imediato enviou a informação a Goa e Mascate³⁸¹.

O Conselho de Estado em Goa, logo que soube da notícia decidiu por unanimidade o envio de uma armada a recuperar Mombaça. O grosso desta armada deveria ser constituído por navios e homens enviados de Mascate, sob o comando de Rui Freire de Andrade, ao qual se juntariam alguns reforços de Goa, se os inimigos da Europa o permitissem³⁸².

Duas semanas depois o Conselho de Estado voltou a reunir por o vice-rei haver recebido cartas de Rui Freire de Andrade, redigidas antes da realização do conselho antecedente, mas somente chegadas a Goa naquele momento. Nestas missivas o Capitão-Geral informava ter recebido a informação “que o Cam de xiras³⁸³ era chegado a suas terras, e que o xâ lhe prometera quatro mil homens allem dos de sua obrigação para ir sobre Baçora, ou Arabia”³⁸⁴. Face a esta alteração política no Estreito de Ormuz, não só Rui Freire não podia enviar uma armada para a retomada de Mombaça, como ainda pedia para si mesmo reforços de gentes, navios e pólvora. Ficava então decidido que a armada para recuperar Mombaça partiria de Goa sob o comando de Francisco de Moura³⁸⁵.

Apesar da ameaça persa, Rui Freire de Andrade conseguiu enviar cem homens em três navios, capitaneados por João da Fonseca e Carvalhosa e Lazáro e António Rodrigues de Pina, a participarem na recuperação de Mombaça, onde já se encontraram com a armada de Francisco de Moura³⁸⁶. A expedição portuguesa acabou por se revelar

³⁸¹ Cf. Azevedo e Boxer, 1960, pp.33-35

³⁸² Cf. ACE, 1953, vol.I, doc.125, pp.382-385

³⁸³ Khan de Shiraz

³⁸⁴ ACE, 1953, vol.I, doc.126, p. 386

³⁸⁵ Cf. ACE, 1953, vol.I, doc.126, pp. 385-389

³⁸⁶ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.29, fl.143-144; *Ásia Portuguesa*, 1945, vol.VI, p.411

um desastre. As tropas portuguesas desorganizadas e mal comandadas não conseguiram retomar a fortaleza, sendo obrigadas a retirar em Março de 1632³⁸⁷.

Ao saber-se do malogro da empresa o Conselho de Estado voltou a reunir em torno da situação de Mombaça. Por unanimidade, o Conselho decidiu o envio de uma nova expedição, desta vez sob o comando do próprio Rui Freire de Andrade, que deveria providenciar a maior parte dos meios para a realização da jornada, reforçados com um pequeno contingente de Goa³⁸⁸. Porém, não houve necessidade de realizar tal intento. O rei de Mombaça, provavelmente galvanizado com a vitória contra os portugueses, decidiu passar para a Arábia com um pequeno grupo de seguidores, deixando o forte de Jesus em Mombaça completamente vazio. Um navio mercante português ao passar por aquelas águas deparou-se com a fortaleza desprovida e apressou a retomá-la para o Estado Português da Índia³⁸⁹.

Através destes dois episódios podemos entender as tentativas do conde de Linhares para alterar a lógica militar no Estreito de Ormuz. Para dinamizar e maximizar o grande contingente bélico português estacionado no estreito, o vice-rei tentou que quer o seu líder carismático, Rui Freire de Andrade, quer as próprias forças militares intervissem em contextos fora daquele espaço geográfico. Assim, logo em 1629, chamou o capitão-geral a Goa, enviando-o em seguida a visitar as fortalezas do Norte. Também nesta lógica o vice-rei pediu, em 1631, não só o apoio das forças do estreito para recuperar Mombaça, mas também pressupondo que deve partir dali o grosso do contingente da expedição, sob a liderança do próprio Rui Freire de Andrade, quando no início desse mesmo ano já havia pedido ao capitão-geral para intervir em Diu, caso se desse um ataque mógl sobre a praça portuguesa³⁹⁰.

Por seu lado, Rui Freire de Andrade parece ter resistido a esta tentativa do Conde de Linhares de alargar a área de acção das forças militares adstritas ao estreito. Aquando da sua visita à fortalezas do norte, assim que lhe chegou a notícia da morte do Vedor Geral da Fazenda, Miguel Pinheiro Ravasco, logo se apressou a regressar a Mascate, sem informar o Vice-Rei ou pedir-lhe qualquer tipo de ordem. Além de, que provavelmente, prevendo a possibilidade da utilização do contingente militar sob a sua alçada para a recuperação de Mombaça, tratou de informar Goa que a situação no

³⁸⁷ Cf. Azevedo e Boxer, 1960, p.36

³⁸⁸ Cf. ACE, 1953, vol.I, doc.144, pp.438-442

³⁸⁹ Cf. Azevedo e Boxer, 1960, p.36

³⁹⁰ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.29, fl.9-v.

estreito se alterara e se previa um ataque persa sobre Baçorá ou na própria Arábia, que não se realizou.

São paradigmáticas as palavras atribuídas a Rui Freire de Andrade ao afirmar “que ou hauia de estar no estreito no lugar, que occupa[va], ou em Portugal ou na Coua”³⁹¹. Ficava assim claros a indisponibilidade do Capitão-Geral para ocupação de qualquer outro cargo para além daquele que desempenhava naquele momento.

5.3. A morte de Rui Freire de Andrade

O tempo decorrido entre meados de 1630 e de 1633 correspondeu um período de relativa calma no Estreito de Ormuz. Se entre meados de 1630 e o início do ano seguinte vigorou a trégua estabelecida por Rui Freire de Andrade, a partir desse momento assistiu-se a um retomar das hostilidades, mas já sem a mesma intensidade do período anterior. As acções militares portuguesas limitaram-se à guarda das cáfilas entre Mascate, Baçorá e Catifa e à queima de alguns navios safávidas, para além de um ataque às costas persas para impedir a pesca do aljôfar³⁹². Em 1631 os fortes portugueses de Curiate e Matará foram atacados por forças árabes, mas estas foram rapidamente colocadas em fuga pela acção de reforço lusa, como veremos em maior pormenor mais adiante.

Apesar do ataque árabe a Curiate e Matará, a grande ameaça às posições portuguesas no estreito surgiria da tradicional possibilidade de aliança de uma grande armada anglo-holandesa com o inimigo persa. Logo em 1631, como já referido, o Conselho de Estado em Goa havia abandonado oportunidade de utilizar as forças do estreito para comporem o grosso da expedição para se recuperar Mombaça, por Rui Freire de Andrade ter avisado da possibilidade de um ataque persa sobre Baçorá ou a Arábia³⁹³. Embora esta ameaça não se tenha consubstanciado nesse ano, em Outubro de 1632 tornou-se ainda mais veemente com a ida ao estreito de uma armada anglo-holandesa de cerca de 11 navios³⁹⁴.

³⁹¹ ANTT, *Livro das Monções*, lv.29, fl.217-v.

³⁹² Cf. Blanco, 1992, vol.II, doc.LXVII, pp.289-290; A.H.U., Cf. Conselho Ultramarino, *Índia*, cx.026, doc.32 e cx.021, doc.96

³⁹³ Cf. ACE, 1953, vol.I, doc.126, pp. 385-389

³⁹⁴ Cf. A.H.U., Conselho Ultramarino, *Índia*, cx.021, doc.96

Em Mascate, o capitão-geral, temeroso de que norte-europeus e persas se coligassem para tomar as fortalezas portuguesas, despachou um pedido de socorro a Goa, rapidamente respondido com o envio de seis navios carregados de mantimentos e munições, aos quais se juntariam doze navios da armada do Norte. Não foi com algum desagrado que o vice-rei destacou mais estas forças para o estreito, pois, em sua opinião Rui Freire de Andrade, já possuía sob a sua alçada forças suficientes para resistir a qualquer ataque, além de não lhe parecer bem desguarnecer-se a Índia num momento em que a ameaça móglol sobre o Estado Português da Índia se ia intensificando à medida que a influência militar dos exércitos de Shah Jahan, o qual não nutria uma grande simpatia pelos portugueses, se fazia sentir no sultanato de Bijapur, vizinho de Goa.³⁹⁵

A armada anglo-holandesa, no entanto, não estaria interessada no auxílio aos persas na tomada de Mascate, ou de qualquer outra praça lusa na Arábia, mas sim em capturar a riquíssima cáfila de Baçorá. Já em 1631 os holandeses haviam ameaçado vir no ano seguinte ao estreito com esse intuito³⁹⁶. Falhado qualquer intento de capturar a cáfila na sua ida para Mascate pela “boa manha”³⁹⁷ do capitão-mor da armada do Estreito, Luís Martins, a coligação anglo-holandesa rapidamente dividiu a sua armada em pequeno esquadrões espalhados entre Mascate e Goa, para impedir a ida da cáfila para a capital do Estado Português da Índia³⁹⁸. Porém, nem os persas passaram a Mascate, nem a cáfila de Baçorá foi capturada pela armada anglo-holandesa, conseguindo os portugueses escapar ilesos a estas dificuldades.

Maior pareceu o perigo por o carismático líder das forças portuguesas, Rui Freire de Andrade, se “se achar muy mal de huma doença perlongada”³⁹⁹. Esta culminaria em Setembro de 1633 na morte do Capitão-Geral, quando a umas febres “muito rijas, que não valerem nenhuns remédios”⁴⁰⁰, se juntou a contaminação por disenteria. Foi sepultado na Igreja de Santo Agostinho em Mascate, sem qualquer campa ou letreiro que permitam a identificação do túmulo⁴⁰¹. Não é totalmente claro o porque desta simplicidade na morte, talvez se trata-se de uma tentativa de demonstrar o seu despojamento num último acto, ou talvez fosse uma forma dos rivais do capitão-geral apagarem qualquer memória daquele.

³⁹⁵ Cf. ACE, 1953, vol.I, doc.148, pp.450-452

³⁹⁶ Cf. ACE, 1953, vol.I, doc.148, pp.450-452

³⁹⁷ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.30, fl.263-v.-264

³⁹⁸ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.30, fl.263-v.-264

³⁹⁹ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.30, fl.264

⁴⁰⁰ *Comentários*, 1940, p.264

⁴⁰¹ Cf. *Ibidem*

A morte de Rui Freire de Andrade foi tida como mais uma perda de grandes homens, sofrida pelo Estado Português da Índia, aos quais se juntavam os nomes de Constantino de Sá de Noronha, morto em Ceilão em Agosto de 1630, ou Nuno Álvares Botelho, em Malaca a 6 de Fevereiro de 1632. Curiosamente todos estes grandes comandantes portugueses passaram pelo estreito de Ormuz e privaram com o capitão-geral⁴⁰². Manuel de Faria e Sousa na sua *Ásia Portuguesa* escreveu um longo elogio fúnebre a Rui Freire de Andrade, destacando as suas capacidades militares, a sua autoridade, a castidade e por vezes a crueldade necessária para se fazer obedecer e temer⁴⁰³.

Em dez anos como capitão-geral do Estreito, Rui Freire de Andrade conseguira reverter em boa parte a posição portuguesa, muito debilitada após a queda de Ormuz. Conquistou todo um conjunto de fortalezas em torno do estreito e alcançou manter os inimigos europeus distantes do Golfo Pérsico. Conseguiu mesmo, em 1630, obrigar o Império Pérsia a pedir uma trégua com as forças portuguesas e aceitar nas cláusulas desse acordo o estabelecimento de uma porta de entrada no mercado persa, Congo. Além de obrigar as autoridades safávidas a aceitar que os seus mercadores para navegarem em segurança tivessem de pedir cartazes ao feitor português estabelecido no Congo.

Granjeou o apoio de alguns potentados locais, como os Baxás de Baçorá e Catifa, oferecendo-lhes o seu apoio militar, reanimando, desta forma, as antigas rotas comerciais do Golfo Pérsico, através das cáfilas que provenientes dessas cidades seguiam para Mascate, onde pagavam os respectivos direitos. Teve o cuidado de não desagradar aos xeques árabes⁴⁰⁴, revertendo para estes algumas rendas anteriormente pertencentes ao monarca de Ormuz⁴⁰⁵.

Tentou transformar Mascate no pólo da presença portuguesa no estreito. O comércio próprio da praça era bastante escasso, resumindo-se à troca de panos e arroz por tâmaras árabes⁴⁰⁶. Mas a sua posição como intermediária entre a Índia e o Sudeste Asiático e o Golfo Pérsico aumentou a sua importância comercial. Ali afluíam roupas do Sind, Dabul e Cambaia, além de drogas do sul e açúcar e anil do Bengala, em

⁴⁰² Cf. *Ibidem*

⁴⁰³ Cf. *Ásia Portuguesa*, 1945, vol.VI, pp.439-440

⁴⁰⁴ Cf. *Questões*, 1935, p.337

⁴⁰⁵ Cf. Cunha, 1995, vol.I, p.52

⁴⁰⁶ Cf. Blanco, 1992 vol.II, doc. XXXVI, pp.146-147

direcção ao Congo e ao mercado persa, onde eram trocados por cavalos, ouro e prata. Dali partia e terminava a sua viagem a cáfila de Baçorá, fazendo a ligação entre os mercados asiáticos e a Europa, tal como a cáfila de Catifa, carregada de roupas negras de Cambaia e Sinde e transaccionadas por cavalos.

No Golfo Pérsico os portugueses não tinham praticamente qualquer concorrência comercial, mas no Estreito de Ormuz e no acesso ao mercado persa, tinham de rivalizar com os mercadores ingleses e holandeses que desde de 1614 frequentavam o porto de Jasques e, posteriormente, Bandar Abbas⁴⁰⁷.

Rui Freire de Andrade não tentou somente tornar Mascate num pólo comercial, mas também num centro militar português no Estreito de Ormuz. Mandada construir segundo as mais modernas técnicas da época por Matias de Albuquerque⁴⁰⁸, apesar de imponente a fortaleza de Mascate era considerada muito pequena e limitada⁴⁰⁹. Era assim necessário fazer obras no forte para este assumir o papel de centro militar português. A morte em 1626 de António Calado, que havia sucedido a Martim Afonso de Melo como capitão de Mascate nesse mesmo ano, ofereceu a oportunidade perfeita para se conseguir os fundos necessários para a obra. Do Reino, ao saber-se desta situação, logo partiram ordens para se não se prover ninguém no cargo e se aplicar os soldos devidos a António Calado nas obras na fortaleza⁴¹⁰. As obras, no entanto, arrastaram-se por mais de uma década até à sua conclusão⁴¹¹.

A valorização de Mascate obrigou também a um novo ordenamento do seu funcionamento e em 1631, com este propósito, as autoridades no Reino requereram ao vice-rei, conde de Linhares, um novo regimento para a fortaleza e armada do estreito⁴¹². Este só estaria pronto no final do governo do conde, sendo enviado para o Reino em 1636⁴¹³. Ao regimento daremos particular atenção mais adiante.

Permaneceu como mácula no desempenho de Rui Freire de Andrade enquanto capitão-geral a incapacidade para retomar Ormuz, apesar das várias tentativas. No entanto era reconhecida a aptidão de Rui Freire para liderar e consolidar a posição portuguesa no estreito. Um dos seus mais acérrimos críticos, o conde de Linhares,

⁴⁰⁷ Cf. Bocarro, 1992, vol.II, pp.60-67

⁴⁰⁸ Foi capitão da fortaleza de Ormuz entre 1584 e 1587.

⁴⁰⁹ Cf. Blanco, 1992, vol.II, doc. XXXVI, pp.146-147; ANTT, *Livro das Monções*, lv.19, fl.70-v.-71

⁴¹⁰ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.25, fl.94 e lv.26, fl.517

⁴¹¹ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.38, fl.3

⁴¹² Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.30, fl.122-122-v.

⁴¹³ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.44, fl.356-376-v.

reconhecia que a morte do capitão-geral seria uma grande perda para o Estado Português da Índia⁴¹⁴.

5.4. Conflito entre os portugueses

Morto Rui Freire de Andrade, o vice-rei nomeou para o cargo de Capitão-Geral do Estreito de Ormuz o conselheiro de Estado, Gaspar de Melo de Sampaio. Este partiu de imediato a tomar posse do seu cargo com bastantes reforços⁴¹⁵. Esta nomeação alterou a situação no estreito, pois o novo capitão-geral não possuía o carisma nem a autoridade de Rui Freire de Andrade e cedo os conflitos entre portugueses começaram a grassar, aos quais se juntaram as tentativas do vice-rei, agora livre de Rui Freire, de intervir mais activamente no estreito.

Chegado ao estreito, Gaspar de Melo foi rapidamente confrontado por uma proposta das autoridades persas para se assentar uma paz definitiva entre o Estado Português da Índia e o Império Safávida. O acordo era especialmente atractivo por possibilitar o estabelecimento português em Raxel, localizada “num Rio muito fermoço, e não na costa braua como congo”⁴¹⁶. Oferecia-se assim a oportunidade de transferir a base de apoio comercial portuguesa nas costas persas, para um local com um porto muito mais acessível aos navios vindos de Baçorá, Arábia e Pérsia.

Foi enviado Luís Martins de Sousa, capitão-mor da armada do estreito, a tratar da paz. Ficou então estabelecido que entre Jasques e Bandar Machul⁴¹⁷, ou seja praticamente toda a costa persa, não poderia a armada do estreito tomar qualquer navio muçulmano. Em contrapartida os persas ofereciam a possibilidade dos portugueses colocarem feitores em Comorão, Congo, Raxel, Barém e Niquilu⁴¹⁸, com a função de passar cartazes válidos por seis meses e pelos quais as embarcações pagariam o valor fixo de 650 dinares.

⁴¹⁴ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.30, fl.264

⁴¹⁵ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.33, fl.13-13-v.

⁴¹⁶ *Diário*, 1937, p.10

⁴¹⁷ Provavelmente actual Bandar Māhshahr

⁴¹⁸ Provavelmente actual Nokhaylo

Os capítulos das pazes imediatamente motivaram as queixas do capitão-geral, que se recusou a aceitá-las⁴¹⁹ e afastou Luís Martins de Sousa de seu cargo, provendo no lugar António Velho⁴²⁰. Não encontrei qualquer documentação demonstrativa do porquê da resistência de Gaspar de Melo ao acordo negociado pelo capitão-mor, mas duas são as hipóteses que se podem colocar. Poderia dever-se a Gaspar de Melo, seguindo as directivas emanadas da Coroa, recusar qualquer paz definitiva com a Pérsia que não tivessem como contrapartida a devolução de Ormuz.

Juntamente com as queixas contra Luís Martins de Sousa, Gaspar de Melo teceu também várias críticas ao capitão da fortaleza de Mascate, Júlio Moniz da Silva. Este parece ter sido, neste período, um dos principais executores da política do conde de Linhares no estreito. Desempenhava o cargo desde 1630 por escolha do Vice-Rei, que lhe vendera o cargo vago desde da morte de António Calado em 1627⁴²¹. Ainda em vida de Rui Freire de Andrade, entrou em conflito com este sobre o modo de proceder ao reforço da fortificação de Mascate, mas o conde de Linhares havia-se apressado a reafirmar o procedimento de Rui Freire⁴²². Livre da autoridade do carismático capitão-geral, Júlio Moniz começou a proceder de forma cada vez mais independente, defendendo uma posição portuguesa no estreito baseada no comércio e não na guerra, de tal forma que Gaspar Melo o acusou de querer “ser sô mercador”⁴²³, o que é indicativo das prioridades do capitão de Mascate.

A situação tornou-se ainda mais tensa quando uma força omanita conseguiu tomar a fortaleza de Julfar, como veremos mais adiante, e se propôs a destruição das fortalezas de Sibó e Borca⁴²⁴. Este caso é-me dado a conhecer principalmente pelas palavras do conde de Linhares, mas no entanto este apresenta alguns incoerências nas suas palavras. Enquanto em carta para o rei, de 5 de Fevereiro de 1635 o Vice-Rei afirma ter sido Gaspar de Melo a propor o abandono das praças, mas sem apresentar justificação para o fazer⁴²⁵, mesmo escreveu no seu diário a 21 de Setembro de 1634, que o capitão-geral se opunha veementemente ao abandono daquelas duas praças, apresentando como fundamento os pedidos do povo para não o fazer. Justificou-se também com a possibilidade de que aquelas zona costeira da Arábia, livre da presença

⁴¹⁹ Cf. *Diário*, 1937, p.177

⁴²⁰ Cf. Blanco, 1992, vol.II, doc.LXXIII, p.311

⁴²¹ Cf. A.H.U., Conselho Ultramarino, *Índia*, cx. 016, doc.24

⁴²² Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.30, fl.122-122-v.

⁴²³ Cf. *Diário*, 1937, p.177

⁴²⁴ Cf. Blanco, 1992, vol.II, doc.LXXIII, p.308

⁴²⁵ Cf. *Idem*, pp.308-309

portuguesa, se tornaria-se um “Cubil não sô de Arabios que se farião aleuantados, mas tarradas doutra Costa, noutaques, E embarcações do Sinde que tudo aly viria dezouar”⁴²⁶, aumentando a insegurança para os navios lusos naquelas costas. Além disso, a diminuição dos gastos que se poderia ter ao abandonar-se as fortalezas não seria significativos, porque os soldados nelas empregues eram portugueses e casados e por isso teriam de ser transferidos para Mascate, onde lhes teriam de ser pagos os soldos de qualquer maneira. Quanto aos lascarins, o capitão-geral não era favorável ao seu simples abandono, porque “mostrarão na guerra serem os melhores de todo o estreito”⁴²⁷.

Não é totalmente claro o porquê desta incoerência. É pouco provável que se tratasse de uma mudança de opinião de Gaspar de Melo, para mais que, aquando do envio da missiva ao rei o capitão-geral já havia sido removido do cargo, como veremos. Poder-se-ia tratar de uma tentativa do vice-rei descredibilizar Gaspar de Melo face à Coroa. Num período em que esta continuava a recomendar a retomada de Ormuz, começar a retirar-se capacidade poder português no estreito poderia ser encarado como uma desistência desse intento. Além de representar um reconhecimento de fraqueza por parte do Estado Português da Índia e uma consequente perda de reputação para a Monarquia Hispânica.

O conde de Linhares, provavelmente, seria favorável a um estabelecimento de pazes definitivas com os persas e ao abandono de algumas fortalezas no estreito. Não esqueçamos que este, desde do início do seu governo, levava a cabo uma série de reformas financeiras e militares, de forma a aumentar as receitas do Estado Português da Índia e a diminuir as suas despesas. Através da paz com os persas, não só afastaria mais uma potencial ameaça sobre a presença portuguesa na Índia, mas ainda poderia começar a diminuir todo o aparato militar luso montado por Rui Freire de Andrade com o intuito de fazer guerra aos persas. Assim se explica a ordem do vice-rei para se diminuir a armada do estreito de 15 para 11 navios, argumentado a falta de gente⁴²⁸. Esta gradual diminuição das dimensões da armada tem especial efeito se tivermos em consideração que em 1631 a armada era composta por 22 navios, tornando-a a segunda maior do Estado Português da Índia, apenas ultrapassada em número pela armada do norte⁴²⁹.

⁴²⁶ *Diário*, 1937, p.177

⁴²⁷ *Diário*, 1937, pp.177-178

⁴²⁸ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.36, fl.127-127-v.

⁴²⁹ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.29, fl.38

O vice-rei, provavelmente receoso que a diminuição da armada fosse encarada no Reino como uma desistência do intuito de retomar Ormuz, apressou-se a informar da quantidade de navios e homens necessária para tal empresa. Perante esses números a Coroa reconheceu ser impossível a reconquista de Ormuz, assim dever-se-ia tomar a praça “por trato ou interpresa”⁴³⁰.

Face à resistência de Gaspar de Melo de Sampaio aos intuitos de contenção financeira do Vice-Rei, este, argumentando que o capitão-geral se encontrava muito doente e lhe pedia para ser removido no cargo, substituiu-o por Francisco Moniz da Silva, regressando Gaspar de Melo a Goa em Dezembro de 1634⁴³¹.

O novo capitão-geral, segundo as palavras do Conde de Linhares, era homem de “valor, desinterece, E experienssia”⁴³², com um grande conhecimento do Estreito de Ormuz, pois já ali fora em socorro por várias vezes no tempo de Rui Freire de Andrade. Havia mesmo sido sugerido como sucessor daquele durante o governo do conde da Vidigueira. Para a sua escolha tinha também concorrido as suas ligações familiares. De facto, era irmão de Júlio Moniz da Silva, capitão da fortaleza de Mascate. Desta forma vice-rei tentava que houvesse bom entendimento entre o capitão-geral e o capitão da fortaleza, o que nunca havia acontecido nas partes do Estado Português da Índia onde ambos os cargos cruzavam as suas jurisdições, como sucedia Malaca ou Ceilão⁴³³.

Na realidade, com esta nomeação o conde de Linhares procurava colocar no ofício de capitão-geral, cargo de superior jurisdição no Estreito de Ormuz e Golfo Pérsico, alguém da sua confiança e que levasse a cabo as políticas engendradas por si. Nesta lógica Francisco Moniz da Silva rapidamente firmou a paz com a Pérsia, seguindo os capítulos negociados por Luís Martins de Sousa⁴³⁴. Desta forma era colocado um ponto final ao conflito entre portugueses e persas, iniciado abertamente cerca de 14 anos antes.

Feita a paz com os persas, coube a Francisco Moniz da Silva a abertura da uma alfândega em Raixel, conseguindo concretizar o intento português de alterar o principal porto de acesso ao mercado persa do Congo para Raixel, por este porto possuir muito

⁴³⁰ ANTT, *Livro das Monções*, lv.36, fl.127-127-v.

⁴³¹ Cf. *Diário*, 1937 p.245

⁴³² ANTT, *Livro das Monções*, lv.34, fl.43

⁴³³ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.34, fl.43

⁴³⁴ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.36, fl.260

melhores condições para a entrada e permanência dos navios lusos. Estabeleceu também alfândegas em Queixome e Barém, conforme o mesmo acordo de paz⁴³⁵.

O novo capitão-geral teve também de estabilizar as relações com os aliados dos portugueses no Golfo Pérsico. Tanto o governante do Congo, como o Baxa de Catifa, tinham aproveitado a oportunidade criada pela instabilidade entre as autoridades portuguesas no estreito para se apropriarem dos rendimentos pertencentes à Coroa de Portugal. Com ambos, Francisco Moniz da Silva voltou a chegar a acordo, estabelecido com as mesmas bases já negociadas com Rui Freire de Andrade em 1627, no caso de Catifa, e em 1630, para o Congo. Também o governador do Comorão desde da morte de Rui Freire se abstivera de pagar as páreas devidas à Coroa portuguesa, e também com este Francisco Moniz chegou a novo a acordo para o valor total em dívida ser pago⁴³⁶.

A mudança na cadeira de governo em Goa, em finais de 1635, alterou também a situação política no estreito. O novo vice-rei, Pêro da Silva, não partilhava do zelo reformista do conde de Linhares e rapidamente apressou-se a restabelecer a situação no estreito. Assim, voltou a recolocar Gaspar de Melo de Sampaio no cargo de capitão-geral do Estreito de Ormuz, pois no seu entender o conde de Linhares incorrera em erro ao nomear Francisco Moniz da Silva para aquele cargo. Afinal, ao contrário do que afirmava D.Miguel de Noronha, aquando da nomeação de Francisco Moniz havia gente com muito mais experiência e capacidade para ocupar aquele cargo, além daquele não ter mais conhecimento da situação do estreito do que lhe era dado por o ter visitado umas poucas vezes sem grande importância.

O próprio nome de Francisco Moniz da Silva só fora sugerido para suceder a Rui Freire de Andrade, no tempo do governo do conde da Vidigueira, por aquele ser um dos apaniguados deste vice-rei, que até o fizera capitão de Baçaim. Para Pêro da Silva até a motivação principal do conde de Linhares para nomear Francisco Moniz da Silva (a circunstância deste ser irmão do Capitão da fortaleza de Mascate), era errada por permitir a união dos providos para prejudicar a Fazenda Real.

A actuação de Francisco Moniz da Silva também recebeu críticas do novo vice-rei. Este opunha-se a que se tivessem feito as pazes com os persas, ainda mais estabelecendo uma alfândega em Queixome, para grande desonra da Monarquia, pois fora por se intentar contra aquela que se havia perdido Ormuz, sem a devolução da qual

⁴³⁵ Cf. Blanco, 1992, vol.II, doc.LXXIV, p.314; Cf. Blanco, vol.II, doc.LXXV, pp.316-317

⁴³⁶ Cf. Blanco, 1992, vol.II, doc.LXXV, pp.316-317

qualquer acordo de paz estava fora de questão. Ainda se atrevia o capitão-geral a passar cartazes a navios carregados de pimenta no estreito, quando o comércio desta mercadoria para aquelas partes era veementemente proibido pela Coroa⁴³⁷.

Entretanto, Gaspar de Melo de Sampaio escrevia para o Reino a queixar-se da injustiça do seu afastamento sem qualquer motivo. Mesmo as justificações para este acto apresentadas pelo conde de Linhares à Coroa pareciam aos oficiais régios no Reino algo confusas e sem grande propósito⁴³⁸. Estas queixas e a incapacidade de D.Miguel de Noronha de justificar o seu acto apenas vieram reforçar a ideia de que a substituição de Gaspar de Melo de Sampaio por Francisco Moniz da Silva, em 1634, fora um acto político, de forma a afastar um capitão-geral que se mostrava algo contrário às políticas do vice-rei, para o substituir por um outro que partilhasse das mesmas ideias do conde de Linhares.

Em Março de 1636, Gaspar de Melo de Sampaio partiu em direcção de Mascate, para ocupar o cargo de capitão-geral, com ele seguia também Manuel Mascarenhas de Almada, capitão-mor da armada do estreito, e António Botelho de Azevedo, a entrar como capitão da fortaleza de Mascate⁴³⁹. Denota-se como o vice-rei tentou alterar toda a situação da estrutura administrativa portuguesa no Estreito de Ormuz, realizando novas nomeações para os três cargos mais importantes.

Chegado ao seu destino Gaspar de Melo já não encontrou os irmãos Moniz da Silva, entretanto regressados à Índia, deixando as forças portuguesas sem liderança. O novo capitão-geral apressou-se a resolver a questão e nomeou para a capitania de Mascate Miguel Feio de Melo, a substituir António Botelho de Azevedo, falecido entretanto, mas pelos seus os maus procedimentos seria afastado, ficando em seu lugar Gomes Lobo da Silva.

Mascate naquele momento encontrava-se “quieta e bem provida”⁴⁴⁰, porém o povo e mercadores da cidade queixavam-se dos procedimentos comerciais do capitão-geral e por ter dado licença aos soldados que quisessem abandonar o estreito. O vice-rei tentou controlar a situação, somente com admoestações, sem pressupor o afastamento de Gaspar de Melo. Mas em finais 1636 a situação ficou resolvida com a morte do capitão-geral, sendo nomeando para o cargo o conselheiro de estado, Manuel Pereira,

⁴³⁷ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.33, fl.260

⁴³⁸ Cf. Blanco, 1992 vol.II, doc.LXXIII, p.312

⁴³⁹ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.36, fl.433

⁴⁴⁰ ANTT, *Livro das Monções*, lv.36, fl.433-v.

“fidalgo muito valente e cizudo, e que nas ocasiões em que se achou procedeo como devia”⁴⁴¹

5.5. Antigas e novas ameaças

O período entre 1630 e 1635, no Estreito de Ormuz, assistiu também à alteração de algumas das ameaças sobre a presença portuguesa naquelas partes. Durante todo este tempo o Império Safávida encontrou-se envolvido num conflito ao longo de toda a sua fronteira ocidental com a Sublime Porta, que duraria até 1639. Aproveitando a situação de instabilidade causada pela morte de Xá Abbas I e ascensão do seu sucessor Xá Safi I os uzbeques lançaram uma série de ataques na fronteira nordeste do país, mas sem grandes resultados.⁴⁴² Face a toda estes problemas, como já foi referido, as autoridades safávidas procuraram a paz com os portugueses, consubstanciados, primeiro no acordo de paz parcial de 1630, e posteriormente na pacificação definitiva de 1635. Desta forma o jovem Xá conseguia afastar um pequeno adversário sem grandes perdas para si, conseguindo também aumentar as receitas comerciais persas, que já não tinham assim de enfrentar a constante ameaça lusa no Golfo Pérsico e Estreito de Ormuz.

Porém, no momento anterior à assinatura da paz definitiva de 1635, os persas buscaram o apoio de um dos tradicionais inimigos portugueses, os holandeses, para enfrentarem o domínio luso nas águas do estreito. As autoridades persas chegaram mesmo a propor à VOC a constituição de uma armada de remo no Golfo Pérsico para libertar aquelas águas da presença portuguesa e permitir o livre comércio persa⁴⁴³. Estes conjuntamente com os ingleses continuavam a visitar os portos da costa persa anualmente, com grandes armadas, representando uma ameaça para a presença portuguesa, como havia sucedido em 1632⁴⁴⁴. Mas tal intento acabou por se gorar pelo estabelecimento de pazes entre o Império Safávida e o Estado Português da Índia. Os holandeses continuaram a visitar as costas persas, concentrando-se sobretudo em actividades comerciais, principalmente após a assinatura de paz entre portugueses e ingleses ter acentuado o isolamento militar da VOC no estreito.

⁴⁴¹ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.37, fl.433-433-v.

⁴⁴² Cf. Newman, 2006, pp.73-74

⁴⁴³ Cf. *Diário*, 1937, p.29; Blanco, 1992, vol.II, doc.LXXIII, p.310

⁴⁴⁴ Cf. A.H.U., Conselho Ultramarino, *Índia*, cx.021, doc.96

A paz anglo-portuguesa de 1635 não foi só “um dos poucos aspectos positivos da década, sob o ponto de vista dos Portugueses”⁴⁴⁵, foi também um momento de grande importância para o posicionamento português no estreito de Ormuz. A guerra que havia rebentado entre a Monarquia Hispânica e o Reino de Inglaterra em 1625, apenas havia durado por cinco anos na Europa, mas na Ásia os conflitos entre o Estado Português da Índia e a EIC não terminaram. O conde Linhares assim que soube da notícia da paz na Europa entre as duas monarquias, de imediato desenvolveu esforços para que esse acordo se estendesse à Ásia. Desta forma, o vice-rei tentava retirar um inimigo ao Estado da Índia, de formar a se investir mais decisivamente contra aquele que surgia como um adversário muito mais perigoso, a VOC⁴⁴⁶.

A primeira parte das negociações foi levada a cabo pelo padre jesuíta Paulo Reimão, misto de espião e diplomata estabelecido em Surrate, onde entrou em contacto com o presidente William Methwold⁴⁴⁷. Este, no início de 1635, partiu para Goa a encontrar-se com o conde de Linhares. O acordo foi rapidamente estabelecido, iniciando-se um novo período das relações anglo-lusas na Ásia⁴⁴⁸. Através deste acordo os ingleses viram reconhecidos pela Coroa Portuguesa a possibilidade de comerciar na Ásia sem qualquer impedimento, intrometendo-se nos mercados anteriormente sob o controlo português, como o Golfo Pérsico, onde lentamente foram estendendo a sua influência até Baçorá⁴⁴⁹. Para os portugueses no estreito, o acordo significou o afastamento das ameaças militares, permanecendo, no entanto, a presença comercial inglesa. Destacava-se ainda mais este afastamento por os ingleses, em conjunto com os holandeses, serem as únicas ameaças navais de monta ao controlo marítimo português das águas do estreito. Mas já novos adversários se adivinhavam.

Em Fevereiro de 1633, o conde de Linhares escrevia ao rei a advertir sobre a presença de navios franceses no Estreito de Meca⁴⁵⁰. A Coroa logo percebeu esta nova ameaça, contado logo com esses navios como mais um conjunto de inimigos com os quais o Estado Português da Índia teria de medir forças⁴⁵¹. A atitude das autoridades portuguesas do Reino não é de estranhar, visto o conflito entre a Monarquia Hispânica e a França ser um dos elementos bélicos estruturais da Europa. Afinal, no momento em

⁴⁴⁵ Subrahmanyam, 1995, p.232

⁴⁴⁶ Cf. ACE, 1953, vol.II, doc.2, pp.2-6

⁴⁴⁷ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.33, fl.71

⁴⁴⁸ Cf. Boxer, 1935, p.5; Cf. Puga, 2005, pp.81-85

⁴⁴⁹ Cf. Nobre, 2008, pp.12-13

⁴⁵⁰ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.30, fl.263-263-v.

⁴⁵¹ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.36, fl.127-v.

que a pequena armada francesa surgiu nos mares da Ásia, as duas monarquias tinham acabado de se enfrentar na Guerra da Sucessão de Mântua e preparavam-se para o confronto directo na deflagração bélica generalizada na Europa, conhecida como Guerra dos Trinta Anos⁴⁵². No entanto, apesar dos receios portugueses, seria preciso ainda cerca de meio século para os franceses começarem a intervir activamente na Ásia.

A maior ameaça à presença portuguesa no estreito, porém não surgiu do mar, mas de terra, pela retaguarda das fortalezas lusas e personificada pelos árabes omanitas. Ainda em vida de Rui Freire de Andrade, mais precisamente em 1631, uma força militar omanita colocara cerco às fortalezas de Curiate e Matará⁴⁵³, iniciando-se assim um período de mais de um século de conflitualidade luso-omanita que se estenderia do estreito até à costa da Índia e a Mombaça.

Em meados da década de 20 do século XVII um senhor local, Nasir bin Murshid, iniciou lentamente um processo de unificação das várias cabildas e xeques árabes, a partir da sua base em Nizva⁴⁵⁴, distante somente de Mascate 4 léguas para o interior. O seu poder baseava-se num misto de autoridade religiosa, conferida pelo seu título de Íman e de poder militar, o qual utilizou para colocar na sua dependência os xeques que habitavam em torno das possessões portuguesas no estreito⁴⁵⁵.

Falhado o primeiro ataque a Curiate e Matará, o Íman voltou os seus ataques contra a fortaleza de Julfar, na conquista da qual foi bem sucedido em inícios de 1633⁴⁵⁶, iniciando a já referida discussão sobre o abandono das fortalezas de Sibó e Borca. Conjuntamente com o ataque à fortaleza de Julfar, o Íman colocou várias exigências jurisdicionais para manter a paz, afirmando-se senhor de todos os palmares e terras fora dos fortes portuguesa, não devendo estar ali qualquer força lusa. O Conselho de Estado em Goa, apesar de reconhecer a jurisdição de facto do Íman sobre aquelas terras, tentou atrasar o assunto o mais possível remetendo-o para Mascate para ser ali decidido⁴⁵⁷. As acções hostis do Íman mantiveram-se e, no ano seguinte, expulsou das suas terras todos os mercadores, guardando para si o monopólio das regiões sob o seu controlo directo⁴⁵⁸.

⁴⁵² Cf. Parker, 1998

⁴⁵³ Cf. A.H.U., Conselho Ultramarino, *Índia*, cx.026, doc.32 e cx.021, doc.96

⁴⁵⁴ Actual Nizwa em Oman.

⁴⁵⁵ Cf. Al-Busaidi, 2000, pp.171-173

⁴⁵⁶ Cf. ACE, 1953, vol.I, doc.158, p.487; Cf. Floor, 2006, p.353

⁴⁵⁷ Cf. *Idem*, p.488

⁴⁵⁸ Cf. *Diário*, 1937 p.177.

As autoridades portuguesas compreendiam o perigo desta nova ameaça para os seus interesses no estreito. Mas a conjuntura de grande conflitualidade vivida entre portugueses em Mascate sobre o modelo a adoptar para a presença lusa no Estreito, entre meados de 1633 e princípios de 1636, além de uma falta de vontade de envolver o Estado Português da Índia em qualquer aventura, impediram qualquer resposta conveniente aos ataques omanitas, não se intentando sequer a recuperação de Julfar.

Em 1635 já eram claros os efeitos da pressão omanita sobre as possessões portuguesas pelas palavras do cronista António Bocarro que afirmava “Posto que já oje os ditos fortes da costa da Arabia dão muito pouco pera se sustentarem, pellas guerras que lhe fazem o Imam, rey da terra, e assy não sendo de muito efeito o senhorio delles e de grandes gastos a Fazenda de Sua Magestade, se tem asentado em Comsselho que não comvem sustentarem-se nesta forma”⁴⁵⁹

* * *

O período entre 1630 e 1635 é especialmente rico na história da presença portuguesa no Estreito de Ormuz. Foi o período em que o vice-rei conde de Linhares tentou implementar reformas de fundo em todo o Estado Português da Índia e particularmente no Estreito de Ormuz. Tentou rentabilizar as imensas forças lusas que ali se encontravam estacionadas, mas embateu em alguma intransigência de Rui Freire de Andrade. Morto este, assistiu-se um grande conflito dos irmãos Júlio e Francisco Moniz da Silva, defensores da política do conde de Linhares, intentando diminuir as despesas financeira da estrutura militar portuguesa no estreito e apostando numa presença preferencialmente mercantil, contra Gaspar de Melo de Sampaio, adepto numa presença em continuidade com a política de Rui Freire de Andrade, baseada numa forte e dispendiosa presença militar portuguesa no estreito. O assunto apenas seria resolvido pelo sucessor do Conde de Linhares, Pêro da Silva, prevalecendo a opção militar.

Foi também o período em que se afastaram alguns inimigos tradicionais como os persas e os ingleses, através de tratados de paz mais ou menos favoráveis aos portugueses, mas em que também surgiram novas ameaças: por um lado a leve ameaça

⁴⁵⁹ Bocarro, 1992, vol.II, p.50

francesa, e por outro o extraordinário perigo representado pela Íman de Oman, que foi fundamental para as perdas portuguesas seguintes.

6. Conflito, Restauração e Reforma

6.1. O estreito secundarizado

A segunda metade da década de 1630 assistiu a uma progressiva perda de importância do Estreito de Ormuz e Golfo Pérsico nas prioridades políticas do Estado Português da Índia. Este enfrentava cada vez mais problemas em outras das suas partes constituintes.

Exemplo disso era, o Ceilão, onde, desde morte do capitão-geral, Constantino de Sá de Noronha, em 1630, os holandeses se vinham reaproximando mais do rei de Cândia, inimigo dos portugueses. Estabelecida uma aliança entre a VOC e o monarca cingalês, em 1638, logo nesse ano atacaram e tomaram as possessões lusas na ilha, remetendo os portugueses para uma posição defensiva⁴⁶⁰.

Mais a oriente, o Estado Português da Índia também enfrentava dificuldades em Malaca. A pressão holandesa fazia-se sentir cada vez mais sobre aquela rica cidade comercial, o que culminou na perda da cidade em 1641, quando os portugueses, apesar da grande resistência.⁴⁶¹

No Japão, a situação também se tornava cada vez mais preocupante, com o progressivo encerramento das ilhas nipónicas a qualquer contacto exterior. Se a ordem de expulsão dos missionários cristãos, de 1614, não causara grandes problemas comerciais aos portugueses, os decretos de 1633 e 1635, proibindo que qualquer navio japonês deixasse o Império do Sol Nascente sem autorização e a residência no exterior por um período superior a cinco anos, além do édito de 1636, confinando todos os europeus à ilha de Deshima, começaram a preocupar fortemente os mercadores portugueses sobre o processo político em curso no Japão. A situação agravou-se ainda mais com a Revolta de Shimabara em 1637, protagonizada por japoneses cristãos do

⁴⁶⁰ Cf. Winius, 1985

⁴⁶¹ Cf. Borschberg, 2010, pp.163-186

Kyushu. Apesar de esmagada, a rebelião foi a gota de água para as autoridades japonesas, que, em 1639, ordenaram a expulsão de todos os mercadores europeus do Japão e proibiram veementemente o seu regresso aquelas terras⁴⁶².

O próprio centro da presença portuguesa na Ásia, Goa, se encontrava ameaçado com os bloqueios anuais feitos pela VOC. O Conselho de Estado demonstrava cada vez mais uma posição receosa e algo derrotista. Em Novembro de 1636 discutiu-se ali a possibilidade oferecer combate à armada da VOC, decidindo-se os conselheiros a não empreender tal acto, referindo as derrotas portuguesas e as dificuldades técnicas levantados por tal empresa, a decisão mais sábia seria aguardar e não arriscar mais uma desmotivadora derrota⁴⁶³.

Face a esta situação de dificuldades por toda a Ásia as autoridades portuguesas abandonaram progressivamente qualquer possibilidade de empreendimentos militares no Estreito de Ormuz e Golfo Pérsico, onde a situação não era tão grave como em outras partes. Assim, em Janeiro de 1636, o Conselho de Estado recusou liminarmente a hipótese de enviar uma armada e contingente militar de Goa e, sobretudo, de Mascate para a Etiópia, para responder ao pedido de auxílio do Patriarca daquelas terras, pois não eram estes os tempos de novas aventuras de resultados duvidosos⁴⁶⁴. No mês seguinte, Mascate voltou a ser referida em Conselho de Estado, ao colocar-se a hipótese de para ali se enviar a armada de alto-bordo para dar caça aos navios holandeses que visitassem aquelas águas, decidindo-se antes o destacamento da armada para Malaca, onde a situação se tornava progressivamente mais grave⁴⁶⁵.

Este ano de 1636 viu ainda o abandono de outro ambicioso projecto relacionado com a política portuguesa para o estreito, a libertação do rei de Ormuz. O monarca encontrava-se prisioneiro dos persas em Shiraz, desde perda da sua cidade em 1622. Em Fevereiro de 1632, a Monarquia Hispânica recordando as suas obrigações de suserania sobre aquele rei, dera ordem para que o conde de Linhares intentasse a sua libertação por qualquer meio. Porém, a resposta do vice-rei fora de que o rei muito provavelmente estaria morto⁴⁶⁶. Em Lisboa a incerteza sobre a vida ou morte do dito monarca não

⁴⁶² Cf. Coutinho, 1999; Cf. Costa, 1993, pp.78-86

⁴⁶³ Cf. ACE, 1953, vol.II, doc.44, pp.117-159

⁴⁶⁴ Cf. *Idem*, doc.13, pp.46-48

⁴⁶⁵ Cf. *Idem*, doc.20, pp.63-67

⁴⁶⁶ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.30, fl.106

satisfez e logo enviando-se ordens para o conde indagar se o rei estava realmente morto ou não⁴⁶⁷.

Investigado o caso logo se descobriu que de facto o monarca se encontrava vivo e continuava em Shiraz. O vice-rei gizou então um plano para se intentar a libertação do prisioneiro, que passava pelo seu sequestro e transporte para a costa, de onde seria transportado para Mascate, através de navios portugueses. Contudo, o monarca ao ser contactado por agentes portugueses em Shiraz recusou esse plano, por lhe custar muito movimentar-se devido a sofrer de obesidade, mantendo a recusa mesmo quando lhe foram prometidos cavalos especialmente treinados para o transportar. Na Península Ibérica, apesar da recusa do rei de Ormuz, perdurou na ordem ao vice-rei para se continuar a intentar a libertação. Embora de Goa se respondesse, Novembro de 1636, que assim se faria, não mais se tentou levar a cabo qualquer plano para tentar trazer aquele rei à liberdade⁴⁶⁸.

O abandono deste plano deveu-se às dificuldades enfrentadas pelo Estado Português da Índia nas suas múltiplas partes, que impediam a realização de qualquer plano mais audacioso e no qual não se tivesse a certeza de triunfo. Para mais, a execução de tal intento iria desagradar às autoridades persas, motivando um novo conflito, somente um ano após se ter conseguido estabelecer as pazes, que permitia a ambos os ex-contendores concentrarem os seus esforços nos outros conflitos em que se encontravam envolvidos.

A Pérsia safávida continuava mergulhada no conflito com o Império Otomano. Em 1635, o próprio sultão Murad IV liderara as tropas turcas em combate contra os persas, os quais derrotou. Após regressar a Istambul em triunfo, os safávidas retomaram a ofensiva, derrotando rivais. Dada esta situação, em 1638, Murad IV comandou novamente as tropas turcas contra Bagdad, a qual foi rapidamente tomada⁴⁶⁹.

Entretanto, na Primavera de 1637, o grão-mogol Shah Jahan enviou uma embaixada ao Sultão Otomano para formar uma aliança contra a Pérsia, de forma a retomar a importante cidade comercial de Qandahar, a qual fora tomada aos mogóis

⁴⁶⁷ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.31, fl.127

⁴⁶⁸ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.37, fl.53

⁴⁶⁹ Cf. Kinross, 1977, pp.310- 313; Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.41, fl.32-32-v.

pelo Xá Abbas I em 1622⁴⁷⁰. Estabelecido o tratado a guerra entre a Pérsia Sáfavida e o Império Mogol rebentou em 1638⁴⁷¹.

Face ao ataque em duas frentes, a oeste dos otomanos, e a leste, dos mogóis, e ao esgotamento militar e financeiro, o Xá Safi I estabeleceu o acordo de paz de Zuhab com o Sultão Murad IV, em 1639. Neste os otomanos ficavam com a posse da Mesopotâmia, enquanto reconheciam a soberania persa sobre Erevan. Este tratado reveste-se de especial importância por ter criado um equilíbrio entre estes dois impérios islâmicos, permitindo o estabelecimento de uma paz durável, somente quebrada na década de 1720, já no contexto do final da dinastia safávida⁴⁷².

Não foi somente entre otomanos e mogóis que se geraram novas alianças neste período. Em 1637, as autoridades em Goa receberam a informação da visita à corte persa de um embaixador de Frederico III, duque de Holstein. O duque demonstrava um forte interesse comercial, buscando estabelecer uma ligação entre a Ásia e o Norte da Europa, que não passasse nem pelo Cabo da Boa Esperança, nem pelo Mar Mediterrâneo. Desta forma, retomou o projecto inglês, de finais do século XVI, de estabelecer uma rota comercial terrestre que passaria pela Pérsia e Rússia. Para esse efeito enviou uma primeira embaixada à corte russa em 1634. Apesar de esta ter sido mal sucedida, o duque prosseguiu os seus esforços e logo de seguida, enviou uma expedição à Pérsia, liderada por Otto Bruggemann⁴⁷³. No entanto, para não desencadear represálias por parte da Monarquia Hispânica, que muito o provavelmente veria nesta embaixada o imiscuir num espaço ultramarino reservado aos portugueses, o duque buscou o beneplácito do imperador Fernando III, parente chegado do rei espanhol Filipe IV, então também rei de Portugal. Este autorizou a embaixada, mas acrescentou-lhe o objectivo principal de estabelecimento de uma aliança anti-otomana⁴⁷⁴.

Em Goa a notícia foi recebida com bastante espanto e algum receio, apesar das afirmações do embaixador alemão de que este desvio comercial ajudaria a expulsar os holandeses daquelas partes. Para as autoridades portuguesas na Ásia, um acordo entre persas e alemães significava a criação de uma rota comercial independente do controlo luso, além de directamente concorrente com o complexo comercial português no

⁴⁷⁰ Cf. ACE, 1953, vol.II, doc.50, pp.169-171

⁴⁷¹ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.41, fl.28-28-v. e lv.44, fl.262; Cf. Newman, 2006, pp.73-74

⁴⁷² Cf. Newman, 2006, pp.76-77

⁴⁷³ Cf. Brancaforte, 2003

⁴⁷⁴ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.41, fl.32-v.-33

Estreito de Ormuz e Golfo Pérsico, além de poder rivalizar com a própria rota do Cabo⁴⁷⁵. Porém, o projecto comercial, buscado pelo duque Frederico III, e a aliança militar, pretendida pelo imperador Fernando III, esbarraram com a recusa russa em permitir a passagem da nova rota pelo seu território e no esgotamento militar persa, cujo conflito com o Império Otomano entrava na sua fase final⁴⁷⁶.

Enquanto se mantinham todas estas negociações a presença portuguesa no estreito encontrava-se estabilizada, apesar sujeita a constante pressão de baixa intensidade omanita. Esta somente se fez sentir com maior veemência na segunda metade de 1637, quando o Íman colocou cerco a Doba, mas a praça foi rapidamente socorrida pela armada e o cerco levantada, estabelecendo-se um novamente a paz entre portugueses e omanitas. Resumindo-se o resto da actividade lusa à guarda das cáfilas de Baçorá e Catifa⁴⁷⁷, até 1639, quando no contexto de uma nova investida falhada do Íman contra Mascate, foi necessário empreender acções contra alguns xeques rebeldes.⁴⁷⁸

A posição comercial portuguesa no Golfo Pérsico e Estreito de Ormuz sofreu também algumas dificuldades na segunda metade da década de 1630. Em 1637 Baxa de Catifa, receoso da concorrência do Barém ao comércio daquela cidade, principalmente após a paz entre persas e portugueses, que permitiu o estabelecimento luso naquela ilha, enviou missivas a Goa para reafirmar a aliança negociada por seu pai e Rui Freire de Andrade, e pedir apoio militar contra o Barém. Relativamente a este porto e ao de Niquilu, solicitou também aos portugueses que ali encerrassem a sua alfândega e cessassem de passar cartazes ali, para acabar com a concorrência comercial a Catifa. O Conselho de Estado em Goa aceitou todas as solicitações do Baxa, de forma a manter as boas relações com este e manter a importante rota comercial que ali se dirigia em pleno funcionamento, encerrando as alfândegas no Barém e Niquilu.⁴⁷⁹

Nos anos finais da década, a situação portuguesa no Golfo Pérsico tendeu a agravar-se. No Verão de 1640, os navios da guarda da cáfila de Baçorá encontraram um pataxo inglês naquele porto. Esta situação apresentava-se ainda mais perigosa por não poderem as autoridades portuguesas agir contra o mesmo, visto estar em vigor a paz

⁴⁷⁵ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.41, fl.32-v.-33 e lv.43, fl.71

⁴⁷⁶ Cf. Brancaforte, 2003

⁴⁷⁷ Cf. A.H.U., Conselho Ultramarino, *Índia*, cx.26, doc.32

⁴⁷⁸ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.55, fl.476 e lv.47, fl.19-21

⁴⁷⁹ Cf. ACE, 1953, vol.II, doc.53, pp.178-182

entre o Estado Português da Índia e as autoridades inglesas na Ásia, assinada em 1635, a qual não se deveria romper pelas muitas dificuldades enfrentadas pelos portugueses na Ásia. O Baxa de Baçorá presentiu ali uma oportunidade para quebrar o domínio português e, de imediato, favoreceu os recém-chegados em detrimento dos comerciantes lusos. De Goa, a situação foi reportada com palavras alarmantes que se ia “pondo aquelle estreito Pérsico no derradeiro termo da pobreza, e a Alfandega de Mascate em muito mor deminuição”⁴⁸⁰. Mais se agravava a situação de pobreza de Mascate devido à pressão móglol sobre o Sinde, região comercialmente muito ligada ao Estreito⁴⁸¹.

O principal problema enfrentado pelos portugueses no Estreito de Ormuz neste período não foi, no entanto, de origem externa, mas sim de causas internas com a continuação das dissensões entre os providos nos vários officios adstritos à estrutura militar naquelas partes. Em 1636 devido à morte de Gaspar de Melo de Sampaio foi provido como capitão-geral do Estreito de Ormuz Manuel Pereira. Com este seguiu para Mascate, como ocupar a capitania desta fortaleza, Gomes Lobo da Silva, logo entrando os dois em conflito por o primeiro não permitir ao segundo o envio do seu arroz para vender fora daquela praça. Em Goa, já se entedia como situação normal “não haver nunca concórdia entre os capitães e geraes”, como reportou Pêro da Silva ao rei no final de 1637⁴⁸².

Nem a substituição dos providos nos cargos por outras figuras resolveu a situação, pois o novo capitão-geral, Francisco de Távora de Ataíde, e o novo capitão de Mascate, Cristóvão Rodrigues de Castelo-Branco, entraram de imediato em conflito “sobre jurisdição, mercancias, e intereces”⁴⁸³, ocorrendo mesmo “ajuntamentos de espingardas de parta á parte”⁴⁸⁴. Mais pernicioso era esta situação de altercação entre portugueses por se encontrar naquele momento a praça sobre cerco do Íman, mesmo que sem grandes efeitos.

O vice-rei, conde de Aveiras tentou remediar a situação através da alteração da estrutura política portuguesa no estreito de Ormuz, extinguindo o cargo de Capitão-Geral e afastando dos seus cargos Francisco de Távora de Ataíde e Cristóvão Rodrigues

⁴⁸⁰ ANTT, *Livro das Monções*, lv.47, fl.129

⁴⁸¹ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.47, fl.129-129-v.

⁴⁸² ANTT, *Livro das Monções*, lv.40, f.90-90-v.

⁴⁸³ ANTT, *Livro das Monções*, lv.40, fl.47, fl.19

⁴⁸⁴ Cf. A.H.U., Conselho Ultramarino, *Índia*, cx.028, doc.24

de Castelo-Branco, nomeando como capitão da fortaleza António de Moura e Duarte Lobo, somente como capitão da armada⁴⁸⁵, como veremos em pormenor mais adiante.

6.2. A Restauração no Estreito de Ormuz

Em Portugal, entretanto, a situação política ia atingindo um ponto crítico. A tentativa de recrutar contingentes militares em todos os reinos constituintes da Monarquia Hispânica para participarem nas campanhas da Monarquia, conhecida por “União de Armas”, além da política fiscal perpetrada pelo valido de Filipe IV, o conde-duque de Olivares. Os efeitos dos intentos do conde-duque desencadearam uma onda de descontentamento, que tiveram a sua primeira consubstanciação popular nas revoltas de Évora de 1637. Acalmada a situação no Alentejo, surgiu uma revolta muito mais grave na Catalunha em 1640. Aproveitando a situação no leste da península, parte da nobreza portuguesa revoltou-se também, a 1 de Dezembro de 1640, alçando ao trono D.João, duque de Bragança. Com o grosso das tropas hispânicas ocupadas na frente catalã, o novo monarca português conseguiu manter-se no trono e ser aclamado em todos os territórios ultramarinos portugueses, à excepção de Ceuta⁴⁸⁶.

Não me foi possível descobrir qual a data precisa da chegada da notícia da Restauração ao Estreito de Ormuz, mas, o mais tardar, deve ter sido conhecida em Outubro ou Novembro de 1641. Por um lado, porque a notícia ao chegar a Goa a 8 de Setembro de 1641 não demoraria mais de um mês a dois meses a ser transmitida a Mascate, se tudo corresse bem. Por outro lado, por carta de 17 de Dezembro o vice-rei, conde de Aveiras, escreveu para o Reino, dando conta a D.João IV que o Íman de Oman já havia sido informado da sua Restauração⁴⁸⁷.

A aclamação de D.João IV como rei de Portugal decorreu sem qualquer tipo de problema no Estreito de Ormuz e Golfo Pérsico e, logo após a chegada da notícia, celebrou-se o evento com grandes festas, pagas pelo capitão-mor Duarte Lobo, nas quais participaram não só os portugueses, mas também os naturais⁴⁸⁸.

⁴⁸⁵ Cf. A.H.U., Conselho Ultramarino, *Índia*, cx.028, doc.24

⁴⁸⁶ Cf. Valladares, 2006, pp.33-46; Cf. Hespanha 1993, pp. 7-16

⁴⁸⁷ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.48, fl.86-87

⁴⁸⁸ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.56, fl.370; Cf. A.H.U., Conselho Ultramarino, *Índia*, cx.024, doc.111

Como já referido de imediato se enviou a informação do sucedido ao Íman de Oman, o qual nada respondeu⁴⁸⁹. As autoridades portuguesas no estreito buscavam com essa comunicação demonstrar ao Íman a mudança política que havia ocorrido no Reino e no Estado Português da Índia. Dessa forma não faria mais sentido manter qualquer tipo de conflito entre portugueses e omanitas, pois esse derivava da situação anterior.. Obviamente, o Íman mantinha o seu intuito de expulsar as forças não islâmicas dos territórios arábicos, não lhe interessando qualquer mudança dinástica em Portugal, prosseguindo, desta forma a guerra. O resultado negativo obtido também pelas autoridades de Macau, quando, usando os mesmos argumentos, tentaram reabrir os portos japoneses ao comércio português⁴⁹⁰.

A notícia da ascensão de D.João IV ao trono de Portugal encontrou Mascate já com uma diferente organização, consubstanciada no novo regimento para aquela fortaleza e alfândega. A ordem para a elaboração desse documento havia sido ainda dada durante o governo do Conde de Linhares⁴⁹¹, mas a sua realização em Goa e aprovação no Reino, somente ocorreu quase no final da década⁴⁹². O novo regimento fundamentava a posição de Mascate como cabeça da presença portuguesa no estreito, após a queda de Ormuz.

Através do regimento a administração era dividida em dois campos: militar e financeiro/comercial. O primeiro teria a sua base na fortaleza e a liderança do capitão desta, com jurisdição sobre todos os soldados presentes naquela praça, quer fossem portugueses ou locais, e com plenas capacidade para decidir sobre todas as matérias bélicas. A administração financeira/comercial tinha como cabeça o feitor, estabelecido na feitoria. A ele competia a decisão sobre todas as questões referentes à fazenda. Sob a sua alçada estava a ribeira, onde se aprovisionavam todos os navios, e alfândega. Esta revertia-se de especial importância por ser a maior fonte de rendimento da praça através da taxaço de toda a actividade comercial. Os proventos desta instituição eram também de especial importância para os portugueses, por parte deles reverter para os xeques locais aliados, baseando-se nesta a ligação entre estes poderes locais e o Estado Português da Índia. Naquele porto aportavam navios vindo de regiões tão distantes como o Bengala, além dos mais próximos Sinde e Cambaia, entre outros, o que é

⁴⁸⁹ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.48, fl.86-87

⁴⁹⁰ Cf. Coutinho, 1999, pp.154-156

⁴⁹¹ Cf. A.H.U., Conselho Ultramarino, *Índia*, cx.016, Doc.68

⁴⁹² Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.44, fl.352

demonstrativo do dinamismo comercial de Mascate neste período e conseqüentemente dos seus rendimentos, essenciais para a manutenção da presença portuguesa no Estreito de Ormuz⁴⁹³.

6.3. Cristãos de São João

A Restauração de 1640 significou para a abertura de um manancial de novas oportunidades para os vassallos da Coroa portuguesa ou mantinham qualquer tipo de contacto diplomático com aquela, pois todos os pedidos que haviam sido recusados pela Monarquia Hispânica podiam ser agora reavaliados pela nossa dinastia lusa. Foi neste contexto que se enviou a Portugal uma das mais extraordinárias expedições partidas da Ásia para a Europa, a embaixada dos cristãos de São João.

Os Cristãos de São João eram, como ainda são hoje, uma comunidade religiosa residente na embocadura dos rios Eufrates e Tigre, cujas origens são misteriosas, não havendo qualquer certeza nem sobre o momento, nem sobre o local do seu surgimento. O seu pensamento baseia-se numa visão maniqueísta, opondo o bem do universo espiritual, ao mundo das trevas. A criação havia estado mesmo a cargo de um demiurgo inferior e das trevas, Ptahil. O fiel irá libertar-se deste mundo de trevas através do cumprimento das vontades divinas, apresentadas por vários mensageiros, como Yohanan, identificado como São João Baptista⁴⁹⁴.

Os primeiros contactos entre os portugueses e os membros deste grupo ocorreram em meados do século XVI através dos padres jesuítas, que logo os consideraram cristãos, mesmo de ritos errados, baptizando-os de cristãos de São João, devido à sua adoração a São João Baptista, iniciando-se a sua doutrinação⁴⁹⁵.

Na década de 1630, a situação daquela cristandade esteve por várias vezes presente na correspondência trocada entre Goa e o Reino. Em 1631, os cristãos de São João entraram em contacto com Rui Freire de Andrade, pedindo-lhe para serem transferidos para territórios controlados pela Coroa portuguesa de forma a escaparem às tiranias do Baxa de Baçorá, de quem se encontravam dependentes. Rui Freire, de

⁴⁹³ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.44, fl.356-376-v.

⁴⁹⁴ Cf. Gulbenkian, 1995, pp.421-423

⁴⁹⁵ Cf. Gulbenkian, 1995, pp.346-347

imediate, enviou dois daqueles cristãos a Goa como embaixadores, recomendando-os ao vice-rei como “Valentes E fieis”⁴⁹⁶. Esta ideia não era uma novidade total. Já na década anterior, através dos padres carmelitas presentes em Baçorá, se havia apresentado esse plano à Congregação da Sagrada Propaganda Fide em Roma, para esta pressionar o Papa a requerer junto ao monarca castelhano, a transmigração dos cristãos de São João para os territórios do Estado Português da Índia⁴⁹⁷.

O conde de Linhares percebeu a oportunidade de povoamento de algumas das regiões onde os portugueses mais necessitavam de consolidar a sua presença, possibilitada por essa transferência. Desta forma essa cristandade devia ser dividida entre as terras de Bardez, Salsete e Ceilão, precisamente as regiões onde a presença portuguesa se vinha territorializando. Para concretizar o seu plano, que demoraria cerca de três anos a realizar, deu ordem ao vedor da fazenda de Mascate, que adquirisse os mantimentos necessários para alimentação das populações transferidas⁴⁹⁸.

A Coroa, porém, recusou o plano do Conde de Linhares por considerar que aqueles “erão todos hereges seismáticos”⁴⁹⁹, não sendo conveniente espalha-los pelo meios das cristandades que através da lavoura missionária se iam desenvolvendo na Ásia, e que podiam ser contaminados pelos erros daqueles. Para mais, no Reino não se tinha assim tanta certeza da fidelidade dos cristãos de São, podendo estes aliar-se aos inimigos hereges europeus e “aruynarem tudo”⁵⁰⁰. Assim sendo somente àqueles que demonstrassem ser verdadeiros cristão católicos se daria asilo.

Face à recusa da Coroa e à circunstância de já se terem passado cerca de 600 pessoas para Mascate, o conde de Linhares instalou-as então em torno das praças portuguesas no estreito, entre Doba e Julfar, cedendo-lhes algumas terras para ali viverem. Mas, ao grosso daquela cristandade não foi dada a possibilidade de passar às terras sob o controlo do Estado Português da Índia⁵⁰¹. Aos que se haviam instalado em terras sobre a soberania lusa era requerido jurar fidelidade a Filipe IV, além de prestar todo o apoio militar que lhes fosse pedido pelas autoridades portuguesas⁵⁰².

⁴⁹⁶ ANTT, *Livro das Monções*, lv.29, fl.169

⁴⁹⁷ Cf. Gulbenkian, Roberto, 1995, pp.387

⁴⁹⁸ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.29, fl.169

⁴⁹⁹ ANTT, *Livro das Monções*, lv.33, fl.51

⁵⁰⁰ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.33, fl.51

⁵⁰¹ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.33, fl.51 e lv.39, fl.37; Cf. Gulbenkian, 1995, pp.392-493

⁵⁰² Cf. Gulbenkian, 1995, pp.394-395

Com a passagem de alguns cristãos de São João para a Arábia criou-se uma querela religiosa entre as duas ordens religiosas presentes no Golfo Pérsico, os Agostinhos e os Carmelitas Descalço. A região de Doba encontrava-se na região de jurisdição religiosa dos agostinhos, o que motivou de imediato o pedido à Coroa para que a missão daquela cristandade lhes fosse entregue. No entanto, o Rei respondeu negativamente àquele pedido, fundamentando a sua decisão na maior antiguidade dos Carmelitas Descalços no trabalho missionário entre aquelas gentes⁵⁰³.

Recusado o seu pedido para se transferirem para o Estado Português da Índia, não restou mais aos cristãos de São João do que esperar alguma alteração na conjuntura política portuguesa. Esta ocorreu com a Restauração de 1640 em Portugal, que logo motivou o envio de um embaixada, desta vez já não a Goa, mas o Reino, de forma a contactar directamente com o novo monarca português.

A embaixada partiu por terra de Baçorá em 1644, liderada por um Manuel Carvalho. Este parece ser um cristão católico e ter servido vários anos o Estado Português da Índia, tal como o seu pai e irmão. Ainda nas partes orientais foi assaltado o que motivou uma longa espera na costa oriental do Mediterrâneo. Dali partiu para Veneza e daí para Roma. Aqui foi recebido pelo Papa, que tentou encaminhá-lo para o Rei de Castela, pois a Santa Sé ainda não reconhecia D. João IV como legítimo rei de Portugal, sendo todos os assuntos referentes a esse reino ainda remetidos para Madrid. A tentativa papal foi liminarmente recusada pelo embaixador, que passou a Livorno. Não conseguindo obter transporte para Portugal, passou a Marselha e dali a Paris, onde foi recebido pelo Cardeal Mazarino, ao qual apresentou um memorial, apresentando as suas motivações para vir à Europa. Por fim, da capital francesa conseguiu dirigir-se a Lisboa, onde apresentou finalmente as suas propostas ao Conde de Alegrete em 1646.

O embaixador propôs então que o Estado Português da Índia auxilia-se 12 mil famílias de cristãos de São João a passar à ilha de Xais⁵⁰⁴, perto da costa persa e que se encontrava despovoada, de forma a escaparem às tiranias perpetradas pelo Baxa de Baçorá. Para si pretendia o cargo de representante e capitão daquela gente perante o Estado Português da Índia.

Entre as suas propostas surgiu uma que devia interessar sobremaneira às autoridades lusas, a demonstração de um local perto de Mascate, onde existiam grandes

⁵⁰³ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.33, fl.217

⁵⁰⁴ Actual Ilha de Kish, na costa do Irão.

minas de cobre e prata. Estas surgiam especialmente tentadoras por Portugal ter perdido o acesso aos seus principais locais fornecedores de prata, a América espanhola fechada após a Restauração, e o Japão, encerrado ao comércio externo desde de 1639, sendo este metal essencial ao comércio entre a Europa e a Ásia⁵⁰⁵.

Apesar da grande travessia, a embaixada não surtiu quaisquer efeitos, não sendo conhecida qualquer tentativa efectiva do Estado Português da Índia de tentar transferir os cristãos de São João, nem se parece ter dado qualquer seguimento à busca das ditas minas de prata. Este desfecho parece derivar da consciência das autoridades lusas das dificuldades passadas no estreito, onde a pressão omanita se ia fazendo sentir cada vez mais e que encerrava os portugueses dentro das suas fortalezas, não intentado nada no interior. Os planos para se transportar os cristãos de São João para alguma terra sob o controlo luso permaneceram até à queda de Mascate em 1650, momento em que se cortaram todos os contactos políticos entre o Estado Português da Índia e aquela comunidade, mantendo-se somente uma ligação missionário através dos Carmelitas Descalços⁵⁰⁶.

6.4. As reformas do conde de Aveiras

Ainda antes da chegada da notícia da Restauração de 1640 ao Estado Português da Índia o Conde de Aveiras, decidiu proceder à reforma da estrutura política das forças portuguesas no Estreito de Ormuz, de forma a referir os, já referidos problemas entre o capitão-geral, Francisco de Távora de Ataíde, e o capitão da fortaleza, Cristóvão Rodrigues de Castelo-Branco. Assim, em Fevereiro de 1641, decidiu a extinção do cargo de capitão-geral do estreito de Ormuz, para além da destituição de ambos os conflituantes, nomeando para capitão da fortaleza António de Moura de Brito e somente como capitão-mor da armada a D.Duarte Lobo⁵⁰⁷.

No regimento entregue a D.Duarte Lobo, o Conde de Aveiras tentou definir claramente quais as jurisdições deste e do capitão da fortaleza. Ao capitão-mor estava adstrita a totalidade da capacidade de mando sobre todas as forças portuguesas que estivessem fora da fortaleza de Mascate, inclusive os fortes de Sibó, Matara, Boqueirão

⁵⁰⁵ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.55, fl.287-296

⁵⁰⁶ Cf. Gulbenkian, 1995, pp.398-420

⁵⁰⁷ Cf. A.H.U., Conselho Ultramarino, *Índia*, cx.028, doc.24

e Santo António, que rodeavam aquela fortaleza. Em caso de necessidade deveria D.Duarte Lobo dar todo o auxílio possível a Mascate, juntamente com os capitães dos fortes envolventes. Era-lhe também reservado em caso de morte dos providos a capacidade de nomear novos oficiais da sua armada, tal como o poderia fazer nas fortalezas de Curiate, Doba, Soar e Cassapo. Enquanto nos fortes onde os oficiais fossem muçulmanos, vassallos do rei de Ormuz, se deveria respeitá-los e mantê-los na mesma forma que havia feito Rui Freire de Andrade quando lhes entregara aqueles comandos. De maneira a levar a cabo um maior eficaz controlo sobre o comércio no estreito, era ainda recomendado ao capitão-mor que andasse o mais que pudesse no mar para que “naturaes conheção que hã quem os obrigue a Virem fazer direitos aquella fortaleza, e se não derramarem pellos portos do estreito”⁵⁰⁸.

Através destas medidas, o vice-rei tentava não só separar as jurisdições, de forma a evitar os conflitos entre ambos oficiais, como com aquela recomendação procurava que o capitão-mor estivesse o máximo de tempo fora de Mascate, evitando o seu contacto com o capitão da fortaleza, causa de tantos conflitos no passado. No entanto, apesar de reconhecer a total independência do capitão de Mascate em relação ao comandante da armada, o Conde compreendeu, que em caso de cerco, a fortaleza se encontrava totalmente dependente da armada para conseguir subsistir. Assim sendo tornou claro que, em caso de necessidade, o capitão-mor teria de auxiliar as forças em terra.

O conde de Aveiras, pelo regimento entregue a D.Duarte Lobo, pediu para se manterem as boas relações com o baxas de Catifa e Baçorá, apesar de estes serem vassallos do sultão otomano, devendo somente intentar-se afastar o segundo dos ingleses, que desde de 1640 visitavam a sua cidade⁵⁰⁹.

Também com o governador do Congo se deveriam manter relações cordiais.⁵¹⁰ Mas, logo no ano seguinte, este colocou vários entraves à passagem da cáfila de Baçorá pela sua costa, o que foi tido com bastante preocupação em Goa, pois daquela viagem dependia grande parte da saúde comercial de Mascate. Em discussão no Conselho de Estado de Goa, através da argumentação de Manuel Pereira, antigo capitão-geral do

⁵⁰⁸ Blanco, 1992, vol.II, doc.CVII, pp.416-420

⁵⁰⁹ Cf. *Idem*, pp.418-419

⁵¹⁰ Cf. *Ibidem*

estreito, se decidiu não levar a cabo qualquer intento militar, tentando, ao invés, perceber o que motivara o governador do Congo a ter tal procedimento⁵¹¹.

Provavelmente compreendia-se, em Goa, que qualquer ataque a um porto persa desencadearia a ira do xá, livre da pressão do Império Otomano, com o qual estava em paz desde de 1639. O facto é que as autoridades lusas não estavam interessadas num novo conflito, principalmente num momento de tantas dificuldades como aquele pelo qual passava o Estado Português da Índia em geral e, em particular, no estreito, onde a pressão omanita se continuava a fazer sentir sobre as fortalezas portuguesas da banda arábica.

Os intuitos reformistas para o estreito do conde de Aveiras não se esgotaram com a extinção do cargo de capitão-geral e a divisão das jurisdições. Para controlar as contas da alfândega de Mascate, cujos rendimentos tinham vindo a diminuir, e evitar os abusos dos oficiais, o vice-rei decidiu, em princípios de 1643, prover como superintendente da Fazenda de Mascate a Luís de Freitas da Câmara, que vinha desempenhando as funções de juiz daquela alfândega⁵¹². Mas de pouco efeito deve ter tido esta medida porque, em finais desse mesmo ano, esgrimindo exactamente os mesmos argumentos, o conde nomeou Valentim Correia, até então procurador dos contos de Goa, como vedor da Fazenda de Mascate, cargo que não existia naquela praça desde tempo de Rui Freire de Andrade⁵¹³.

6.5. Gil Eanes de Noronha

A política reformista do conde de Aveiras foi lentamente colocada em causa por ordens, inesperadamente, proferidas pela Coroa. Ao saber-se no Reino, em 1642, das nomeações feitas pelo vice-rei, nos officios do estreito, deram-se ordens para se afastar D. Duarte Lobo, António de Moura de Brito⁵¹⁴ e ainda Valentim Correia⁵¹⁵. O conde de Aveiras demonstrou alguma surpresa com as disposições do monarca, pois D. Duarte Lobo servia no estreito com “grandíssima satisfação”⁵¹⁶. Mais surpreendente era a

⁵¹¹ Cf. ACE, 1953, vol.II, doc.135, pp.377-378

⁵¹² Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.48, fl.144-v.-145

⁵¹³ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.55, fl.309

⁵¹⁴ Cf. A.H.U., Conselho Ultramarino, *Índia*, cx.028, doc.24

⁵¹⁵ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.55, fl.309

⁵¹⁶ A.H.U., Conselho Ultramarino, *Índia*, cx.028, doc.24

medida por o capitão-mor ter prontamente proclamado a restauração da monarquia de D.João IV no estreito⁵¹⁷. Não são totalmente claras as motivações para esta ordem da Coroa, visto que a missiva enviada ao conde de Aveiras completamente omissa na matéria⁵¹⁸.

Apesar da surpresa, o vice-rei obedeceu à ordem régia e afastou os oficiais do estreito, nomeando no lugar de D.Duarte Lobo a Gil Eanes de Noronha, em Junho de 1643, embora este só tenha partido em Outubro, devido à monção⁵¹⁹. O oficial em causa havia proclamado a restauração em Baçaim, onde servira como capitão da fortaleza.

O regimento entregue a Gil Eanes de Noronha era bastante semelhante ao de D.Duarte Lobo. Desta vez, o conde não sentiu a necessidade de clarificar novamente a divisão das jurisdições entre o capitão-mor e o capitão da fortaleza. Mas manteve grande parte das instruções, que já havia dado ao anterior ocupante do cargo, ordenando a captura de todos os navios carregados de pimenta de privados portugueses que navegassem naquelas águas. Recomendou ainda a manutenção de boas relações com os baxas de Catifa e Baçorá, além de com o governador do Congo, por a ligação comercial àqueles portos ser essencial à conservação dos rendimentos da alfândega de Mascate. Para manter os lucros daquela alfândega era ainda necessário proteger a ligação ao Sínde. Por fim, era também incumbido ao novo capitão-mor alguma contenção financeira, de forma a conseguir que os rendimentos da feitoria de Mascate, suportarem totalmente a presença portuguesa no estreito⁵²⁰.

Chegado a Mascate no final do ano de 1643 Gil Eanes de Noronha foi logo confrontado com a situação de pressão omanita, que já se havia feito sentir com maior intensidade no final do governo de D.Duarte Lobo⁵²¹. No Reino, a situação no estreito já era pressentida com bastante perigo, com Manuel Severim de Faria, cónego da Sé de Évora⁵²², a escrever daquela cidade a D.João IV a avisar sobre o perigo representado pela unificação omanita, levada a cabo pelo Íman, faltando soldados nas praças portuguesas no estreito, além da armada de dez navios ali presente, ser demasiado pequena para fazer face a todas as necessidades⁵²³. Os avisos de Severim de Faria

⁵¹⁷ Cf. A.H.U., Conselho Ultramarino, *Índia*, cx.028, doc.24

⁵¹⁸ Cf. A.H.U., Conselho Ultramarino, *Índia*, cx.028, doc.24

⁵¹⁹ Cf. A.H.U., Conselho Ultramarino, *Índia*, cx.028, doc.24

⁵²⁰ Cf. Blanco, 1992, vol.II, doc.CXX, pp.454-457

⁵²¹ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.48, fl.272-272-v.

⁵²² Cf. Vasconcelos, 1917

⁵²³ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.53, fl.20

parecem ter surtido algum efeito em Lisboa, de tal forma que a sua missiva foi enviada à Índia, juntamente com a recomendação régia para se prover da melhor forma possível tanto as fortalezas portuguesas, tal como a armada⁵²⁴. Daí a decisão do vice-rei de enviar, juntamente com Gil Eanes de Noronha, uma galeota bem provida, à qual se juntaram alguns provimentos enviados de Baçaim⁵²⁵.

Ainda em Novembro de 1643, o Íman desferiu o mais portentoso golpe à presença portuguesa no estreito desde queda de Julfar, dez anos antes, com a tomada de Soar. Ao que parece esta encontrava-se bem provida, conseguindo os omanitas tomá-la de surpresa durante a noite por descuido dos vigias⁵²⁶. A perda desta fortaleza representava um perigo à presença portuguesa por vários motivos. Aquela era uma das principais fortalezas lusas no estreito de Ormuz, somente ultrapassada em importância por Mascate e, talvez, por Curiate. A sua importância devia-se à suas dimensões e à sua posição estratégica, pois encontrava-se precisamente entre os fortes mais próximos da costa persa e do cabo Mosandão, como Doba, Corfacão ou Cassapo, e as fortalezas mais a sul, como Mascate e Curiate. Com a conquista de Soar, os omanitas conseguiam não só criar uma cunha entre as posições portuguesas, mas também obter um porto com acesso directo ao golfo de Oman.

Em Goa, a situação foi encarada com surpresa e um conformado pragmatismo, com o Conselho de Estado a decidir não intervir militarmente no estreito, por não se conseguir reunir nem as gentes nem os mantimentos necessários a tal empreendimento, devido à guerra em Ceilão com os holandeses. Tanto mais, que se a armada do estreito se colocasse sobre Soar, o Íman poderia intentar contra qualquer outra fortaleza. Dessa forma, era recomendado a Gil Eanes de Noronha que de forma alguma agisse belicamente e que procurasse a paz com os omanitas⁵²⁷. De Lisboa não chegaria mais do que uma ordem para se fazerem devassas sobre a queda de Soar, como era costumeiro⁵²⁸.

Entretanto, o Íman mais confiante com esta vitória, foi de seguida sobre Mascate, mas sem qualquer sucesso⁵²⁹. Este ataque motivou um pedido de socorro a

⁵²⁴ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.53, fl.19

⁵²⁵ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.48, fl.272

⁵²⁶ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.50, fl.128

⁵²⁷ Cf. ACE, 1953, vol.III, doc.2, pp.2-3

⁵²⁸ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.55, fl.51

⁵²⁹ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.55, fl.51

Goa, com cada vez maiores dificuldades em conseguir prover todas as partes do Estado Português da Índia que reclamavam por socorro⁵³⁰.

Gil Eanes de Noronha anteviu nesta situação a possibilidade aumentar a sua jurisdição, e, em Outubro de 1643, escreveu directamente para o Reino a requerer ser feito capitão-geral com os mesmo poderes que haviam tido Rui Freire de Andrade e Manuel Pereira. Argumentava em seu favor que a divisão de jurisdições feita pelo conde de Aveiras, havia sido perniciososa para a governação do estreito, pois o capitão-mor da armada e o capitão da fortaleza regiam cada um para seu lado, impedindo acções conjuntas. Além desse facto não só não tinha o detentor da capitania de Mascate gente suficiente para defender aquela praça sozinha, como o capitão-mor não podia utilizar os lascarins de Mascate e Matará, que eram dos melhores soldados do estreito. O capitão da fortaleza precisava também de alguém para o controlar por, no entender de Gilianes de Noronha, todos os conflitos entre portugueses e árabes derivavam dos excessos comerciais daquele⁵³¹.

A Coroa foi sensível aos argumentos de Gilianes de Noronha e, nas vias de 1646 proveu-o como capitão-geral do Estreito de Ormuz, com os mesmo poderes que haviam sido conferidos aos antigos ocupantes desse cargo⁵³². Esta medida beneficiou do facto de o conde de Aveiras, que havia dividido as jurisdições e extinguindo o cargo de capitão-geral, já não ocupar o cargo vice-real em Goa, tendo sido substituído por Filipe de Mascarenhas, um veterano das guerras de Ceilão.

Passado somente um ano sobre a nomeação de um novo capitão-geral, logo se reiniciaram os problemas jurisdicionais no estreito de Ormuz, desta vez entre Gilianes de Noronha e Francisco de Sousa, capitão-mor da armada. Este aceitara o cargo, prometendo colocar-se sobre a alçada jurisdicional do capitão-geral, porém logo que chegou ao estreito, em contradição com a sua própria palavra, recusou obedecer-lhe e escreveu para Goa a requerer ao vice-rei que ou “separaçe de Dom Gelianes ou o mandasse vir daquelle estreito”⁵³³. A recusa de Francisco de Sousa em obedecer ao capitão-geral derivava de o cargo de capitão-mor lhe fora oferecido segundo o modelo de divisão de jurisdições e inexistência de capitão-geral criado pelo Conde de Aveiras,

⁵³⁰ Cf. ACE, 1953, vol.III, doc.37, pp.116-117

⁵³¹ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.55, fl.70-70-v.

⁵³² Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.55, fl.69 e lv.55, fl.497; ACE, vol.III, doc.76, pp.116-117

⁵³³ ANTT, *Livro das Monções*, lv.57, fl.394

não sendo essa a realidade com que lhe era entregue o cargo naquele momento⁵³⁴. Filipe de Mascarenhas, para resolver a situação, mandou regressar Francisco de Sousa a Goa, provendo no seu lugar a Brás Caldeira de Matos⁵³⁵.

Enquanto esta situação se desenvolvia, o Íman continuava os seus ataques aos fortes portugueses. Em 1647 lançou um ataque contra Doba. Falhado este intento, lançou-se contra Corfacão, onde foi novamente derrotado. No final desse ano tentou construir um forte perto de Matará, de forma a sufocar essa fortaleza e colocar Mascate sobre perigo, visto serem aquelas duas posições portuguesas bastante próximas. Para evitar a concretização desse intuito em Dezembro de 1647, Gil Eanes de Noronha lançou um assalto a essa posição omanita com muito bom sucesso, obrigando o Íman a retirar. No saque no meio dos bens do líder árabe, os portugueses encontraram algumas missivas trocadas entre os omanitas e os holandeses sobre tentarem conjuntamente tomar Mascate⁵³⁶. Apesar desta aliança nunca se ter concretizado, a pressão omanita sobre as posições portuguesas ia-se intensificando cada vez mais, até ao seu dramático desfecho, como veremos já de seguida.

* * *

Na segunda metade da década de 1640, o Estreito de Ormuz perdeu alguma importância política no contexto das preocupações do Estado Português da Índia, a braços com problemas cada vez mais graves em diversas outras partes, como era o caso de Ceilão, Malaca e do Japão.

A ocorrência da Restauração não desencadeou nenhuma grande transformação política no estreito, sendo D.João IV uniformemente aclamado em todas aquelas partes sem qualquer problema. Este evento, no entanto, surtiu uma modificação no relacionamento entre aqueles que mantinham qualquer forma de ligação à Coroa lusitana, com o cristãos de São João a anteverem na mudança dinástica, uma oportunidade para fazerem valer os seus planos de transmigração para os territórios sob o controlo do Estado Português da Índia, os quais haviam sido recusados pela Monarquia Hispânica. Porém, não tiveram novamente qualquer sucesso.

⁵³⁴ Cf. A.H.U., Conselho Ultramarino, *Índia*, cx.034, doc.46

⁵³⁵ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.57, fl.394

⁵³⁶ Cf. A.H.U., Conselho Ultramarino, *Índia*, cx.034, doc.72

Entretanto, mesmo antes da Restauração, o vice-rei, Conde de Aveiras, iniciara um processo de reformas na hierarquia administrativa portuguesa no estreito. Com o intuito de acabar com os conflitos de jurisdições estruturais, dividiu claramente as esferas de acção e extinguiu o cargo de capitão-geral. No entanto, estas reformas foram minadas pela própria Coroa, primeiramente recusando os provimentos feitos pelo conde e, de seguida, provendo um novo capitão-geral, na figura de Gil Eanes de Noronha. Este havia aproveitado a cada vez maior pressão omanita sobre as praças portuguesas, que já culminara na tomada de Soar, para conseguir arrancar aquela nomeação à Coroa.

7. A Queda de Mascate

7.1. A Capitulação de 1648

O ano de 1648 foi marcante para a presença militar portuguesa no Estreito de Ormuz. O agora capitão-geral Gil Eanes de Noronha levava a cabo uma política de angariação de apoio político e militar entre os xeques desavindos com o Íman, de forma a criar uma base de apoio pró-portuguesa, que ajudasse a afastar a ameaça omanita e defendesse as posições portuguesas⁵³⁷. Obviamente esta política colheu a inimizade do Íman, que se mantinha em guerra com os portugueses, prometendo não fazer qualquer trégua enquanto Gil Eanes de Noronha mantivesse o cargo de capitão-geral⁵³⁸.

Em Goa, a posição do líder omanita foi acolhida com alguns receios. O Conselho de Estado reconhecia a incapacidade do Estado Português da Índia em fazer face a mais esta guerra, não possuindo grande capacidade para conseguir enviar ao capitão-geral os reforços que este insistentemente pedia. Era por isso imperiosa a negociação de uma paz entre portugueses e omanitas, não querendo o Íman negociar a paz com Gil Eanes de Noronha, então o vice-rei, em Setembro desse ano, enviou juntamente com os reforços a Mascate, Lopo Gomes de Abreu, antigo capitão daquela fortaleza e que tinha mantido sempre boas relações com os árabes para negociar a paz.⁵³⁹

⁵³⁷ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.60, fl.127

⁵³⁸ Cf. A.H.U., Conselho Ultramarino, *Índia*, cx.034, doc.47

⁵³⁹ Cf. ACE, 1953, vol.III, doc.80, pp.122-123

Entretanto a situação em Mascate tornara-se verdadeiramente preocupante com o Íman a colocar aquela fortaleza sobre uma imensa pressão militar. Nos conselhos ali reunidos a 11 e 12 de Setembro, o capitão-geral duvidava da capacidade de resistência da praça por ali lhe faltar gente, provimentos, material bélico e dinheiro, não se poderia também confiar nos lascarins e nos xeques árabes que habitavam em Mascate, passíveis de se unirem aos omanitas a qualquer momento se a situação de derrota portuguesa se tornasse inevitável. Na tentativa de ganhar algum tempo para virem socorros da Índia e das outras fortalezas do estreito, Gil Eanes de Noronha entabulou negociações de paz com os enviados do Íman, impondo estas condições draconianas, que passavam pela permissão de livre comércio de todos os navios mercantes omanitas no estreito, além de se destruírem as fortalezas de Doba e Curiate e se arrasassem as fortificações exteriores de Mascate.⁵⁴⁰

Cerca de uma semana após o contacto inicial os omanitas começaram a pressionar por uma resposta portuguesa, reclamando que estes nada faziam para demonstrar o seu verdadeiro desejo de paz. Embora o capitão-geral se demonstrasse bastante preocupado com a situação de Mascate e com a galopante diminuição dos rendimentos daquela alfândega, decidiu recusar qualquer acordo de paz nos termos ditados pelo Íman⁵⁴¹.

Após mais um mês de resistência começaram a sentir-se com maior veemência as vozes oposta ao caminho bélico, seguido pelo capitão-geral, com o vedor da fazenda de Mascate, Valentim Correia, à cabeça. Este defendia a cedência total às exigências do Íman. Segundo o vedor, só através da paz se conseguiria defender Mascate, por esta não ter naquele momento capacidade bélica para resistir a um forte assalto omanita, quer por falta de provimentos, quer por falta de gente, que morria em grandes quantidades todos os dias devido à peste que grassava na cidade. Mesmo com grandes reforços da Índia, nunca se poderia dar combate aos omanitas no interior, precisamente a base de sustentação árabe, que dessa forma poderiam continuar a dar sempre guerra às praças portuguesas. Além de mais, a guerra com o Íman estava a prejudicar o comércio e consequentemente os rendimentos da alfândega, essenciais para sustentar a estrutura militar lusa no estreito. Para o vedor da fazenda era claro ser a paz essencial para se manter a fortaleza, se necessário à custa de toda as outras posições militares portuguesas

⁵⁴⁰ Cf. ACE, 1953, vol.III, apêndice 18, pp.485-488 e apêndice 19, pp.488-490

⁵⁴¹ Cf. ACE, 1953, vol.III, apêndice 20, pp.491-492

naquelas partes, porque se se perdesse Mascate e a sua rendosa alfândega não haveria qualquer possibilidade das remanescentes posições lusas se sustentarem sozinhas⁵⁴².

À opinião do vedor da fazenda juntaram-se também as vozes dos mercadores do Sinde e Cambaia, devido à guerra estar a prejudicar o seu comércio no estreito, recomendando a afirmação de pazes de qualquer forma, para novamente a actividade comercial voltar ali a fluir normalmente⁵⁴³.

Os próprios oficiais portugueses nos derivantes fortes espalhados pelo estreito empurravam para essa resolução. O capitão de Curiate Carlos da Fonseca, escrevia a Gil Eanes afirmando-se incapaz de resistir a qualquer intento omanita naquela praça, por lhe faltar gente, em consequência da peste que também grassava naquele forte⁵⁴⁴. O capitão de Doba, por seu lado, deixou esta fortaleza, tal como a de Corfacão totalmente desguarnecidas para ocorrer em socorro de Mascate⁵⁴⁵. Enquanto os soldados das defesas exteriores dessa praça e os de Matará se afirmavam incapazes de resistir a qualquer sério intento das forças do Íman⁵⁴⁶. Nesta última, no momento da afirmação das pazes entre portugueses e omanitas, apenas restariam quatro lascarins e dez a doze soldados⁵⁴⁷.

A juntar às dificuldades na alfândega de Mascate, surgiram também complicações no Golfo Pérsico. António Godinho Quadros foi enviado, em meados de 1648, ao Barém e Catifa para ali recolher os rendimentos devidos aos portugueses. Mas na ilha deparou-se com a resistência do governante local, que se recusou a pagar qualquer soma, enquanto em Catifa os rendimentos recolhidos foram bastante escassos. Dessa forma regressou o capitão luso a Mascate para ajudar a sustentar a pressão do Íman, praticamente, de mãos a abanar, para grande preocupação do capitão-geral⁵⁴⁸.

Face a esta difícil situação, à não chegada de reforços da Índia e a abertura dos omanitas para estabelecer a paz, Gil Eanes de Noronha, resguardando-se nas recomendações de Goa que sempre foram de não se fazer guerra no estreito⁵⁴⁹, decidiu fazer um acordo de paz com o Íman, em Outubro de 1648. Segundo este acordo os

⁵⁴² Cf. *Idem*, apêndice 21, pp.493-497

⁵⁴³ Cf. *Idem*, apêndice 22, pp.497-498

⁵⁴⁴ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.59, fl.90 e lv.59, fl.92-92-v.

⁵⁴⁵ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.59, fl.100

⁵⁴⁶ Cf. ACE, 1953, vol.III, apêndice 23, pp.499-503 e lv.59, fl.98

⁵⁴⁷ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.59, fl.96-96-v.

⁵⁴⁸ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.59, fl.94-94-v.

⁵⁴⁹ Cf. ACE, 1953, vol.III, apêndice 24, pp.504-507

portugueses ficariam obrigados a dismantelar as fortalezas de Curiate, Doba e Matara. Junto a esta última, as forças do Íman haviam construído um forte, o qual prometeram também arrasar, tal como todas as posições que haviam tomado aos portugueses junto a Mascate, não podendo o capitão-geral ordenar a sua reconstrução. Por fim, era também dada total liberdade de comércio aos navios omanitas⁵⁵⁰.

Esta vitória seria a última alcançada pelo Íman Nasir Bin Narshid, pois foi alcançado pela morte a 24 de Abril de 1649, sem conseguir expulsar os portugueses da costa omanita. Foi sucedido pelo seu primeiro Sultan Bin Saif Al-Yarubi, o qual já possuía uma vasta experiência de combate contra os portugueses⁵⁵¹.

A notícia do acordo chegou a Goa em princípios de 1649 e foi recebida com grande desagrado por parte do vice-rei Filipe de Mascarenhas, que, em Conselho de Estado, imediatamente afastou Gil Eanes de Noronha do cargo de capitão-geral, e nomeou para este ofício Francisco de Távora de Ataíde pela sua experiência, visto já ter desempenhado aquele lugar no passado⁵⁵². Entretanto já o próprio Gil Eanes de Noronha provavelmente prevendo este desfecho havia requerido o seu afastamento daquela capitania, por se encontrar muito doente e cansado⁵⁵³.

Apesar da doença e do cansaço, Gil Eanes de Noronha não pode gozar de grande repouso de imediato, pois a ira de Filipe de Mascarenhas não se esgotara com o seu afastamento de capitão-geral. Seguindo ordens do Conselho Ultramarino, o vice-rei mandou vir presos para Goa o próprio Gil Eanes e Valentim Correia. O primeiro conseguiu escapar da prisão com ajuda do carcereiro, enquanto o segundo faleceu atrás das grades, antes de se poderem tirar as devassas sobre o sucedido em 1648⁵⁵⁴.

Com o final do governo de Filipe de Mascarenhas, o antigo capitão-geral regressou ao cárcere, escrevendo ao Conselho Ultramarino a culpar o vice-rei pela desonrosa paz assinada com os omanitas, porque não o havia socorrido com os tão necessários reforços⁵⁵⁵. No final a argumentação de Gilianes de Noronha deve ter

⁵⁵⁰ Cf. *Idem*, apêndice 25, pp.507-509

⁵⁵¹ Cf. Al-Busaidi, 2000, pp.202

⁵⁵² Cf. ACE, 1953, vol.III, doc.81, p.123

⁵⁵³ Cf. ACE, 1953, vol.III, apêndice 16, pp.483-484; Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.59, fl.66-67

⁵⁵⁴ Cf. A.H.U., Conselho Ultramarino, *Índia*, cx.036, doc.32

⁵⁵⁵ Cf. A.H.U., Conselho Ultramarino, *Índia*, cx.038, doc.32

surtido o seu efeito, acabando por ser inocentado e nomeado para o Conselho de Estado, em Goa⁵⁵⁶.

* * *

A paz de 1648 foi a consequência de pressões veiculadas por várias entidades presente no estreito. Em primeiro, lugar a óbvia e clara pressão o Íman sobre as possessões portuguesas naquelas costas, que teve o efeito de desencadear toda a situação.

Em segundo lugar, a pressão exercida pelo vice-rei em Goa, incapaz de responder a todas as necessidades do Estado Português da Índia e, por isso, temente do arrastamento do conflito com os omanitas.

Em terceiro lugar, a pressão comercial proveniente de duas entidades. Por um lado, os mercadores que viam o seu comércio colocado em perigo pelo conflito entre portugueses e árabes. Por outro lado, os oficiais de Fazenda portugueses, ao entenderem que a guerra causava perturbação nos fluxos comerciais, diminuindo-os e, por consequência, mingando os rendimentos da estruturas de taxaçaõ comercial lusas, essenciais para a sustentação da presença militar portuguesa no estreito.

A estes factores de pressão ainda se juntava a sempre presente possibilidade de traição dos locais e a mortífera peste, que matava os tão necessários soldados em grandes quantidades. Face a estes factores pouco restava ao capitão-geral, além de assinar a paz com o Íman, salvando Mascate no imediato, mas condenando definitivamente a presença militar permanente portuguesa naquelas partes.

7.2. A Queda de Mascate

A Francisco de Távora de Ataíde, antes de partir de Goa para ocupar o cargo de capitão-geral do Estreito de Ormuz, foi recomendado para tentasse recuperar alguma da proeminência portuguesa no estreito, mas tendo sempre o cuidado de não romper a paz

⁵⁵⁶ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.61, fl.110

com o Íman, apesar de esta ser afrontosa para a honra e prestígio da monarquia lusitana. Devia também procurar alguma forma de entendimento com os persas, por também estes estarem descontentes com as depredações omanitas ao comércio do estreito, pressupondo-se mesmo o reconhecimento da soberania safávida sobre Soar ou Julfar para conseguir granjear o apoio destes. Aos portugueses competiria retomar Matará e reforçar as defesas de Mascate, enquanto os dois potentados muçulmanos de digladiassem⁵⁵⁷.

Apesar das recomendações, o novo capitão-geral demonstrava algum pessimismo perante a situação no Estreito de Ormuz. Através de carta ao vice-rei demonstrou serem necessários quinze navios para se conseguir segurar a posição portuguesa naqueles mares. Dois navios estariam permanentemente estacionados em Cassapo, por ser o forte mais perto da costa persa e da alfândega do Congo. Cinco iriam participar nas cáfilas no Golfo Pérsico, dois seguindo para Catifa e três para Baçorá. Outros três seriam necessários para guardar a ligação ao Sínde. Dois para guardar a costa de Oman, aos quais se juntavam outros três para guardar o Estreito de Ormuz.

No entanto, para se conseguir juntar tal armada eram necessários marinheiros e dinheiro. Ora, os homens de mar para a ocupação das armadas daquele mar eram geralmente tirados de Soar, mas aquela praça já se havia perdido. E o dinheiro também escasseava, devido às, já inúmeras vezes referidas, quebras de rendimentos das alfândegas portuguesas. Quanto aos socorros, agora que se haviam perdido todas as principais fortalezas na Arábia, só poderiam ir a Mascate a partir da Índia e mesmo que se pudesse enviar grandes quantidades de reforços, como se fazia no tempo de Rui Freire de Andrade, estes apenas poderiam passar ao estreito na época da monção, ficando aquela praça isolada o resto do ano. O isolamento de Mascate era ainda mais evidente por o chumbo utilizado no armamento vir de Soar, a qual se encontrava em poder do Íman, que não permitia tal comércio. A própria água para a fortaleza estava sob controlo dos omanitas, visto estes controlarem as fontes localizadas no exterior do forte. E na cidade habitavam vários xeques que poderiam a qualquer momento trair os portugueses e passar-se para a obediência ao Íman, colocando em perigo a defesa da cidade.

Para tentar suprir esse isolamento Francisco de Távora de Ataíde, propunha o estabelecimento de uma nova posição lusa perto de Comorão e fortificar-se Cassapo,

⁵⁵⁷ Cf. ACE, 1953, vol.III, apêndice 27, pp.509-515

para ali a armada também ter um porto seguro. Devia-se também juntar todos os lascarins das fortalezas arrasadas em Mascate, para aumentar o contingente militar da fortaleza. Era também necessário ter gente de competência na gestão da Fazenda, para evitar os descaminhos⁵⁵⁸.

A chegada de Francisco de Távora de Ataíde parece ter melhorada a situação portuguesa⁵⁵⁹, apesar dos pedidos insistentes do capitão-geral por substanciais reforços, por desconfiar muito dos soldados locais⁵⁶⁰. Mas essa melhoria foi breve e rapidamente se rompeu a paz, indo as forças omanitas sobre Mascate.

A notícia do início da hostilidade chegou a Goa em Janeiro de 1650, causando logo grande desagrado ao vice-rei, que havia recomendado expressamente a Francisco de Távora de Ataíde para não romper as pazes, por não ter com que lhe socorrer. Para resolver a situação decidiu a substituição do capitão-geral por Lopo Gomes de Abreu, então capitão de Goa, que fora no socorro de 1648 ao estreito, além de capitão de Mascate e de grande estima dos árabes. Este levava ordens claras para ou restabelecer a paz com os omanitas, ou mantê-la caso já houvessem sido feita quando chegasse ao estreito⁵⁶¹.

Em Janeiro de 1650, as tropas omanitas entraram dentro da cidade de Mascate. Durante três dias, os portugueses deram-lhes combate nas ruas da cidade, mas foram obrigados a retirar para o forte padrasto e para a fortaleza. Desta forma ficavam as forças do Íman na posse da feitoria, onde se encontravam a maior parte dos provimentos e materiais bélicos portugueses, restando pouco às forças com o que resistir, tanto no forte, como na fortaleza. Em poucos dias o forte foi também ele perdido e três dias depois, a 26 de Janeiro de 1650, seguia-se a fortaleza⁵⁶². Francisco de Távora de Ataíde foi mortalmente ferido e faleceu em poucos dias, enquanto o capitão da fortaleza Francisco Delgado Franco ficou prisioneiro dos omanitas e o capitão-mor da armada, Brás Caldeira de Matos, refugiou-se em Diu, com os navios que lhe sobravam⁵⁶³.

Foi já com a fortaleza perdida que chegou o socorro de Lopo Gomes de Abreu. A ele acorreram alguns xeques árabes. O novo capitão-geral não aquiesceu por não

⁵⁵⁸ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.61, fl.48-48-v.

⁵⁵⁹ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.58, fl.78-78-v.

⁵⁶⁰ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.58, fl.95-95-v.

⁵⁶¹ Cf. ACE, 1953, vol.III, doc.88, pp.132-133

⁵⁶² Cf. *Idem*, apêndice 29, pp.517-519

⁵⁶³ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.58, fl.95-95-v.

levar ordens sobre o que fazer face a esta nova situação⁵⁶⁴. Recorreram então os árabes directamente a Filipe de Mascarenhas, mas este, argumentando a falta de gente, recusou prestar-lhes qualquer auxílio, deixando-os à sua sorte⁵⁶⁵. Desta forma, a monarquia portuguesa não cumpria as suas obrigações de prestar auxílio aos seus vassallos em caso de necessidade, quebrando-se a ligação entre os xeques e o rei de Portugal.

A queda de Mascate causou grande surpresa a Filipe de Mascarenhas, que considerava nunca ter estado tão bem provida aquela fortaleza como estava naquele momento, responsabilizando o mau desempenho dos oficiais portugueses naquela praça pelo sucedido⁵⁶⁶. Morto Francisco de Távora de Ataíde e feito prisioneiro Francisco Delgado Franco, apenas restava Brás de Caldeira Matos como alvo da fúria do vice-rei. Aconselhando mesmo o rei a permitir que os cavaleiros das ordens militares pudessem ser condenados à pena capital, para se poder punir exemplarmente o capitão-mor, o qual teve de fugir para as terras contíguas a Goa para escapar à fúria de Filipe de Mascarenhas.⁵⁶⁷ Daí escreveu ao Conselho Ultramarino, culpando a Francisco de Távora de Ataíde pela perda de Mascate, enquanto ele mesmo tinha cumprido com tudo a que era obrigado⁵⁶⁸.

Em Dezembro de 1650 os oficiais da Câmara de Goa escreviam a D.João IV nas seguintes palavras: “a dessolação da fortaleza de Mascate, perda grandiosa, e miserauel captiueiro de molheres, E filhos de seus habitadores, não sendo menor o dano da fazenda como da reputação dar armas: o que com mayor sentimento se deue considerar, achando se os infieis inimigos deste Estado com pensamento E quasi certa esperança de poderem cada hum em sua jurisdição (sem fauor da Europa) inuadir qualquer praça de Vossa Magestade a exemplo deste mão sucesso”⁵⁶⁹

Neste trecho fica claro o choque causado pela perda de Mascate. O isolamento de Mascate desde paz de 1648 já tinha traçado o destino da praça portuguesa, tornando-se claro que o Íman não perderia a oportunidade de tomar aquela praça e expulsar os portugueses definitivamente das costas da Arábia, como já bem adivinha Francisco de Távora de Ataíde nas suas cartas ao vice-rei⁵⁷⁰.

⁵⁶⁴ Cf. A.H.U., Conselho Ultramarino, *Índia*, cx.036, doc.17

⁵⁶⁵ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.58, fl.95-95-v.

⁵⁶⁶ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.58, fl.95-95-v.

⁵⁶⁷ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.60, fl.339

⁵⁶⁸ Cf. A.H.U., Conselho Ultramarino, *Índia*, cx.038, doc.106

⁵⁶⁹ Blanco, 1992, vol.II, doc.CLVI, p.625

⁵⁷⁰ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.61, fl.48-48-v.

No contexto de grandes dificuldades enfrentadas pelo Estado Português da Índia, a perda de Mascate não representava só uma perda de prestígio, mas também de rendimentos, pois com a fortaleza também se havia perdido a alfândega, e mais grave ainda ficasse ameaçado o comércio, por aqueles mares se encontrarem na posse dos inimigos omanitas e os portugueses sem terem um porto de apoio naquelas águas para as armadas ali enviadas.

7.3. Tentativas de regresso ao Estreito de Ormuz

A perda de Mascate levou a que os xeques árabes residentes nas restantes praças sob controlo português, cortassem todas as ligações com o Estado da Índia, privando este de qualquer ponto de apoio no estreito⁵⁷¹, obrigando qualquer armada preparada para reagir no estreito a ter de partir da Índia e aí ter de regressar antes da monção, ou a levar provimentos suficientes para se sustentar naquelas águas sem grande apoio até à monção seguinte. Por esse motivo, a reacção portuguesa à queda de Mascate não se pôde logo fazer sentir, mesmo discutindo-se em Conselho de Estado a possibilidade de enviar dois pataxos, logo se cancelou esse intento, por ser passada a monção e por não haver gente disponível em Goa para tal empreendimento⁵⁷².

Só em meados de 1650 o Estado da Índia reagiu enviando ao estreito sete galeotas, sob o comando de João Rodrigues Viegas. O seu objectivo principal seria destruir a armada omanita e, somente se houvesse possibilidade para tal, retomar Mascate⁵⁷³. Com ele seguiu para o Congo Duarte da Costa Homem, onde deveria desempenhar as funções de superintendente da Fazenda régia, além de negociar com os persas a cedência de um porto, preferencialmente Ormuz, para servir de base de apoio às operações bélicas lusas no estreito⁵⁷⁴.

A armada seguiu para o estreito passando, pelo Sinde, de onde transportou alguns mercadores para o Congo, onde deixou Duarte da Costa Homem. Dali seguiu para Catifa. De regresso ao estreito deparou-se com armada omanita, sobretudo constituída por navios capturados aos mercadores que por ali passavam, tal como

⁵⁷¹ Cf. A.H.U., Conselho Ultramarino, *Índia*, cx.038, doc.106

⁵⁷² Cf. ACE, 1953, vol.III, doc.91, pp.139-140

⁵⁷³ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.60, fl.79-v.-80

⁵⁷⁴ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.61, fl.583-v.

havam feito a três pataxos portugueses. Devido ao maior poder omanita, os portugueses não lhe ofereceram combate, regressando à Índia⁵⁷⁵. Desta forma se realizou a primeira reacção do Estado Português da Índia à queda de Mascate, sem qualquer benefício ou acrescento de prestígio para a Coroa de Portugal, e demonstrando claramente que os portugueses haviam perdido por completo o controlo no Estreito de Ormuz.

Em Goa governava, desde finais de 1651, uma junta governativa, por o vice-rei Filipe de Mascarenhas já haver partido para o Reino e o seu sucessor, novamente o conde de Aveiras, haver falecido na viagem para a Índia. A junta era constituída por Frei Francisco dos Mártires, arcebispo de Goa, Francisco de Melo e Castro e António de Sousa Coutinho. Este último, na tentativa de fazer uma verdadeira demonstração de força do Estado Português da Índia no Estreito, propôs a formação de uma grande armada, que sob o seu comando teria como objectivo demandar e destruir as forças navais omanitas, libertando dessa forma o comércio no estreito e impedindo qualquer intento do Íman em regiões exteriores à Arábia. Teria também como missão negociar com os persas a entrega de um melhor porto do que a ilha de Angão⁵⁷⁶, oferecida por aqueles, e firmar uma aliança com o xeque de Cassapo, inimigo do Íman, estabelecendo dessa forma ali uma base para as operações portuguesas no Estreito de Ormuz e Golfo Pérsico⁵⁷⁷.

Maior se tornou a determinação do Conselho de Estado em levar este empreendimento a cabo quando se recebeu a informação, em princípios de 1652, de estarem vários navios mercantes omanitas no porto de Dabul, na costa indiana bastante perto da Província do Norte, a comerciar e a tentarem estabelecer contactos diplomáticos com o governante local⁵⁷⁸.

Em princípios de 1652, a armada de António de Sousa Coutinho partiu para o estreito para dar caça a todas as forças navais omanitas. A armada era constituída por dois galeões, quatro galeotas, treze navios de remo, um pataxo, cerca de mil homens e levava provimentos para oito meses⁵⁷⁹. Pesem embora as ameaças do conde da Vidigueira na década de 1620, e do conde de Linhares, na década de 1630, só agora um

⁵⁷⁵ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.61, fl.585-585-v. e lv.61, fl.3-3-v.

⁵⁷⁶ Actual Hengam, no Irão. Trata-se de uma pequena ilha logo a sul de Queixome.

⁵⁷⁷ Cf. ANTT, *Livro das Monções*, lv.61, fl.585-585-v.

⁵⁷⁸ Cf. ACE, 1953, vol.III, doc.108, pp.194-195

⁵⁷⁹ Cf. *Idem*, apêndice 45, pp.545-546

governador do Estado Português da Índia passava finalmente ao Estreito de Ormuz na chefia de uma poderosa armada.

Chegada a Mascate a armada portuguesa foi confrontada com a rival omanita, de tal modo confiante que saiu da segurança da baía daquela praça para dar combate aos portugueses. Após aceso combate, as forças navais do Íman foram derrotadas, procurando o refúgio na baía. António de Sousa Coutinho, inexplicavelmente decidiu não seguir a armada adversária, perdendo desta forma a oportunidade de a destruir por completo. Provavelmente, o governador estaria receoso de colocar os seus navios à mercê da artilharia disposta na fortaleza.

De Mascate a armada partiu para Cassapo, onde os portugueses intentaram uma nova fortaleza com o acordo do xeque local, mas a aproximação de forças omanitas levaram à rápida retirada dos soldados lusos para os navios e à partida da armada para as costas da Pérsia. As autoridades persas não se mostraram muito amistosas com as forças portuguesas, provavelmente assustados com a presença de uma armada de tão grandes dimensões, liderada por um governador do Estado Português da Índia⁵⁸⁰.

Entretanto em Goa recebiam-se com preocupação notícias de Mombaça, onde os árabes navegavam livremente, impedindo a navegação comercial portuguesa, e os governantes locais se haviam revoltado⁵⁸¹. Não havendo grande disponibilidade de meios e chegando notícias em Outubro de 1652, do estreito de que António de Sousa Coutinho não conseguira realizar nenhum grande intento, o novo vice-rei, Conde de Óbidos, deu ordem para a armada regressar a Goa para ser enviada a Mombaça⁵⁸².

Ao mandar regressar a armada de António de Sousa Coutinho à Índia, o Conde de Óbidos não pretendia ainda abandonar por completo a presença militar portuguesa no estreito, dessa forma propôs que a armada deixasse ali dez navios para fazerem a guarda do comércio luso. Para sustentar essa força naval deveria fazer-se as pazes com os omanitas de forma, a instalar uma feitoria em Mascate, de onde se tirariam grandes rendimentos⁵⁸³. Entretanto, no estreito António de Sousa Coutinho tinha entrado novamente em combate com as forças navais omanitas, vencendo outra

⁵⁸⁰ Cf. *Ibidem*

⁵⁸¹ Cf. ACE, 1953, vol.III, doc.117, pp.208-209

⁵⁸² Cf. *Idem*, doc.118, pp.210-211

⁵⁸³ Cf. *Idem*, doc.123, pp.216-218

vez. Obedeceu então às ordens do Conde de Óbidos para regressar à Índia⁵⁸⁴, mas deixou no estreito alguns navios sob o comando de Francisco de Sousa⁵⁸⁵.

Em Goa, por se haver recebido a notícia de que Mascate estava na iminência de ser entregue aos portugueses preparava-se uma esquadra de seis galeotas para se ir juntar a António de Sousa Coutinho quando este ali chegou⁵⁸⁶. Apesar do regresso da armada o vice-rei manteve o intuito de enviar as galeotas ao estreito com o objectivo os mesmos objectivos que a armada de António de Sousa Coutinho já levava: abrir aquelas águas ao comércio luso, estabelecer uma base de apoio no estreito e, se possível, a nova missão de negociar com os omanitas a entrega de meia alfândega de Mascate aos portugueses. Com esse objectivo foi ainda acrescentado mais um navio à expedição, que foi colocada sob o comando de António de Sottomayor⁵⁸⁷.

Antes da armada partir chegou a Goa Francisco de Sousa, com os navios que António de Sousa Coutinho havia deixado no estreito. Reunido o Conselho de Estado para decidir o que fazer com a armada, António de Sousa Coutinho e Gil Eanes de Noronha defenderam acerrimamente o reenvio dos navios para o estreito, mas os seus argumentos não foram suficientes para convencer o vice-rei. Este decidiu, por faltar gente e material bélico na Índia e por haver outros locais a necessitar de socorros urgentes, que a armada já não sairia de Goa⁵⁸⁸. Desta forma o Estado Português da Índia desistia de manter uma presença militar permanente no estreito de Ormuz, no entanto permanecendo até ao século XVIII uma participação comercial no Congo.

⁵⁸⁴ Cf. *Idem*, apêndice 45, pp.545-546

⁵⁸⁵ Cf. *Idem*, doc.131, pp.232-233

⁵⁸⁶ Cf. *Idem*, doc.126, pp.222-223

⁵⁸⁷ Cf. *Idem*, doc.225-229

⁵⁸⁸ Cf. ACE, 1953, vol.III, doc.131, pp.232-233

Conclusão

Ormuz era um dos principais eixos do comércio asiático, ligando não só a Ásia à Europa, através das rotas de Aleppo e Damasco, mas também servindo de placa giratório do comércio interasiático, conectando regiões tão distantes entre si, como a Pérsia e o Bengala, ou a Insulíndia e a Arábia. Foi precisamente esta posição comercial privilegiada que atraiu os olhares de Afonso de Albuquerque, em início do século XVI, e levou à dupla conquista da praça em 1507 e 1515. As autoridades portuguesas permitiram a continuidade da existência das estruturas administrativas ormuzianas, permanecendo os monarcas daquela cidade a governar, sob as directrizes lusas. Controlar Ormuz, não significava somente controlar aquela cidade, mas também um vasto conjunto de povoados, fortes e territórios, que se espalhavam pelas duas margens do Estreito, além de permitir o controlo sobre o comércio passante naquelas partes.

O domínio português naquelas águas começou a ser contestado em finais do século XVI, no contexto da chegada das companhias comerciais norte-europeias, principalmente a *East India Company* inglesa, que buscava criar uma ligação comercial com a Pérsia. Por seu lado, as autoridades safávidas, lideradas pelo dinâmico Xá Abbas I, estavam desejosas de encontrar um novo intermediário comercial, depois da recusa portuguesa em participar no tráfico das sedas persas. Abbas I desenvolveu uma política de gradual cerco a Ormuz, conquistando várias das possessões ormuzianas na sua costa e no Golfo Pérsico, até que, após a provocação portuguesa, levada a cabo por Rui Freire de Andrade em 1621, ao tentar restabelecer o controlo português sobre a ilha vizinha de Queixome, levou a cabo uma grande ofensiva, apoiada pelas forças navais inglesas contra Ormuz, a qual se rendeu à coligação anglo-persa em Maio de 1622.

A perda daquela praça representou um grande prejuízo para o Estado Português da Índia. Em termos financeiros os rendimentos de Ormuz representavam cerca de um quinto de todos os rendimentos da Ásia portuguesa. Além da perda financeira, a queda de Ormuz, representou também a diminuição da capacidade política da Coroa portuguesa, incluída na Monarquia Hispânica desde 1580. Os officios inerentes à estrutura administrativa portuguesa no Estado Português da Índia serviam, muitas vezes, como formas de recompensa para os vassallos que prestassem bons serviços à Coroa, não fugindo os postos de Ormuz a esta realidade, revestindo-se de maior importância

devido à grande riqueza da praça, que permitia aos ocupantes dos cargos acumular uma grande quantidade de capital. Com a conquista da praça pela coligação anglo-persa, a Coroa perdia estes valiosos ofícios para distribuir pelos seus vassalos.

Além desta questão, a Monarquia via-se ainda confrontada com a situação daqueles que já haviam recebido os cargos, através do mecanismo dos providos nas vagas. Este sistema permitia à Coroa prometer a ocupação de determinado ofício aos seus vassalos no futuro. Estes viam-se agora sem qualquer possibilidade de entrar nos ofícios, sendo necessário prover estes indivíduos noutros cargos de igual valor, obrigando a Coroa a um grande esforço de reorganização dos provimentos.

As questões acima mencionadas eram duas das prerrogativas que tornavam Ormuz uma das principais praças do Estado Português da Índia e que tornavam a sua perda um choque tão grande para as autoridades portuguesas. Esse choque teve com consequência a permanência de Ormuz na memória das autoridades lusas, quer através das várias devassas conduzidas para apurar as responsabilidades sobre a perda da praça, quer através do desejo de retomada daquela cidade, que permaneceram até meados do século XVII, mesmo se a sua concretização se tornasse cada vez mais utópica.

Apesar da perda de Ormuz ter representado a destruição da principal base portuguesa no Estreito e do Golfo Pérsico, a presença lusa manteve-se naquelas partes. Rui Freire de Andrade, a partir de 1623, ano em que é nomeado capitão-geral do Estreito de Ormuz, liderou a reacção portuguesa à nova realidade geopolítica. O eixo da posição lusa alterou-se da margem persa do Estreito para a margem arábica. Rui Freire esforçou-se para tornar Mascate o novo centro da presença portuguesa naquelas partes, instalando ali as funções militares, financeiras e comerciais que haviam estado concentradas em Ormuz.

Para a consolidação da posição de Mascate, o capitão-geral levou a cabo uma série de campanhas militares, conquistando ou retomando várias praças nas costas de Oman, enquanto levava a cabo várias acções de punição contra as costas e comércio persas, continuando a guerra contra o Império Safávida. Em simultâneo, empenhou-se na reanimação das rotas comerciais no interior do Golfo Pérsico, reafirmando as alianças com os líderes de Catifa e Baçorá. Este último, em conflito com os persas, aproveitou novamente os portugueses para reagir às ameaças safávidas.

Mesmo os inimigos europeus, ingleses e holandeses, que visitavam os portos persas, foram colocados em respeito, após as três batalhas navais ocorridas em 1625. A partir desse momento, os norte-europeus compreenderam que as visitas às costas persas seriam, doravante, muito mais difíceis, tendo de se unir em grandes armadas conjuntas para não se sentirem ameaçados.

O ano de 1629 viu alterar-se a situação tanto nos principais centros de decisão persas, como em Goa. Nesse ano faleceu Abbas I, ascendendo ao trono o seu neto, Safi I. O novo xá teve de fazer face a uma situação muito difícil. Por um lado, continuava o conflito externo com o Império Otomano, iniciado em 1623 pelo controlo da Mesopotâmia e da simbólica cidade de Bagdad. Por outro lado, devido às pouco rígidas regras de sucessão da dinastia Safávida, Safi tinha de fazer valer os seus direitos face a alguns rivais, enquanto tentava controlar todas as forças centrífugas constituintes do seu império. Face a todos estes problemas as autoridades persas entabularam conversações com os portugueses para o estabelecimento de uma trégua de seis meses a cada ano. Em troca, os persas ofereciam a possibilidade de Rui Freire escolher um qualquer porto na costa da Pérsia para o estabelecimento de uma alfândega, da qual metade dos rendimentos seriam entregues aos portugueses e onde haveria paz perpétua entre ambas as partes. O capitão-geral apressou-se a aceitar estas condições, escolhendo o porto do Congo para o estabelecimento da dita alfândega. Este acordo era bastante vantajoso para Rui Freire, pois permitia a abertura do mercado persa ao comércio luso, ao mesmo tempo que permitia a continuidade do conflito de forma sazonal, criando a constante ilusão de uma possível recuperação de Ormuz, objectivo sempre tido em mente pelo monarca hispânico.

1629 foi também o ano que viu chegar à Índia o vice-rei D. Miguel de Noronha, conde de Linhares. O novo vice-rei era uma figura bastante energética e com grandes desejos de reforma do Estado Português da Índia. Aproveitou o estabelecimento da trégua de 1630 para desenvolver uma política de gradual alargamento da esfera de acção das forças militares estacionadas no Estreito. Dessa forma, ordenou a Rui Freire de Andrade que visitasse as fortalezas do Norte da Índia, na companhia do vedor geral da Fazenda, recomendou o socorro a Diu a partir de Mascate, sempre que tal fosse necessário, e ainda pressupôs a entrega da liderança da expedição para a recuperação de Mombaça ao capitão-geral do Estreito e às suas tropas.

A morte de Rui Freire de Andrade, em 1633, marcou uma mudança na presença portuguesa no Estreito de Ormuz e Golfo Pérsico a nível conjuntural e estrutural. Por um lado, marcou o predomínio de uma visão comercial como modelo de permanência lusa no estreito. O conde de Linhares aproveitou a morte do capitão-geral para fazer valer os seus intentos de transformar a presença portuguesa naquelas partes sobretudo numa empresa comercial, diligenciando para desmontar parte da enorme e dispendiosa estrutura militar construída por Rui Freire. O capitão-geral Francisco Monis da Silva, principal executor das ideias do vice-rei no Estreito, conseguiu mesmo o estabelecimento de uma paz definitiva com a Pérsia em 1633, abrindo vários portos persas ao comércio luso. Desta forma, o capitão-geral consubstanciava a política de Linhares de paz no Estreito e concentração nas questões comerciais. O próprio vice-rei desenvolvia em Goa a prossecução de uma política de afastamento de alguns inimigos, de forma a concentrar em alguns objectivos claros as dispersas forças portuguesas na Ásia. Assim empreendeu conversações com as autoridades inglesas para o estabelecimento de um acordo de paz entre ambas as partes, concretizado em 1635.

Contudo, a política de prevalência comercial do vice-rei teve os seus opositores naqueles que defendiam a continuidade da existência de uma superestrutura militar portuguesa no Estreito, rejeitando qualquer acordo com os persas que não implicasse a entrega de Ormuz ao controlo português. Em 1635, o conde de Linhares foi substituído no governo por Pêro da Silva, defensor da via militar para o estreito, prevalecendo então essa sobre o modelo comercial. No entanto, o novo vice-rei, de forma bastante pragmática, não se atreveu a romper a paz com os persas, devido às grandes dificuldades então enfrentadas pelo Estado Português da Índia.

Por outro lado, a nível estrutural, a morte de Rui Freire de Andrade representou o início da gradual perda de capacidade de intervenção portuguesa no Estreito de Ormuz e Golfo Pérsico. As próprias autoridades lusas foram progressivamente relegando a intervenção no Estreito para um segundo plano, face às cada vez maiores dificuldades enfrentadas pelo Estado Português da Índia nas suas múltiplas partes.

Os conflitos entre oficiais lusos tiveram tendência a aumentar. Em primeiro lugar as já referidas divergências sobre o modelo da presença portuguesa a adoptar no estreito, entre uma via comercial e um empreendimento militar. Recorde-se que a discordância de modelos para o conjunto da presença portuguesa na Ásia, já se manifestava desde início do século XVI. Em segundo lugar, as querelas jurisdicionais

entre os vários ocupantes de ofícios adstritos à estrutura administrativa no Estreito acicataram-se de tal forma que motivaram uma grande reforma, empreendida pelo conde de Aveiras em 1640, dividindo claramente as jurisdições de cada posto e extinguindo o cargo de capitão-geral. Porém, essa mudança durou pouco tempo e, em 1644, por ordem directa da Coroa portuguesa, já separada da Monarquia Hispânica, desde golpe de 1 de Dezembro de 1640, foi provido como capitão-geral Gil Eanes de Noronha.

Enquanto os portugueses se digladiavam surgiu uma nova ameaça à sua presença no Estreito de Ormuz e Golfo Pérsico. A partir de 1624 o governante de Nizva, povoado pouco distante de Mascate, iniciou um processo de unificação no Nordeste da Arábia, tomando o título de Íman, com todos os poderes temporais e espirituais inerentes a esse título. O Íman defendia a total expulsão dos infiéis cristão das costas da Arábia, iniciando uma série de ataques às possessões portuguesas a partir da década de 1630.

Apesar de os omanitas terem tido o seu primeiro grande sucesso logo em 1633, ao tomarem Julfar, e da permanente pressão colocada sobre as posições lusas, somente dez anos depois desta primeira conquista, iriam conseguir desferir outro grande golpe contra os portugueses ao tomarem Soar, em Novembro de 1643. Face à incapacidade de reacção dos portugueses, o Íman conseguiu debilitar por completo a posição portuguesa no Estreito de Ormuz em 1648, ao colocar cerco a Mascate, obrigando o capitão-geral Gil Eanes de Noronha a aceitar um acordo de paz altamente vantajoso para os omanitas, ficando Mascate completamente à mercê destes, sendo a praça tomada ano e meio após o estabelecimento do acordo de paz.

Os portugueses ainda levaram a cabo algumas expedições navais ao Estreito de Ormuz nas décadas posteriores à queda de Mascate, mas os objectivos destas passavam cada vez mais pela destruição da capacidade marítima dos omanitas do que pelo estabelecimento de posições naquelas terras. A era da presença militar permanente portuguesas no Estreito de Ormuz e Golfo Pérsico havia terminado com a queda de Mascate em 1650. Restava-lhes somente a posição comercial no porto do Congo, na qual permaneceriam até ao final da dinastia safávida, na década de 1720.

A presença portuguesa no Estreito de Ormuz e Golfo Pérsico no período entre a queda de Ormuz e a perda de Mascate, pode ser grosso modo dividida em duas fases. Uma primeira entre 1623 e 1633, dominada pela carismática figura do capitão-geral Rui

Freire de Andrade, com uma reorganização e reafirmação da posição lusa naqueles mares, possuindo ainda os portugueses uma forte capacidade de intervenção militar. Esta capacidade estava ligada ao próprio Estado Português da Índia, neste período ainda com uma forte capacidade de reacção, como são exemplo as expedições enviadas para recuperar Mombaça, a resistência aos ataques de Achém em Malaca ou as tentativas de expulsão dos holandeses da costa do Coromandel. Uma segunda fase desenrolou-se entre 1634 e 1650, na qual os portugueses perderam progressivamente capacidade de intervenção devido aos conflitos internos e às cada vez mais fortes ameaças externas, remetendo-se para uma posição defensiva e expectante, como o próprio Estado Português da Índia, a braços com cada vez mais problemas em toda a sua extensão e incapaz de reagir eficazmente em todas elas.

Desta forma a presença portuguesa no Estreito de Ormuz e Golfo Pérsico é indicativa de toda uma situação vivida pelos portugueses na Ásia, servindo a análise deste pequeno espaço, para perceber as vicissitudes vividas na escala geográfica macro do Estado Português da Índia.

Fontes e Bibliografia

Fontes Manuscritas

- Arquivo Nacional da Torre do Tombo
 - Livro das Monções
- Arquivo Histórico Ultramarino
- Biblioteca da Ajuda

Fontes Impressas

Colectânea Documentais

- *Assentos do Conselho de Estado*, (ed.) Panduronga Pissurlencar, 5 vols., Imprensa Nacional, Goa, 1953
- BLANCO, Maria Manuela Sobral, *O Estado Português da Índia. Da queda de Ormuz à rendição de Cochim (1622-1663)*, vol.II, Tese de Doutoramento em História apresentada na Universidade de Lisboa, 1992
- *Documentação Ultramarina Portuguesa*, (ed.) António da Silva Rêgo, 5 vols., Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, 1960
- *The English Factories in Índia*, (ed.) William Foster, 3 vols., Clarendon Press, Oxford, 1906-1909

Crónicas e outras fontes narrativas

- AZEVEDO, Luís Marinho, *Apologeticos discursos offerecidos a Magestade del Rei Dom Joam... quarto do nome... Em defesa da fama, e boa memoria de Fernão*

d?Alburquerque [sic]... contra o que delle escreveo D. Gonçalo de Cespedes na Chronica del Rei D. Phelippe quarto de Castella, Manuel da Silva, Lisboa, 1641

- BOCARRO, António, *O livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental*, (ed.) Isabel Cid, 2 vols, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1992

- *Comentarios de D. García de Silva y Figueroa de la Embajada que de parte del rey de España Don Felipe III hizo al rey Xa Abas de Persia*, 2 vols., Sociedad de Bibliófilos Españoles, Madrid, 1903-1905

- *Comentários do Grande Capitão Rui Freire de Andrade*, (ed.) José Gervásio Leite, Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1940

- *Commentaries of Ruy Freyre de Andrada*, (ed.) Charles Boxer, George Routledge & Sons, Ltd, Londres, 1930

- CORDEIRO, Luciano, *Batalhas da Índia. Como se perdeu Ormuz. Processo Inédito do século XVII*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1896

- CORDEIRO, Luciano, *Questões Histórico-Coloniais*, 3 vols, Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1935

- Linhares, 3º Conde de, *Diário do 3º Conde de Linhares, Vice-Rei da Índia*, Biblioteca Nacional de Portugal, 1937-1943

- *Livro das cidades e fortalezas que a coroa de Portugal tem nas partes da Índia e das capitánias e mais cargos que neles há e da importância deles*”, (ed.) Francisco Mendes da Luz, Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra, vol. XXI, Coimbra, 1952

- GUERREIRO, Padre Bartolomeu, *Sermão que fez o Padre Bertolameo Guerreiro da Companhia de Jesus na Cidade de Lisboa na Capella Real, dia de São Thome anno de 1623, cuja festa, como de Padroeiro da India celebra por ordem dos Reys o Tribunal daquelle Estado com offertas publicas das drogas delle*, Pedro Crasbeeck, Lisboa, 1624

- SOARES, Fr. Miguel, *Portugal Libertado*, Porto 1974
- SOARES, Pero Roíz, *Memorial de...*, (ed.) M. Lopes de Almeida, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1953
- SOUSA, Manuel de Faria e, *Ásia Portuguesa*, (ed.) M. de Lopes de Almeida, vol.VI, Civilização, Porto, 1945-1948
- VALLE, Pietro de, *The travels of Pietro della Valle in Índia*, (ed.) Edward Grey, 2 vols., Asian Educational Services, Nova Delhi, 1991

Instrumentos de Trabalho, Dicionários e Catálogos

- Dalgado, Sebastião Rodolfo, *Glossário Luso-Asiático*, 2 vols, Helmut Buske, Hamburgo, 1928
- *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa*, CHAM - <http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve/>
- *Dicionário de história dos descobrimentos portugueses*, (dir.) Luís de Albuquerque, (coord.) Francisco Contente Domingos, 2 vols, Círculo de Leitores, Lisboa, 1994
- *Dicionário da história de Portugal*, (coord.) Joel Serrão, Figueirinhas, Porto, 2002
- Lagoa, 4º Visconde da, *Glossário Toponímico da Antiga Historiografia Portuguesa Ultramarina*, 4 vols, Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1953
- MATOS, Luís de, *Das Relações entre Portugal e Pérsia. Catálogo Bibliográfico da Exposição Comemorativa do XXV Centenário da Monarquia do Irão Organizada pela Fundação Calouste Gulbenkian*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1972

- *O Índico na Biblioteca da Ajuda. Catálogo dos manuscritos relativos a Moçambique, Pérsia, Índia, Malaca, Molucas e Timor*, (coord.) Francisco G. Cunha Leão, CNCDP - Centro de Estudos Damião de Góis e IPPAR - Biblioteca da Ajuda, Lisboa, 1998

Obras Gerais

- *A Expansão Marítima Portuguesa*, (Org.) Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto, Edições 70, Lisboa, 2010

- DISNEY, Anthony, *A history of Portugal and the portuguese empire. From beginnings to 1807*, 2 vols, University Press, Cambridge, 2009

- *História da expansão portuguesa*, vol.II, “Do Índico ao Atlântico”, (dir.) Bethencourt, Francisco e Chaudhuri, Kirti, Círculo de Leitores, Lisboa, 1999

- *História de Portugal*, (dir.) José Mattoso, vol.IV, “O Antigo Regime, 1620-1807”, (coord.) António Manuel Hespanha, Círculo de Leitores, Lisboa, 1993

- Newitt, Malyn, *A History of the Portuguese Overseas Expansion, 1400-1668*, Routledge, Londres – Nova Iorque, 2006

- *Nova História da Expansão*, (dir.) A. H. Oliveira Marques e Joel Serrão, vol.V, “O Império Oriental, 1660-1820”, (coord.) Maria de Jesus dos Mártires Lopes, 2 tomos, Estampa, Lisboa, 1992

- PEARSON, Michael N., *Os Portugueses na Índia*, Teorema, Lisboa, 1990

- *Portugal no Mundo*, (dir.) Luís Albuquerque e Rafael Moreira, 6 vols, Alfa, Lisboa, 1989

Estudos

- AL-BUSAIDI, Ibrahim Yahyah Zahran, *Os Portugueses na Costa de Oman na Primeira Metade do Século XVII*, Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade de Lisboa, 2000

- ALONSO, Carlos, “Embajadores de Persia en las Cortes de Praga, Roma y Valladolid (1600-1601)” in *Anthologica Annua*, nº36, Roma, 1989, pp.11-271

- IDEM, *La Embajada a Persia de Don García de Silva y Figueiroa (1612-1624)*, Departamento de Publicaciones, Diputación Provincia, Badajoz, 1993

- IDEM, *Antonio de Gouvea, O.S.A. Diplomático y Visitador Apostólico en Persa (1628)*, Ed. Estudio Agustiniano, Valladolid, 2000

- AMES, Glenn, *Renascent empire? The house of Braganza and the quest for stability in portuguese monsoon Asia, c. 1640-1683*, University Press, Amesterdão, 2000

- AUBIN, Jean, “Le Royaume d’Ormuz au début du XVI siècle” in *Le Latine et L’Astrolabe. Reserches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales*, vol.II, Centre Culturel Calouste Gulbenkian – Comission Nationale pour les Commémorations des Découvertes Portugaises, Lisboa – Paris, 2000, pp.287-376

- AWAD, Abdul Aziz M., “The Gulf in the Seventeenth Century”, in *Bulletin of the British Society for Middle Eastern Studies*, Vol. 12, No. 2, 1985, pp.123-134

- AZEVEDO, Carlos e BOXER, Charles, *A Fortaleza de Jesus e os portugueses em Mombaça. 1593-1729*, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, 1960

- BARENDSE, R. J., “Trade and State in the Arabian Seas: A Survey from the Fifteenth to the Eighteenth Century”, in *Journal of World History*, vol. 11, nº 2, Outono, 2000, pp.173-225

- BARROS, Edval de Souza, *Negócios de tanta importância. O Conselho Ultramarino e a disputa pela condução da guerra no Atlântico e no Índico, (1643-1661)*, CHAM, Lisboa, 2009

- BLUSSÉ, Leonard, e WINIUS, George, “The Origin and Thym of Dutch Agresion against the Estado da India, 1601-1661”, in *Indo-Portuguese History; Old Issues, New Questions*, (ed.) Teotónio R. Souza, Concept Publishing Company, Nova Delhi, 1985

- BORGES, Maria da Graça, *Um Estreito Globalizado. A luta por Ormuz (1622) e a Globalização das Relações das Relações Internacionais no Período Moderno*, Dissertação de Mestrado, ISCTE, 2008

- BORSCHBERG, Peter, “VOC blockade of the Singapore and Malacca Straits: Diplomacy, Trade and Survival, 1633-1641”, in *O Estado da Índia e os Desafios Europeus. Actasdo XII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, CHAM – CEPCEP Lisboa, 2010, pp.162-186

- BOUCHON, Genevieve, *Afonso de Albuquerque. Leão dos Mares da Ásia*, Quetzal, Lisboa, 2000

- BOUZA ALVAREZ, Fernando, *Portugal en la Monarquía Hispánica (1580-1640). Felipe II, las Cortes de Tomar y la génesis del Portugal católico*, 2 vols, Tese de Doutoramento, Universidade Complutense de Madrid, 1987

- BOXER, Charles, *The general of the galleons and the Anglo-Portuguese truce celebrated at Goa in January 1635*, Casa Portuguesa, Lisboa, 1935

- IDEM, "João Pereira Côrte-Real (1580-1642) Capitão-Mor das Naus da Carreira da Índia and Almirante da Armada Real", in *Actas do Congresso do Mundo Português*, vol. VI, Lisboa, 1940, pp. 439-463

- IDEM, *A Índia Portuguesa em meados do século XVII*, Edições 70, Lisboa, 1982

- IDEM, “Anglo-Portuguese Rivalry in the Persian Gulf (1615 – 1635)”, in *Portuguese Conquest and Commerce in Southern Asia (1500-1750)*, Variorum Reprints, Londres, 1985

- BRANCAFORTE, Elio, *Visions of Persia, Mapping the Travels of Adam Olearius*, Harvard University Press, Cambridge, 2003

- BOYAJIAN, James, *Portuguese trade in Asia under the Habsburgs, 1580-1640*, The Johns Hopkins University Press, Baltimore, 1993

- CASALE, Giancarlo, “Global Politics in the 1580s: One Canal, Twenty Thousand Cannibals and an Ottoman Plot to Rule the World” in *Journal of World History*, vol.18, nº3, University of Hawaii Press, Setembro-2007, pp.267-296

- CHAUDHURI, Kirti, *The English East India Company. The Study of na Early Joint-Stock Company, 1600-1640*, Frank Cass, Londres, 1965

- CLAWSON, Patrick e FLOOR, Willem, “Safavid Iran's Search for Silver and Gold”, in *International Journal of Middle East Studies*, vol. 32, No. 3, Agosto, 2000, pp.345-368

- COOPER, Frederick, e STOLER, Ann L., “Introduction Tensions of Empire: Colonial Control and Visions of Rule”, in *American Ethnologist*, vol. 16, Nº 4, Novembro, 1989, pp.609-621

- COSTA, João Paulo Oliveira e, *Portugal e Japão. O século Namban*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1993

- COSTA, Leonor Freire, e CUNHA, Mafalda Soares da, *D.João IV*, Temas e Debates, Lisboa, 2008

- COUTINHO, Valdemar, *O fim da presença portuguesa no Japão*, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, Lisboa, 1999

- COUTO, Dejanirah, “Les Missions Diplomatiques Portugaise en Perse dans la Première Moitié du XVI Siècle: Les Audiences de Miguel Ferreira (1514) et de Fernão Gomes de Lemos (1515) à la Cour de Châh Esma’îl Safavide” in *Anais de História de Além-Mar*, vol.X, CHAM, Lisboa, 2009, pp.277-308

- IDEM, “Les ottomans et l’Inde Portugaise”, in *Vasco da Gama e a Índia*, vol.I, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1999, pp.181-200

- IDEM, e LOUREIRO, Rui Manuel, *Ormuz, 1507 e 1622. Conquista e Perda*, Tribuna da História, Lisboa, 2007

- CUNHA, João Teles e, *Economia de um Império. Economia política do Estado da Índia em torno do Mar Árábico e Golfo Pérsico. Elementos conjunturais. 1595-1635*, Tese de Mestrado, UNL-FCSH, Lisboa, 1995

- IDEM, “Sombra no acaso do Imperium Mundi. A família real e a luta pelo poder em Ormuz (1565-1622)”, in *Anais de História de Além-Mar*, vol.III, CHAM, Lisboa, 2002, pp.177-198

- CUNHA, Mafalda Soares da, e Monteiro, Nuno Gonçalo, “Vice-reis, Governadores e Conselheiros do Estado da Índia (1505-1834). Recrutamento e Caracterização Social”, in *Penélope - Fazer e Desfazer a História*, nº15, 1995, pp.91-120

- DISNEY, Anthony, *A Decadência do Império da Pimenta. Comércio Português na Índia no início do século XVII*, Edições 70, Lisboa, 1981

- IDEM, “The Viceroy Count of Linhares at Goa, 1639-1635”, in *Actas do II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, (ed.) Luís de Albuquerque e Inácio Guerreiro, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1985, pp. 303-315.

- IDEM, “Portuguese Goa and the Great Indian Famine of 1630-31”, in *Medieval Deccan History. Commemoration Volume in Honour of Purshottam Mahadeo Joshi*, (dir.) A. R. Kulkarni, M. N. Nayeem, e T. R. de Souza, Bombaim, Popular Prakashan, 1995, pp.135-155

- IDEM, “The Fiscal Reforms of Viceroy Linhares at Goa”, in *Anais de História de Além-Mar*, vol.III, CHAM, Lisboa, 2002, pp.259-275

- ELLIOT, John, *El conde-duque de Olivares*, Crítica, Barcelona, 2004

- FLOOR, Willem, “The Dutch on Khark Island: A Commercial Mishap”, in *International Journal of Middle East Studies*, Vol. 24, No. 3, Agosto, 1992, pp.441-460

- IDEM, *The Persian Gulf. A Political and Economic History of Five Port Cities 1500-1730*, Mage Publishers, Washington, 2006

- IDEM, “Who were the Niquelus?”, in *Revisiting Hormuz. Portuguese interactions in the Persian Gulf region in the early modern period*, (eds.) Dejanirah Couto e Rui Manuel Loureiro, Harrassowitz Verlag - Calouste Gulbenkian Foundation, Wiesbaden, 2008

- FLORES, Jorge, “«I will do as my father did»: On Portuguese and other European views of Mughal Succession Crises”, in *E-Journal of Portuguese History*, vol.3, nº 2, Inverno, 2005

- IDEM, “Comunicação entre Impérios: A Engrenagem das Relações Entre Goa e a Corte Mogol Durante o Governo do Conde de Linhares (1629-1635)”, in *O Domínio da Distância. Parte I. Comunicação Escrita*, (coord.) Maria Emília Madeira Santos e Manuel Lobato, Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 006

- GIL, Luís, “Sobre el trasfondo de la embajada del Sha Abbas I a los príncipes cristianos contrapunto de las 'relaciones' de d. Juan de Persia”, in *Estudios Clásicos Tomo 27*, Nº 89, 1985, pp. 347-377

- IDEM, “La Unión Ibérica y Persia: contactos diplomáticos e choque de intereses” in *A União Ibérica e o Mundo Atlântico*, (coord.) Maria Graça M. Ventura, Edições Colibri, Lisboa, 2007

- GODINHO, Vitorino Magalhães, *Les finances de l'État portugais des Indes Orientales (1517-1635) : matériaux pour une étude structurale et conjoncturelle*, Centro Cultural Português, Paris, 1982

- GULBENKIAN, Roberto, “Relações político-religiosas entre os portugueses e os mandeus da Baixa Mesopotâmia e do Cuzistão na primeira metade do século XVII”, in *Estudos Históricos*, vol.II, Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1995

- HERZIG, Edmund M., “«Ville Sans Antecedents, de Duree Circonscrite»”, in *Bulletin of the British Society for Middle Eastern Studies*, vol. 12, n°. 1, 1985, pp.3-11

- HESPANHA, António Manuel, “As Faces de uma Revolução”, in *Penélope*, n° 9/10, Cosmos, 1993, pp.7-16

- LEITE, José Gervásio, *Rui Freire de Andrada*, Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1940

- IDEM, *O Capitão-mór D.Gonçalo da Silveira*, Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1945

- LOUREIRO, Rui Manuel, “After the fall of Hormuz: naval campaigns and textual battles”, in *Revisiting Hormuz. Portuguese interactions in the Persian Gulf region in the early modern period*, (eds.) Dejanirah Couto e Rui Manuel Loureiro, Harrassowitz Verlag - Calouste Gulbenkian Foundation, Wiesbaden, 2008

- ISRAEL, Jonathan, *The dutch republic and the hispanic World, 1606-1661*, Clarendon Press, Oxford, 1986

- KEMPE, Michael, “«Even in the remotest corners of the world». Globalized piracy and international law, 1500–1900”, in *Journal of Global History*, 5, 2010, pp.353–372

- KINROSS, Lord, *The Ottoman Centuries. The Rise and Fall of the Turkish empire*, Morrow Quill Paperback, Nova Iorque, 1977

- MATOS, Artur Teodoro de, *O Estado Português da Índia nos anos de 1581-1588. Estrutura Administrativa e Económica alguns elementos para o seu estudo*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1982

- IDEM, “A situação financeira do Estado da Índia no Período Filipino (1581-1635)” in *Na Rota da Índia. Estudos de História da Expansão Portuguesa*, Instituto Cultural de Macau, Lisboa, 1994

- MIRANDA, Susana Munch, *A Administração da Fazenda Real no Estado da Índia*, dissertação de doutoramento em História da Expansão e dos Descobrimentos (séculos XV-XVIII), apresentada na FCSH-UNL, 2007

- IDEM, “The center and the periphery in the administration of the Royal Exchequer of the *Estado da Índia* (1517-1640)”, in *E-Journal of Portuguese History*, vol. 7, nº 2, Inverno, 2009

- MONTEIRO, Armando Saturnino, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, Vol. V, Sá da Costa, Lisboa, 1994

- NEWMAN, Andrew J., *Safavid Iran. Rebirth of a Persian Empire*, I. B. Tauros, Londres, 2006

- NOBRE, Pedro, *A entrega de Bombaim ao Reino Unido (1661-1668). Um processo político-diplomático*, Dissertação de Mestrado apresentada na FCSH-UNL, 2008

- OLIVAL, Fernanda, “La Economía de la merced en la Cultura del Portugal Moderno”, in *De Re Publica Hispaniae . Una vindicación de la cultura política en los reinos ibéricos en la primeira modernidad*, (eds.) Francisco José Aranda e José Damião Rodrigues, Sílex, Madrid, 2008

- OLIVEIRA, António, *Filipe III*, Temas e Debates, Lisboa, 2008

- PARKER, Geoffrey, *The thirty years' war*, Routledge, Londres, 1998

- PEARSON, Michael, “Littoral Society: The Concept and the Problems”, in *Journal of World History*, vol. 17, nº 4, Dezembro, 2006, pp.353-373

- PRESTAGE, Edgar, *As relações diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda de 1640 a 1668*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1928

- PUGA, Rogério, “A Convenção de Goa (1635) e a Primeira Viagem (Luso-)inglesa a Macau”, in *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, nº14, 2005, pp.71-108

- RESENDE, Vasco, “Ambassadors, Adventurers, Travellers and their Writings: The Roots of Anglo-Portuguese Rivalry in Persia and in the Persian Gulf (late 16th-early 17th century)”, in *O Estado da Índia e os Desafios Europeus. Actas do XII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, CHAM-CEPCEP, Lisboa, 2010, pp.557-574

- RODRIGUES, Vítor Luís, *A evolução da arte da guerra dos portugueses no Oriente (1498-1622)*, 2 vols., IICT, Lisboa, 1998

- SALDANHA, António Vasconcelos, *Iustum Imperium. Dos Tratados como Fundamentos do Império dos Portugueses no Oriente. Estudo de História do Direito Internacional e do Direito Português*, Fundação Oriente – Instituto Português do Oriente, [s.l], 1997

- SCAMMELL, G. V., “The Pillars of Empire: Indigenous Assistance and the Survival of the 'Estado da Índia' c.1600- 1700”, in *Modern Asian Studies*, vol. 22, Nº 3, 1988, pp. 473-489

- SOUSA, Alfredo Botelho de, *Subsídios para a História Militar Marítima da Índia. 1585-1669*, 4 vols., Imprensa da Armada, Lisboa, 1930-1956

- IDEM, *Nuno Alvares Botelho*, Agência Geral das Colónias. Divisão de Publicações e Biblioteca, Lisboa, 1940

- IDEM, *O Período da Restauração na Índia*, Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1940

- SUBRAHMANYAM, Sanjay, *Comércio e conflito. A presença portuguesa no Golfo de Bengala. 1500-1700*, Edições 70, Lisboa, 1994

- IDEM, *O Império Asiático Português, 1500-1700. Uma História Política e Económica*, Difel, Lisboa, 1995

- THOMAZ, Luís Filipe, “Estrutura política e administrativa do Estado da Índia no século XVI”, in *De Ceuta a Timor*, Difel, Lisboa, 1994, pp.207-243

- VALLADARES, Rafael, *Castilla y Portugal en Ásia (1580-1680). Declive imperial y adaptación*, Leuven University Press, Leuven, 2001

- IDEM, *A Independência de Portugal. Guerra e Restauração*, Esfera dos Livros, Lisboa, 2006

- VASCONCELOS, José Leite de, *Severim de Faria*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1917

- VEEN, Ernst van, *Decay or defeat? An enquiry into the portuguese decline in Asia, 1580-1645*, Universidade de Leiden, Leiden, 2000

- WILSON, Arnold, *The Persian Gulf*, Claredon Press, Oxford, 1928

- WINIUS, George, *The fall of portuguese Ceylon, 1638-1656. Military, diplomatic and political aspects in the decline of an empire*, Ann Arbor, Michigan, University Microfilms International, 1985

- IDEM, “The Portuguese Asian “Decadência” Revisited”, in *Empire in Transition. The Portuguese world in the Time of Camões*, (ed.) Alfred Hower e Richard Preto-Rodas, University of Florida Press, Gainesville, 1985

Anexos

Anexo 1 – Lista de vice-reis e governados do Estado da Índia (1622-1653)

Vice-Rei ou Governador	Período de Governo
Fernão de Albuquerque	1619-1622
D.Francisco da Gama, Conde da Vidigueira	1622-1628
D. Frei Luís Brito de Meneses	1628-1629
Conselho Governativo Interino: Nuno Alvares Botelho	1629
D. Lourenço da Cunha Gonçalo Pinto da Fonseca	
D.Miguel de Noronha, Conde de Linhares	1629-1635
Pêro da Silva	1635-1639
António Teles de Meneses	1639-1640
D.João da Silva Telo e Meneses, Conde de Aveiras	1640-1644
Filipe de Mascarenhas	1644-1651
Conselho Governativo Interino: D. Frei Francisco dos Mártires	1651-1652
Francisco de Melo e Castro	
D.Vasco de Mascarenhas, Conde de Óbidos	1652-1653

Anexo 2 – Lista de capitães-gerais do Estreito de Ormuz

Capitão-Geral do Estreito de Ormuz	Período de Governo
Rui Freire de Andrade	1623-1633
Gaspar de Melo de Sampaio	1633-1634
Francisco Moniz da Silva	1634-1636
Gaspar de Melo de Sampaio ⁵⁸⁹	1636
Manuel Pereira	1637-1639
Francisco de Távora de Ataíde	1639-1641
Duarte Lobo ⁵⁹⁰	1641-1643
Gil Eanes de Noronha ⁵⁹¹	1643-1649
Francisco de Távora de Ataíde ⁵⁹²	1649-1650

Anexo 3 – Lista de governante da Pérsia (1622-1653)

Xá da Pérsia	Período de Governo
Abbas I	1587-1629
Safi	1629-1642
Abbas II	1642-1666

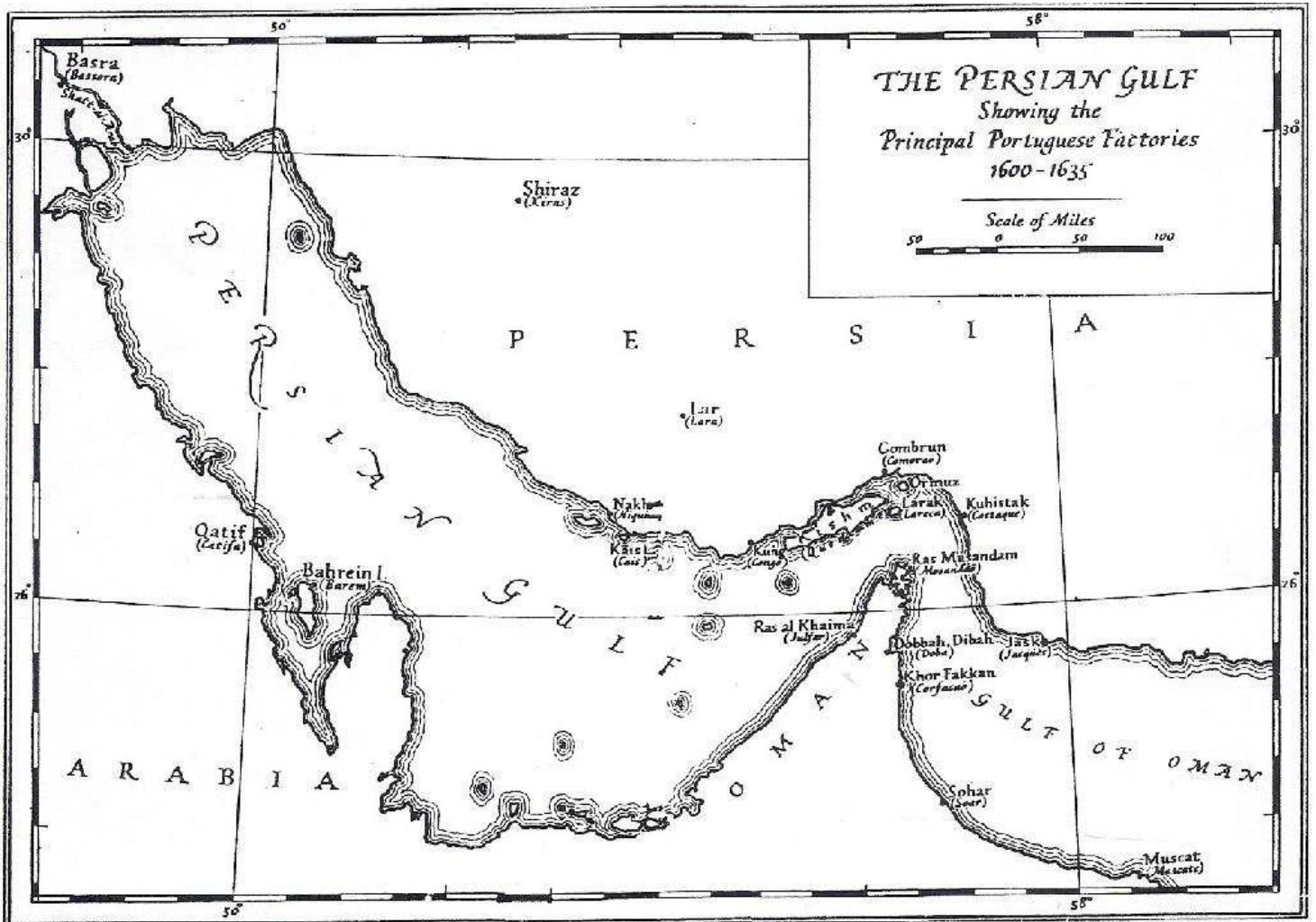
⁵⁸⁹ Segunda nomeação.

⁵⁹⁰ Nomeado somente como capitão-mor da armada do Estreito de Ormuz.

⁵⁹¹ Inicialmente apenas nomeado como capitão-mor da armada do Estreito de Ormuz. A partir de 1646 exerce as funções de capitão-geral.

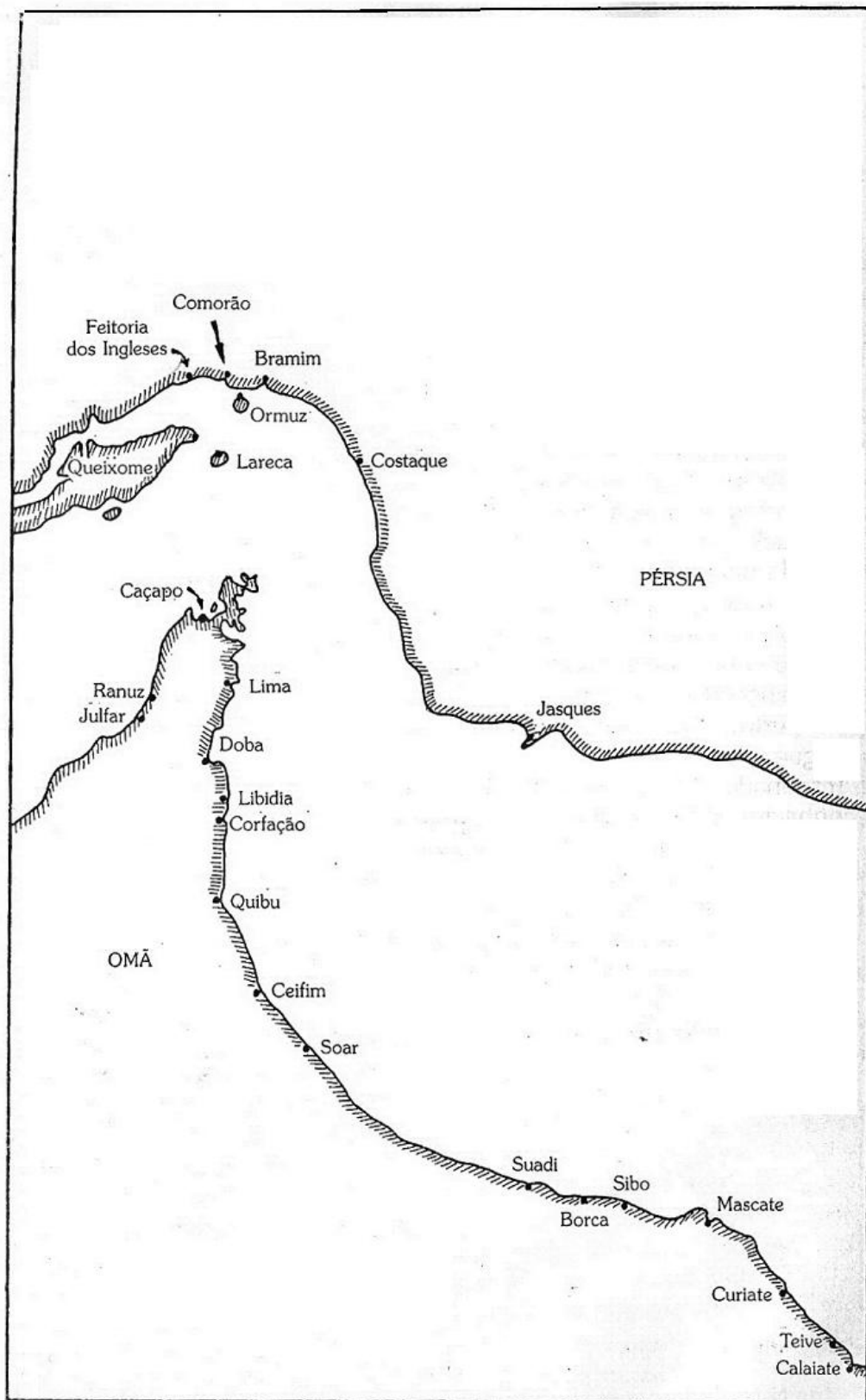
⁵⁹² Segunda nomeação.

Anexo 4 – Mapa do Estreito de Ormuz e Golfo Pérsico



Fonte: - IDEM, "Anglo-Portuguese Rivalry in the Persian Gulf (1615 – 1635)", in *Portuguese Conquest and Commerce in Southern Asia (1500-1750)*, Variorum Reprints, Londres, 1985

Anexo 5 – Mapa do Estreito de Ormuz e Golfo Pérsico II



Fonte: - MONTEIRO, Armando Saturnino, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, Vol. V, Sá da Costa, Lisboa, 1994

